



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Conceição Aparecida Nascimento de Souza

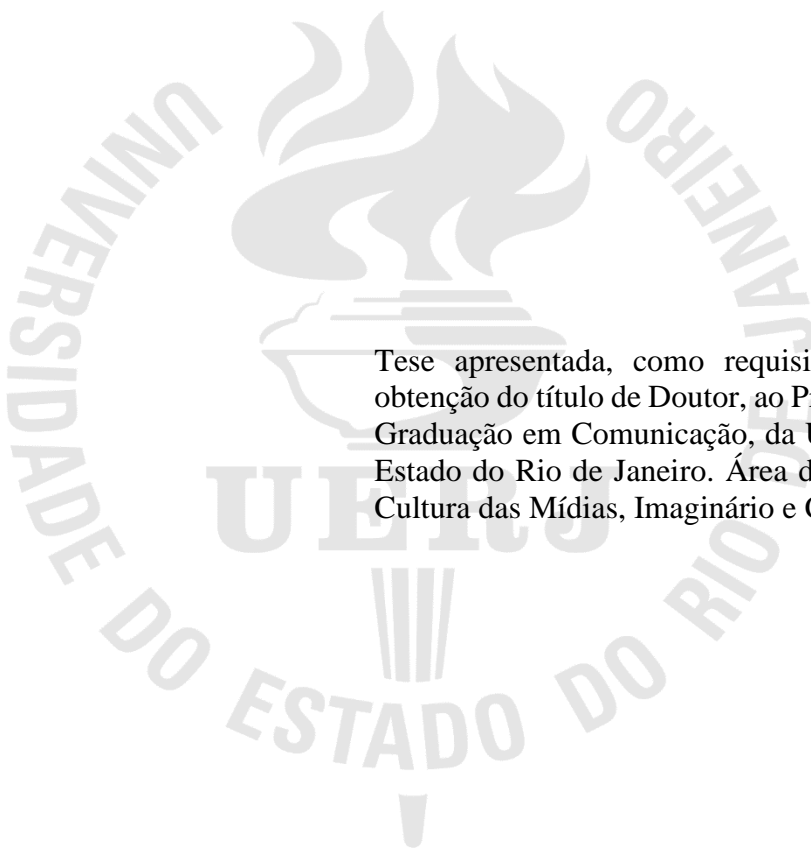
**Comida, comunicação e vinculação: atravessamentos na construção de
novas territorialidades**

Rio de Janeiro

2023

Conceição Aparecida Nascimento de Souza

Comida, comunicação e vinculação: atravessamentos na construção de novas territorialidades



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo George Helal

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729

Souza, Conceição Aparecida Nascimento de
Comida, comunicação e vinculação: atravessamentos na construção de
novas territorialidades / Conceição Aparecida Nascimento de Souza. – 2023.
159 f.

Orientador: Ronaldo George Helal
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Alimentos - Aspectos sociais - Teses. 2. Comunicação - Teses. 3.
Integração social - Teses. 4. Integração cultural - Teses. 5. Refugiados - Teses. I.
Helal, Ronaldo George. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade
de Comunicação Social. III. Título.

ml

CDU 641:316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Conceição Aparecida Nascimento de Souza

Comida, comunicação e vinculação: atravessamentos na construção de novas territorialidades

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura de Mídias, Imaginário e Cidade.

Aprovada em 08 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo George Helal (Orientador)

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof. Dr. Mohammed Elhajji (Coorientador)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ricardo Freitas

Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof. Dr. João Benazzi

Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Camila Escudero

Universidade Metodista – SP

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Para Carlos Alberto, o meu amor, pai das minhas filhas. O meu companheiro de vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqueles que, de alguma forma, estiveram comigo neste árduo, enriquecedor e revigorante caminho do doutoramento:

Ao querido e saudoso professor João Maia, por ter me aceito como sua aluna ouvinte e, posteriormente, ter me aceito como sua orientanda, acreditando em mim e no meu projeto. Agradeço, ainda, pela sua paciência, carinho e generosidade. Ser sua orientanda, ainda que por menos tempo do que gostaria, foi uma honra e uma alegria.

Ao professor Mohammed ElHajji, por ter aceitado coorientar a pesquisa, desde seu início. Conhecer o universo migrante foi, sem dúvida, uma das mais enriquecedoras experiências da minha vida. Obrigada por ter, na “partida” do professor João Maia, me acolhido e incentivado a continuar com a pesquisa. Agradeço, também, por ter generosamente me acolhido no Diaspotics, rico espaço de aprendizado e troca. Lá, pude conhecer pessoas incríveis, que me ensinam, ajudam e apoiam, continuamente.

Ao professor Ronaldo Helal, por ter generosamente assumido a orientação da pesquisa, em função do falecimento do professor João Maia. Agradeço pela acolhida, pelas dicas de bibliografias e pela incansável e atenta leitura de todo material.

A todos os professores do PPGCOM-UERJ, por todo o aprendizado, nas salas de aulas, eventos e corredores. Obrigada pelo incentivo, aulas, dicas de leituras e sugestões para a tese. Sem dúvida, é um dos Programas mais acolhedores, onde todos se conhecem pelo nome e se ajudam.

A Alessandra Porto, amiga querida de longa data. Obrigada por ter me incentivado a ingressar no PPGCOM-UERJ, por ter me apresentado aos primeiros professores e corredores e estar sempre por perto. Você é a minha madrinha na Comunicação.

A minha querida amiga Jorgiana, por estar sempre por perto e por nunca ter soltado a minha mão, nos bons e maus momentos. Você esteve comigo na minha primeira ida a campo e com você tudo ficou mais interessante. E mais: ir para os congressos com você é um dos meus programas preferidos. Rir com você é o melhor remédio.

A Carol Fontenelle e Sheila Farpin, amigas queridas desde antes do doutorado. Sonhamos juntas o ingresso nos mais concorridos Programas. Agradeço o amor, parceria e apoio incondicionais, a qualquer hora do dia e da noite.

Aos meus queridos amigos “Chiquititas”, companheiros de jornada acadêmica: Adelaide Chao, Mônica Nunes, Cláudia Domingues, Igor Lacerda e Rodrigo Morelato. É muito bom saber que posso contar com vocês. Professor João Maia nos juntou e juntos permanecemos.

Ao João Benazzi, por todo apoio e carinho e por ajudar a manter as “Chiquititas” unidas.

A todo o pessoal do laboratório de pesquisa CAC (Comunicação, Arte e Cidade) – UERJ, em especial a professora Cintia SanMartin por criar um ambiente de afeto, oportunidades de trocas e produções acadêmicas, e a Cristiane Carvalho, a Cris, pela amizade e apoio na produção do documentário produzido durante o desenvolvimento da tese.

Aos queridos amigos do laboratório de pesquisa Diaspotics-UFRJ: Gabriela Aguiar, Otávio Cezarini, João Paulo Rossini, Adriana Assumpção, Catalina Revolo e Catarina Gonçalves, por todo o carinho, convivência, apoio e trocas acadêmicas.

Aos queridos amigos do grupo de estudos MR Diretoria: Evandro Luiz, Evelyn Junqueira, Felipe Santos, Fabi Cimieri, Patrícia Pamplona, Vanessa Lauria, Flávia Olaz e Wellington Silva, por sonhar junto comigo e por me ajudar a tornar o sonho, realidade.

A Juliane Sousa, amiga querida, pelo apoio, dicas e ajuda no trabalho de campo.

Aos meus alunos que, ao longo dos quatro anos do doutoramento, torceram por mim e participaram ativamente das atividades e debates propostos em sala de aula, sobre o tema da comunicação intercultural.

A Eliana e a Amanda, secretárias do PPGCOM-UERJ, pelo carinho, profissionalismo, orientações e por sempre estarem presentes quando precisei.

Ao Denilson dos Santos, responsável pela Xerox do nono andar, presente na minha vida acadêmica por todo o tempo do doutoramento. Agradeço a amizade, sorriso largo e bom humor. E, também, pela reprodução dos materiais das aulas e pela ajuda na pesquisa de obras, muitas vezes esgotadas nas editoras. Sua disposição e profissionalismo são exemplares.

Aos imigrantes-refugiados que participaram da pesquisa, por me confiarem suas histórias, esperanças e anseios. Sem vocês, esta tese não teria sido possível.

Aos professores Ricardo Freitas, Cristiano Henrique e Camila Escudero, por terem gentilmente aceito fazer parte da banca de defesa desta tese.

A minha família amada e necessária: meu esposo Carlos Alberto e minhas filhas Luana e Bárbara. Agradeço o amor, paciência, apoio e incentivo, incondicionais. Vocês são minha base. E, também, pela corriqueira, prestimosa e providencial ajuda com as tabelas, gráficos e leituras dos textos, no decorrer de todo este caminho.

Por fim, agradeço aos meus pais, José Carlos e Rosa Maria, pela vida, pelo amor, pelo exemplo e pelos valores

RESUMO

SOUZA, Conceição Aparecida Nascimento de. Comida, comunicação e vinculação: atravessamentos na construção de novas territorialidades. 2023. 159f Tese. (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

O objetivo da tese é verificar de que forma a comida, elemento cultural, de comunicação e de mediação de relações socioculturais, pode favorecer o processo de vinculação, tanto física quanto simbólica, dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro. Indo além dos seus aspectos nutricionais, a comida, desde sempre, acompanha o desenvolvimento social do homem. Faz parte de um sistema simbólico e complexo, sendo permeado por plurais significados. O que se come, com quem se come e como se come são práticas culturais que, como tais, são envoltas em vieses simbólicos, responsáveis pelo estabelecimento das relações dos homens entre si e do homem com seu meio. Sob a perspectiva comunicacional, promove interações e socialidades, na mediação entre os imigrantes-refugiados e a sociedade carioca. Possui a potência de construir um caminho de convivialidade entre as diferenças, colocando-as num espaço dialógico e altero. Os sujeitos da pesquisa são os imigrantes-refugiados, vítimas de diásporas forçadas, residentes na cidade do Rio de Janeiro, que produzem sua subsistência por meio da produção e comercialização de comidas típicas de seus locais de origem. O *locus* de observação foi a Feira Chega Junto, que até antes da pandemia do coronavírus ocorria uma vez por mês na Igreja Anglicana *Christ Church Rio*, localizada no bairro de Botafogo. O objetivo da Feira, que tinha a comida como protagonista, era promover a integração sociocultural dos imigrantes-refugiados no cenário carioca por meio da gastronomia típica, reforçando o papel da comida como um elemento que valoriza a interculturalidade e o empoderamento dos refugiados. Quanto à metodologia, utilizei a revisão bibliográfica para embasar os conceitos trabalhados e a observação participante e as entrevistas abertas para a coleta de dados. O trabalho de campo ocorreu entre os anos de 2018 e 2019, num total de 10 visitas. A pesquisa confirmou sua hipótese principal concluindo que a comida é um elemento cultural e de comunicação que favorece a vinculação física e simbólica dos imigrantes-refugiados na cidade ao possibilitar o desenvolvimento de espaços ampliados de participação, potencializando a vocação intercultural da cidade.

Palavras-chave: Comida. Comunicação. Vinculação. Imigrantes-refugiados.

ABSTRACT

SOUZA, Conceição Aparecida Nascimento de. *Food, communication and bonding: crossings in the construction of new territorialities*. 2023. 159f Tese. (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

The objective of thesis is to verify how food, cultural element, communication and mediation of sociocultural relations, can favour the process of attachment, both physical and symbolic, of the refugee immigrants who settled in the city of Rio de Janeiro. Going beyond its nutritional aspects, food has always accompanied the social development of man. It is part of a symbolic and complex system, being permeated by plural meanings. What one eats, with whom one eats and how one eats are cultural practices that, as such, are shrouded in symbolic biases, responsible for establishing the relationships of men with each other and man with his environment. From the communicational perspective, it promotes interactions and socialities that in the mediation between the refugee immigrants and the carioca society. Has the power to build a path of conviviality between differences, placing them in a dialogical and altering space. The research subjects are immigrants-refugees, victims of forced diasporas and residents in the city of Rio de Janeiro, who produce their livelihoods through the production and marketing of typical foods from their places of origin. The locus of observation was the Feira Chega Junto, which even before the coronavirus pandemic occurred once a month at the Anglican Church Christ Church Rio, located in the neighborhood of Botafogo. The purpose of the Fair, which had food as a protagonist, was to promote the socio-cultural integration of immigrants-refugees in the carioca scenario through the typical gastronomy, reinforcing the role of food as an element that values interculturality and the empowerment of refugees. As for the methodology, I used the literature review to support the concepts worked and participant observation and open interviews for data collection. The fieldwork took place between 2018 and 2019, in a total of 10 visits. The research confirmed its main hypothesis concluding that food is a cultural and communication element that favours the physical and symbolic attachment of immigrants-refugees in the city by enabling the development of expanded spaces of participation, enhancing the intercultural vocation of the city.

Keywords: Food. Communication. Attachment. Immigrants-refugees.

RÉSUMÉ

SOUZA, Conceição Aparecida Nascimento de. *Alimentation, communication et lien : des croisements dans la construction de nouvelles territorialités* 2023. 159f. Tese. (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

L'objectif de la thèse est de vérifier comment la nourriture, élément culturel, de communication et de médiation des relations socioculturelles, peut favoriser le processus de liaison, à la fois physique et symbolique, des immigrants-réfugiés qui ont établi leur résidence dans la ville de Rio de Janeiro. Au-delà de ses aspects nutritionnels, la nourriture accompagne depuis toujours le développement social de l'homme. Il fait partie d'un système symbolique et complexe, imprégné de significations plurielles. Ce que l'on mange, avec qui l'on mange, ce sont des pratiques culturelles qui, en tant que telles, sont enveloppées de biais symboliques, responsables de l'établissement des rapports des hommes entre eux et de l'homme avec son milieu. Du point de vue communicationnel, elle favorise les interactions et les socialités, dans la médiation entre les immigrants réfugiés et la société carioca. Elle a le pouvoir de construire un chemin de convivialité entre les différences, en les plaçant dans un espace dialectique et alter. Les sujets de la recherche sont les immigrants-réfugiés, victimes de diasporas forcées, résidents dans la ville de Rio de Janeiro, qui produisent leur subsistance par la production et la commercialisation d'aliments typiques de leur lieu d'origine. Le lieu d'observation était la FeiraChega@CAP_FIRST\$junto, qui, même avant la pandémie de coronavirus, avait lieu une fois par mois dans l'église anglicane Christ Church Rio, située dans le quartier de Botafogo. L'objectif de la foire, qui avait la nourriture comme protagoniste, était de promouvoir l'intégration socioculturelle des immigrants-réfugiés dans la scène carioca à travers la gastronomie typique, en renforçant le rôle de la nourriture en tant qu'élément valorisant l'interculturalité et l'autonomisation des réfugiés. En ce qui concerne la méthodologie, j'ai utilisé la revue bibliographique pour étayer les concepts travaillés et l'observation participante et les entretiens ouverts pour la collecte de données. Les travaux sur le terrain ont eu lieu entre 2018 et 2019, soit un total de 10 visites. La recherche a confirmé son hypothèse principale en concluant que la nourriture est un élément culturel et de communication qui favorise le lien physique et symbolique des immigrants réfugiés dans la ville en permettant le développement d'espaces étendus de participation, en renforçant la vocation interculturelle de la ville.

Mots-clés : Nourriture. Communication. Liaison. Immigrants-réfugiés.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Síria invadida e destruída.....	20
Figura 2 -	Diásporas.....	25
Figura 3 -	Convenção de Genebra, 1951.....	27
Figura 4 -	Serviços do SUS - Cáritas RJ.....	30
Figura 5 -	Feira Trampolim de empregabilidade – Cáritas-RJ	30
Figura 6 -	Pessoas deslocadas no mundo por faixa etária e renda.....	37
Figura 7 -	Imigrantes chegando ao Brasil.....	43
Figura 8 -	Princesa Isabel entrega a Lei Áurea assinada ao Barão de Cotagipe	44
Figura 9 -	A Lei Áurea.....	44
Figura 10 -	Imigrantes portugueses chegando ao Brasil no Séc. XIX.....	45
Figura 11 -	imigrantes italianos chegando ao Brasil no Séc.XIX.....	45
Figura 12 -	Indivíduos em diáspora.....	49
Figura 13 -	Logo da Rioven.....	67
Figura 14 -	Logo da Rioven aplicada nas camisetas usadas pela família do Jonel.....	67
Figura 15 -	Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro.....	70
Figura 16 -	Manuel Alexandre.....	82
Figura 17 -	Temperos pelo mundo.....	87
Figura 18 -	Nelly, participante da Chega Junto, interagindo com os participantes da Feira.....	89
Figura 19 -	Comidas étnicas.....	98
Figura 20 -	Indústria Criativa do Brasil.....	103
Figura 21 -	A autora, Maria Gabriela, imigrante-refugiada participante da Feira e seus dois filhos.....	108
Figura 22 -	Nelly Camacho, imigrante-refugiada participante da Feira Chega Junto segurando uma arepa.....	109
Figura 23 -	Banner da Feira Chega Junto.....	111
Figura 24 -	Feira Chega Junto.....	113
Figura 25 -	Show musical na Feira Chega Junto.....	114
Figura 26 -	Portão de entrada da Feira Chega Junto.....	115
Figura 27 -	Igreja Anglicana Christ Church Rio.....	115

Figura 28 -	Visitante da Feira Chega Junto interagindo com imigrantes-refugiado.....	116
Figura 29 -	Feira de Refugiados Chega Junto.....	117
Figura 30 -	Visitantes da Feira Chega Junto.....	118
Figura 31 -	Louise Nya, imigrante-refugiada, participante da Feira Chega Junto	119
Figura 32 -	Glória e Clarice, filhas da Louise.....	119
Figura 33 -	Rosa Maria, mãe da autora.....	120
Figura 34 -	Arepas colombianas, da Nelly.....	121
Figura 35 -	Arepas venezuelanas, da família do Jonel.....	122
Figura 36 -	Angélica e Jonel, mãe e filho, participantes da Feira Chega Junto....	122
Figura 37 -	Latifah, imigrante-refugiada participante da Feira Chega Junto.....	124
Figura 38 -	Migrações forçadas.....	129
Figura 39 -	Maria Gabriela, participante da Chega Junto.....	132
Figura 40 -	A autora com Maria, participante da Feira Chega Junto.....	133
Figura 41 -	Louise Nya, participante da Feira Chega Junto.....	149
Figura 42 -	A autora com Louise Nya, participante da Feira Chega Junto.....	150
Figura 43 -	Participantes da Feira Chega Junto.....	151
Figura 44 -	A autora com Angélica e Jonel, mãe e filho, participantes da Feira	151
Figura 45 -	A autora com Jonel e seus irmãos, participantes da Feira.....	152
Figura 46 -	Pai do Jonel, participante da Feira Chega Junto.....	152
Figura 47 -	Pai do Jonel, participante da Feira Chega Junto.....	153
Figura 48 -	A autora com Alexandra, filha da Maria Gabriela, participante da Feira Chega Junto.....	154
Figura 49 -	Alexandra e seu pai, participantes da Feira Chega Junto.....	155
Figura 50 -	Maria Gabriela e sua família, trabalhando na Feira Chega Junto.....	155
Figura 51 -	Nelly, participante interagindo com visitante da Feira Chega Junto.	156
Figura 52 -	Participante da Feira Chega Junto.....	156
Figura 54 -	Participante da Feira Chega Junto.....	157
Figura 55 -	A autora interagindo com os participantes da Feira.....	158
Figura 56 -	Feira Chega Junto.....	158
Figura 57 -	Show musical na Feira Chega Junto.....	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 —	Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio, por nacionalidade.....	40
Tabela 2 —	Solicitações de reconhecimento da condição de refúgio, por sexo Número de solicitações de reconhecimento da condição de	42
Tabela 3 —	refúgio por faixa etária.....	43
Tabela 4 —	Processos de solicitações de reconhecimento de refúgio.....	44
Tabela 5 —	Quantitativo de refugiados no Brasil.....	48
	Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo faixas	
Tabela 6 —	de rendimento mensal no trabalho principal (salário-mínimo)	107
Tabela 7 —	Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo nível de instrução.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 —	Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por países de nacionalidade ou residência habitual.....	39
Gráfico 2 —	Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por grupos de idade.....	41
Gráfico 3 —	Número de processos de solicitação da condição de refugiado, segundo tipo de decisão.....	42
Gráfico 4 —	Imigrações recentes nas cidades brasileiras.....	72
Gráfico 5 —	Total de imigrantes residentes no estado do Rio de Janeiro.....	73

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS.....	24
1.1	A questão migratória no cenário globalizado.....	24
1.2	A migração em números.....	36
1.3	Origem dos fluxos migratórios no Brasil.....	43
2	DIÁSPORAS E IDENTIDADES.....	49
2.1	O processo diaspórico.....	49
2.2	O diálogo intercultural: o eu, o outro e o nós.....	53
2.3	Identidades culturais: a roda das culturas.....	60
3	VINCULAÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA: NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS.....	70
3.1	A questão urbana e os fluxos migratórios.....	70
3.2	Conflito e vinculação.....	80
3.3	Comida: aspectos comunicacionais, socioculturais e identitários.....	87
4	ECONOMIA ÉTNICA.....	98
4.1	Economia Criativa.....	99
4.2	Economia Étnica no processo migratório.....	105
4.3	O pulsar da Economia Étnica na Feira Chega Junto.....	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS.....	137
	ANEXOS.....	149
	ANEXO A - Link para o documentário produzido pela autora:	
	Refúgio, comida e afeto.....	149
	ANEXO B – Outras imagens do campo.....	149

INTRODUÇÃO

Para muito além de seus aspectos nutricionais, a comida, objeto desta tese, é um elemento cultural e de comunicação que enseja inúmeras subjetividades. Sendo parte da cotidianidade de qualquer sociedade, faz parte, desde tempos imemoriais, das interações sociais e simbólicas do homem. Enquanto signo identitário, participa do sentido que temos de nós mesmos ao mesmo tempo em que permeia a construção e reconstrução de nossas identidades sociais. Esta relação cultural, identitária e social que temos com a comida, nos diferencia dos demais seres vivos e por meio dela somos capazes de entender o comportamento e organização das sociedades.

A tese discute como a comida, enquanto elemento de comunicação e mediação, atua na vinculação entre culturas diferentes, estabelecendo uma vivência simbólica, de reconstituição de vínculos identitários e hibridismo cultural.

O grande tema que embasa a pesquisa é a comunicação intercultural e o *locus* de observação é a Feira Chega Junto, que até a pandemia, deflagrada em março de 2020, ocorria mensalmente na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da Feira era promover a integração sociocultural dos imigrantes-refugiados presentes na cidade, por meio da gastronomia típica, reforçando o papel da comida como um elemento que valoriza a interculturalidade e o empoderamento dos refugiados.

Para entender a questão da migração transnacional, sob o bojo da comunicação intercultural, precisei me aproximar do fato que o aumento dos fluxos internacionais de pessoas faz parte do macro cenário geopolítico e econômico da sociedade contemporânea globalizada. O recorte dos fluxos internacionais de pessoas que interessa a esta tese são as diásporas forçadas.

Ao chegarem na cidade, os imigrantes-refugiados, sujeitos da pesquisa, desenvolvem novas territorialidades, movimento que envolve a adaptação e a vinculação ao novo território, bem como a administração de conflitos. Esta vinculação faz parte do processo Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), que possui complexos aspectos físicos e simbólicos. É na reterritorialização, por meio da ação protagonista destas pessoas, que se dá o processo de vinculação que, de forma contínua e paulatina, engendra novas significações, contatos, convívios e afetos.

A cidade do Rio de Janeiro é a representação de uma sociedade globalizada e pós-moderna, perpassada, em suas franjas e interstícios, de significados e significantes. Nela é

possível observar todas as possibilidades e dificuldades, próprias do processo de vinculação, dos imigrantes-refugiados que residem na metrópole carioca.

Para me aproximar do entendimento de como se dá a construção destas novas territorialidades e tendo a comida como elemento de mediação, a tese abordará temas e conceitos essenciais, tais como: a comida como cultura e meio de comunicação; migrações transnacionais, processos diaspóricos culturais e identitários e economia criativa e étnica. Muitos deles, ao longo do doutoramento, já venho apresentando resultados parciais em congressos e outros eventos acadêmicos.

O objetivo da tese é verificar de que forma a comida, elemento cultural, de comunicação e mediação de relações socioculturais, pode favorecer o processo de vinculação, tanto física quanto simbólica, dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro. Para dar conta do objetivo proposto defini os seguintes objetivos específicos:

- a. Analisar a complexidade da sociedade contemporânea, sob a perspectiva da globalização, no que tange à questão da diáspora;
- b. Investigar, sob a perspectiva histórica, as origens dos fluxos migratórios para o Brasil;
- c. Investigar os vieses comunicacionais, sociais e identitários da comida e seus imbricamentos no processo migratório;
- d. Verificar como se dá a vinculação social, cultural e econômica dos imigrantes-refugiados na cidade do Rio de Janeiro, incluindo as possibilidades de conflitos, mediada pelo preparo e comercialização de comidas típicas de seus locais de origem;
- e. Apresentar sugestão de um caminho viável que facilite, de forma pragmática, a vinculação dos imigrantes-refugiados na cidade.

Como metodologia, utilizei a revisão da bibliografia para embasar os conceitos sociológicos e comunicacionais apresentados. Para a coleta de dados recorri à observação participante e às entrevistas abertas.

A revisão bibliográfica está presente desde o início do projeto do doutoramento. As leituras foram as bases intelectuais que sustentaram a estrutura lógica da pesquisa. Na fase da escritura do projeto de pesquisa, serviu como fonte para o levantamento do estado da arte do tema. Juntamente com a pesquisa de campo, ajudou a dar fôlego a tese, uma vez que auxiliou a granjear novas fontes de ideias e caminhos possíveis.

Para Duarte (2005), ao apresentar pensamentos e teorias que sustentam a discussão proposta, a revisão da bibliografia apoia as decisões referentes à pesquisa, incentiva as dúvidas e verifica a posição de autores que são referências nos diversos conceitos abordados. É importante, também, para reconhecer os vários vieses interpretativos presentes no eixo temático, ajudando na composição das abstrações e conclusões, próprias de uma pesquisa de tese.

O trabalho de campo, por sua vez, é crucial pela sua capacidade de amalgamar a experiência empírica (com sua consequente produção de saberes) com a articulação das teorias e conceitos estudados na revisão bibliográfica. Além disso, permite a aproximação das nuances subjetivas dos sujeitos da pesquisa e seu objeto. Para Spink (2003), o simples ato de pensar o tema da pesquisa já indica a presença no campo. O autor diz que:

Quando fazemos o que chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos “indo” ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema. O que nós buscamos é nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontem e, ao se confrontar, se tornam mais reconhecíveis (p.36).

Ao todo, foram 10 visitas a campo. Tudo o que foi observado foi anotado em diários, para registro e posterior análise das minhas experiências, enquanto observadora participante. Além de possibilitar as anotações, os diários me permitiram descrever o desenvolvimento das atividades realizadas, bem como destacar as possíveis alterações de percepções e narrativas dos atores sociais envolvidos. Para Oliveira (2014), os registros são capazes de registrar as sutilezas das expressões de emoções, muitas vezes não possíveis pelas transcrições das entrevistas. Por trazer em si o ato da reflexão, foi possível, ainda, perceber por meio do acionamento das memórias correlatas aos vários diários, as mudanças das minhas próprias percepções diante do campo de pesquisa, denotando, acredito, meu amadurecimento como pesquisadora.

De acordo com Pezzato & L’abbate (2011), a observação participante ganhou espaço a partir da publicação, em 1922, da obra *“Os Argonautas do Pacífico Ocidental”*, de autoria de Bronislaw Malinowski. Para as autoras, o trabalho de campo inspirado na obra de Malinowski, pressupõe o afastamento do pesquisador de seu objeto de pesquisa. Porém, minha experiência me levou a um caminho contrário. Numa perspectiva não estruturalista, assumi uma posição implicada, onde minha presença se tornou uma ação política, que permitiu me colocar num papel protagonista, tanto com relação ao meu objeto de pesquisa, a comida, quanto aos sujeitos da pesquisa, os imigrantes-refugiados. Tenho, portanto, a consciência que minha presença no campo foi capaz de alterar a paisagem pesquisada.

Por fim, as entrevistas abertas serviram para aprofundar os dados colhidos no trabalho de campo e buscar outras informações que não foram possíveis de adquirir por meio da observação ou da literatura pertinente. Por ser ancorada nas interações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, esta forma de coleta de dados permitiu que eu flexibilizasse o ritmo e o tom das entrevistas (DUARTE, 2017), me adequando às nuances sensíveis do ambiente.

Utilizei as entrevistas sob a perspectiva da história oral. Procurei, por meio das narrativas pessoais, conhecer as experiências vividas pelos imigrantes-refugiados, desde o momento da desterritorialização, ou seja, do momento da saída dos seus países de origem, até a reterritorialização, iniciada na chegada à cidade do Rio de Janeiro e que perdura por todo o processo de vinculação.

A história oral permite que o entrevistado rememore, de maneira retrospectiva, experiências muitas vezes reprimidas (MORAES & AMADO, 2002). São necessários roteiros desenvolvidos com muita sensibilidade e responsabilidade, por se tratar de histórias de vidas permeada pela dor, perda, lembranças e saudade. Enfim, vidas deixadas para trás e para muitos deles, sem possibilidade de retorno.

Além dos imigrantes-refugiados que trabalham na Feira Chega Junto, outros atores sociais fazem parte do universo da pesquisa, como os visitantes e os organizadores. A pandemia do coronavírus prejudicou o trabalho de campo, uma vez que pouco tempo depois a Feira encerrou suas atividades. Tal fato limitou as observações e a quantidade de entrevistas.

A hipótese principal da tese é que a comida é um elemento cultural de comunicação e mediação, capaz de fazer com dois ou mais povos construam um novo e profícuo ambiente de convivialidade, presente no processo de vinculação e construção de novas territorialidades. Desta forma, a pesquisa pretende aprofundar a seguinte reflexão: de que maneira a comida pode estabelecer, para os imigrantes-refugiados residentes na cidade do Rio de Janeiro, uma vivência simbólica, de reconstituição dos vínculos identitários, bem como estabelecer um caminho viável para a subsistência? Há, ainda, as hipóteses secundárias, que são:

- a. Dentre os vários elementos que compõem a cultura de um povo, a comida é provavelmente, um dos mais significativos na promoção da união e da aceitação entre diferentes nações e culturas, marcando a celebração da diferença e do encontro.
- b. Quando uma cultura se integra à outra, em função da chegada a um novo lugar, seja por solidariedade ou em função do consumo cultural, está presente a força do lugar, que pressupõe a existência de regras, materiais e imateriais. Há, portanto, um conflito subentendido, num cenário que superficialmente apresenta

uma forte relação dialógica e cordial entre os imigrantes-refugiados e a sociedade carioca.

A justificativa da pesquisa reside no fato de que a presença de imigrantes-refugiados, de diversas nacionalidades, em território brasileiro, é hoje uma realidade evidente. Este fato faz surgir territórios plurais, multiculturais e interculturais. O Rio de Janeiro surge, então, como uma cidade expoente na recepção e ajuda a este grupo de pessoas. Sua relevância está ancorada no fato de contribuir para o campo da Comunicação Social ao ter como cerne a comunicação intercultural.

A tese é composta por quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Migrações transnacionais”, abordo temas relacionados à questão migratória e mobilidade humana, no cenário global contemporâneo; dados que apresentam um retrato da situação (sempre em evolução) da presença dos imigrantes-refugiados no Brasil e no mundo, e as origens históricas dos fluxos migratórios brasileiros.

No segundo capítulo, intitulado “Diásporas e identidades”, discorro sobre questões relacionadas às diásporas, ao desenvolvimento das identidades diaspóricas e o papel da comida neste processo.

O terceiro capítulo intitula-se “Vinculação física e simbólica: negociações e conflitos”. Neste capítulo correlaciono urbanidade e fluxos migratórios e os conflitos inerentes ao processo de vinculação. Discorro, ainda, sobre os aspectos comunicacionais, socioculturais e identitários da comida.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Economia étnica”, apresento este tipo de economia como um caminho viável, capaz de fazer com que os imigrantes-refugiados se insiram na economia da cidade de forma produtiva, resgatando cidadania e autoestima.

No final do texto, nos anexos, disponibilizo o link do documentário (com duração aproximada de 20min.) produzido por mim, com o apoio do Laboratório de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade (CAC) – UERJ, do qual faço parte.

Na sequência, antes iniciar a apresentação dos capítulos propriamente ditos, discorro como se deu meu percurso até chegar no PPGCOM-UERJ. Comecei a pensar em ingressar no doutorado no ano de 2017, mas como estava afastada do ambiente da pesquisa acadêmica há bastante tempo (conclui o mestrado em Administração, pela FGV- EBAPE, no ano de 2009), passei um bom tempo pensando em qual poderia ser o tema da pesquisa.

A convite da minha grande amiga e incentivadora Alessandra Porto, doutora pelo Programa, tive a oportunidade de, em algumas ocasiões, circular pelos corredores do

PPGCOM-UERJ. Uma destas ocasiões foi o momento da defesa da sua dissertação de mestrado. Pela primeira vez me deparei com o Prof. Ricardo Freitas e com a Prof. Cíntia SanMartin. Fiquei encantada com tudo que vi e ouvi. Naquele momento, decidi que queria fazer parte daquele mundo. Numa outra ocasião, Alessandra me apresentou ao querido e saudoso Prof. João Maia. Ao saber que eu estava interessada em ingressar no Programa, gentilmente me convidou a participar da disciplina que ele ministraria, como aluna ouvinte.

O Prof. João pesquisava o tema da comida. Interessava a ele entender o protagonismo e a potência deste elemento presente em todas as práticas culturais, nas convivialidades, comensalidades, vinculações, afetos e conflitos. Enfim, interessava a ele o protagonismo da comida nos interstícios da nossa vida cotidiana e como tudo acontecia tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro, uma de suas paixões. Ele adorava circular por toda a cidade: zona sul, subúrbios e favelas, pois nestes lugares ele conseguia perceber e experimentar todo o vitalismo que a cidade nos proporciona. Suas aulas foram para mim, vinda da administração (uma área do conhecimento percebida por muitos como mais “dura”), um divisor de águas. Fiquei instigada e encantada com as possibilidades acadêmicas.

No mesmo ano, 2017, a mídia - nacional e internacional - evidenciava a piora da situação política e social na Síria. Desde janeiro de 2011, o país está em guerra civil, em consequência do conflito armado entre a maioria da população e o regime vigente, comandado por Bashar Al-Assad. Para piorar a situação, o grupo extremista autoproclamado Estado Islâmico, passou a invadir as residências, prendendo e matando pessoas.¹ Como forma de escapar dos horrores da guerra, milhares de pessoas fugiram, deixando tudo para trás.

¹ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-refugiados-sirios-supera-a-barreira-de-5-milhoes.ghtml>. Acesso em: 09/01/2023.

Figura 1– Síria invadida e destruída



Fonte: Globo – G1, 2017².

Lembro bem que a situação daquelas pessoas, em princípio tão distante da minha realidade, me emocionava e angustiava de uma maneira que não conseguia explicar. Em vários momentos me via pensando nelas, obrigadas a largar tudo e fugir para outro país, guiadas pelo mais básico instinto humano: a sobrevivência. As imagens das travessias dos barcos, dos adultos e crianças mortas e o sentimento de desalento estampado nos rostos dos sobreviventes, faziam meu coração apertar.

No Rio de Janeiro, a presença dos sírios era percebida pela profusão de barraquinhas que ofereciam esfihas e outras comidas típicas. Então, em algum momento de uma das aulas do Prof. João, tive o feliz *insight* de juntar a situação dos imigrantes-refugiados sírios com aquele novo mundo que se descortinava a minha frente: a perspectiva cultural e social da comida. Este foi o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto de pesquisa que submeti ao PPGCOM-UERJ para concorrer a uma das vagas do doutorado. O projeto abordou a comida como um elemento de mediação e vinculação dos imigrantes-refugiados sírios, que fixaram residência na cidade.

Quando iniciei a pesquisa, havia no Brasil 11.231 refugiados reconhecidos. Deste total, 36% eram sírios, 15% congoleses, 9% angolanos, 7% colombianos e 3% eram oriundos da

² Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-refugiados-sirios-supera-a-barreira-de-5-milhoes.ghml>. Acesso em: 09/01/2023.

Venezuela.³ Atualmente, de acordo com a Agência da ONU para refugiados (ACNUR), a Venezuela lidera os números, seguida por Angola. Até 2020, eram aproximadamente 46.000 refugiados desta nacionalidade em território brasileiro, seguidos de aproximadamente 3.500 sírios. O número significativo da presença de refugiados venezuelanos no país é explicado pela decisão do Conselho Nacional para Refugiados (CONARE), que desde junho de 2019 reconheceu a situação destas pessoas no país como de grave e violenta violação dos direitos humanos.⁴ O Conselho é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça.

No início do processo de escrita do projeto, me deparei com a produção do Prof. Mohammed ElHajji, uma referência nos estudos da comunicação intercultural e migração transnacional. Prof. Moha, como é conhecido, é professor titular da Escola de Comunicação da UFRJ (ECO-UFRJ) e da Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia social da UFRJ (EICOS-UFRJ). Comentei com o Prof. João Maia minha intenção em procurá-lo. Qual não foi a minha surpresa quando ele comentou que não só o conhecia como também era seu amigo. Senti que o universo conspirava a meu favor. Prof. João se prontificou a fazer a “ponte” entre mim e o Prof. Moha. Desde o primeiro encontro, ele se mostrou extremamente atencioso e disposto a ajudar a então neófitas pesquisadora da comunicação a mergulhar nos temas pertinentes ao universo da migração transnacional. Nunca terei palavras suficientes para agradecer a generosa acolhida, que permanece até os dias atuais. O acolhimento se estende ao fato de permitir que eu participe de seu laboratório de pesquisa, o Diaspotics, que produz conhecimento e informações cruciais para muitos imigrantes-refugiados presentes em território nacional.

Embora estivesse me preparando para concorrer a uma vaga em outros programas, confesso que torcia para passar para o PPGCOM-UERJ, provavelmente por ter sido tão bem recebida por todos os professores, colegas e corpo administrativo, ainda que como aluna ouvinte. O fato é que já me sentia completamente ambientada. Após um longo período de ansiedade, próprio de um processo de seleção para um programa de doutorado, em março de 2018 fui aprovada para o Programa da UERJ. Para deixar tudo ainda melhor e aumentar minha felicidade, o Prof. João Maia seria meu orientador. Contaria, ainda, com a prestimosa e

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/brasil-ja-reconheceu-mais-de-11-mil-refugiados-ate-2018-diz-conare>. Acesso em 02/11/2021.

⁴ https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/06/Refugio_em_Numeros_6a_edicao.pdf

qualificada coorientação do Prof. Moha. Certamente, um dos momentos mais especiais da minha vida.

Nos meses seguintes, durante as reuniões de orientação, eu e o Prof. João, entendendo que seria o melhor para a pesquisa, decidimos não considerar apenas os sírios como sujeitos de observação da pesquisa e sim os imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade. Desde daquele momento, então, busco compreender o papel da comida no processo de reterritorialização e vinculação dos imigrantes-refugiados presentes na cidade, independentemente da nacionalidade. Busco compreender, ainda, as questões identitárias, ou seja, como se dão as construções das novas e híbridas identidades deste grupo de pessoas, bem como são ressignificadas nossas próprias identidades, moradores da cidade, em contato com outras e tão diversas práticas culturais.

Neste momento, faço um parêntese para falar um pouco mais da minha convivência e experiência com o querido Prof. João Maia. Como é sabido, infelizmente ele faleceu no ano de 2018 deixando um grande vazio na minha vida e nesta tese. Ser de luz, para sempre fará parte da minha vida e trajetória acadêmica. Entre tantas outras coisas, era inteligente, sensível, sagaz, sarcástico, irônico, exigente, rigoroso, acolhedor e carinhoso. Para completar, adorava cozinhar e nos brindava com pratos maravilhosos e cheios de afeto.

Os momentos das orientações acadêmicas ocupam um lugar especial na minha memória. Eram inevitavelmente produtivas, pois juntavam um professor que amava ensinar e uma aluna ávida por aprender. Como acreditava na universidade além-muros, em muitos momentos as orientações aconteciam no boteco em frente à UERJ ou na sua casa, onde, amorosamente, ele cozinhou para mim e seus demais orientandos.

Lembro especialmente de um dia em que eu e mais duas doutorandas fomos “convocadas” para limpar e arrumar sua imensa estante, repleta de livros. Estar diante daquela estante já era uma experiência incrível. Tiramos todos os livros e começamos a limpeza ao som de uma música dançante. Ele estava achando o máximo usar o *spotify*. Pegava os livros um a um e dizia para uma de nós: “você precisa ler esse”. E ainda nos dizia os capítulos que devíamos concentrar a leitura. Neste dia, saí da sua casa com duas sacolas e trinta livros. Sim, trinta livros do seu acervo pessoal, que tratei com todo cuidado e respeito. Consegui devolver em um mês.

Prof. João era um orientador absurdamente rigoroso. Creio que todos os seus orientandos lembram bem das homéricas, porém cirúrgicas e necessárias broncas. Ainda hoje, nos divertimos lembrando destes momentos. O resultado era o paulatino e contínuo crescimento de todos nós, como alunos e pesquisadores. Mas, também havia os elogios, que juntamente com

as tiradas sarcásticas, vinham sempre a reboque do mais incrível e escancarado sorriso. Ele ultrapassou o papel de professor e orientador. Foi meu amigo e mentor.

Com seu falecimento, a orientação da tese ficou sob a responsabilidade do professor Ronaldo Helal, do PPGCOM-UERJ. Prof. Moha permaneceu como coorientador. Ambos eram (são) amigos muito próximos do Prof. João. Serei eternamente grata aos dois pelo cuidado, disposição e generosidade, comigo e com a tese.

Considero importante dividir estas lembranças, para que percebam (talvez) o quanto, a partir do desencarne do Prof. João, fiquei abatida, me sentindo por muitos meses perdida e sem rumo, academicamente falando. Apesar da atonia, de maneira quase autômata, participei das disciplinas e produzi textos para congressos. Foi somente na disciplina Seminário de Tese, ministrada pelo Prof. Ronaldo Helal, que comecei a “acordar” do meu torpor e me obrigar a retomar, aos poucos, à pesquisa, com o foco e a determinação que ela merecia. Fecho aqui este parêntese.

1 MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

“[...] E de que modo é afetada a alma quando lhe é subtraída a terra pátria sobre a qual se humanizou em intrincados processos históricos e psicológicos? Quanto tempo decorre até que esta substância anímica possa fincar raízes em outro solo? A muda transplantada adapta-se ou se transforma? A alma transmigrada é bem recebida pela outra, no lugar de desembarque?” (GAMBINI, 2006).

A sociedade contemporânea apresenta uma complexa realidade no que tange à cena geopolítica internacional, fato que impacta a economia e a rotina de várias comunidades e nações. Uma das consequências mais relevantes é o aumento dos fluxos internacionais de pessoas, incluindo os imigrantes-refugiados, para todas as partes do mundo.

Neste capítulo discorro sobre a questão das migrações transnacionais no cenário global contemporâneo, os números do refúgio no Brasil e no mundo e as origens dos fluxos migratórios no Brasil.

1.1 A questão migratória no cenário globalizado

A questão migratória é de ordem transnacional, própria de uma sociedade globalizada. Como fenômeno pós-estado-nação, e por isso mesmo marcada pela ruptura entre questões nacionais e identitárias, é preciso que sejam levados em consideração aspectos culturais, territoriais e linguísticos, indo além da questão das fronteiras formais (ELHAJJI, 2010). Para ElHajji e Escudero (2017), as migrações transnacionais dizem respeito “aos modos de organização e ação das comunidades humanas inseridas em mais de um quadro social nacional estatal, tendo referência culturais, territoriais e/ou linguísticos originais comuns e conectadas através de redes sociais transnacionais” (p. 178).

Mas, o que é o Estado-Nação? É uma forma de organização de governo onde a política, representante do Estado, se imbrica com inúmeros elementos socioculturais dando origem à Nação. A globalização, ao tornar fluidas e esmaecidas as fronteiras econômicas, culturais, políticas e identitárias, quebra o paradigma desta forma de organização, dificultando o isolamento e o controle do Estado, pois as novas dinâmicas interacionais que se apresentam extrapolam os limites territoriais. Neste sentido, o controle do Estado é substituído por organismos transnacionais, públicos e privados (DRUCKER, 1999).

Sob a ótica do Estado-Nação, o imigrante-refugiado desafia a soberania do Estado ao macular o princípio sobre o qual foi fundado, ou seja, o vínculo imaginado entre a nação, a terra e a soberania estatal. Para Di Cesare (2000), o imigrante-refugiado

desmascara o Estado. Da margem externa interroga seu fundamento, aponta o dedo contra a discriminação, relembra o estado da sua contribuição histórica, descrê de sua pureza mítica. E por isso obriga-o a repensar-se. Neste sentido, a migração traz consigo uma carga subversiva (p. 28)

Para Sayad (1998), a migração é um fato social total, uma vez que supera as fronteiras do cotidiano, influencia as ações humanas e cada vez mais ganha visibilidade pública e midiática, atribuída aos imaginários sobre os fluxos migratórios (voluntários e impostos). Sugere uma justaposição destes fluxos com os fluxos acelerados de informações, imagens e sensações, difundidos pelos meios de comunicação (APPADURAI, 2005).

Pessoas e famílias inteiras, ao migrarem, vítimas de um processo diaspórico forçado, o fazem por diversos motivos. O recrudescimento das diferenças, guerras, perseguições políticas e conflitos internos são os principais. Todos invariavelmente relacionados à luta pelo direito à vida e à cidadania que, de alguma maneira lhes foram negadas no país de origem e que, igualmente, é difícil de conquistar no local de destino.

F - Diásporas⁵



Fonte: Comiban, 2023

⁵ Disponível em: <https://comibam.org/pt/o-reino-avanca-atraves-das-diasporas/>

Estas pessoas, em estado de “nudez existencial” (DI CESARE, 2000) deixam para trás famílias, histórias, identidades e afetos. O imigrante-refugiado se apresenta como um sujeito híbrido por excelência, indivíduo deslocado no espaço físico e simbólico, nem cidadão nem estrangeiro. Símbolo do sujeito contemporâneo, ele experimenta o sentimento de ruptura e perda, onde, de maneira paradoxal, vive uma situação de querer ficar tendo que partir e querer partir tendo que ficar, numa incessante busca de seu lugar no mundo. A meu ver, a questão migratória se configura como um objeto de reflexão para entender os fenômenos sociais e políticos que marcam a contemporaneidade, fazendo surgir, ainda, uma maior compreensão de si e do outro. Como diz El Hajji (2016),

a essência do sujeito migrante reside, antes de tudo, na estrangeiridade e estranheza por ele encarnadas. São a diferença, a alteridade e a externalidade do forasteiro que servem de indicadores e parâmetros para situá-lo no campo de compreensão da sociedade e lhe dar sentido aos olhos dos grupos majoritários e/ou dominantes que o cercam (EL HAJJI, 2006, p. 2)

Normalmente, são pessoas que vivem uma intolerável situação de precariedade, onde, em muitos casos, a única solução é cruzar fronteiras internacionais e buscar a segurança, nem sempre possível, em outros países onde passam a ser consideradas refugiadas. Fazem parte de um imaginário coletivo dicotômico, onde ora surgem como “coitados”, dignos da solidariedade do mundo, ora surgem como estranhos e invasivos, demonstrando o quanto a imagem que temos sobre algo ou alguém é apenas uma parte representativa, não correspondendo à sua totalidade. Contudo, apesar de todas as dificuldades, é possível perceber nelas um querer viver teimoso, uma crença de um amanhã possível e melhor.

Se antes o termo migrante referia-se ao deslocamento humano em um espaço circunscrito a um território, recentemente houve uma significativa mudança de paradigma, com o entendimento que a migração é um fenômeno humano que pressupõe a presença de vários atores sociais, onde o próprio migrante é detentor de direitos, ou seja, o conceito de migração passa a ir além da mera questão da mobilidade física e geográfica e passa a ser entendida como um fenômeno social que traz visibilidade ao protagonismo do imigrante-refugiado e da emergência do reconhecimento do seu direito de migrar, bem como dos seus direitos enquanto cidadão.

Neste sentido, a Convenção das Nações Unidas, relativa ao Estatuto do Refugiado, comumente conhecida como Convenção de Genebra, se configurou como um marco. Como o próprio nome sugere, a Convenção ocorreu em Genebra, no ano 1951. O objetivo foi tratar de questões relativas à situação dos refugiados europeus, após a Segunda Grande Guerra. O evento

inaugurou a normativa sobre o direito internacional dos refugiados e passou a considerar em situação de refúgio pessoas que se encontravam distante do seu território nacional por “fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política [...]” (ACNUR, 2021)⁶

Figura 2 - Convenção de Genebra, 1951



Fonte: página da ACNUR, 2021

Como forma de contribuição latino-americana à Convenção de Genebra, foi publicada, em 1984, a Declaração de Cartagena. Na ocasião, houve a preocupação de complementar o documento de 1951, considerando refugiado a pessoa cuja “vida, segurança ou liberdade tenha sido ameaçada pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”⁷. Pertinente observar que os dois documentos privilegiam os motivos que levam pessoas ou grupo de pessoas a migrarem.

Tendo por base a Convenção de Genebra, é competência da ACNUR desenvolver instrumentos internacionais que assegurem a integridade dos refugiados, bem como a supervisão da aplicação destes instrumentos. Os países, por suas vezes, possuem responsabilidade com qualquer pessoa solicitante de refúgio em seu território. Sob a orientação da ACNUR, desenvolvem legislações próprias para lidar com a questão do refúgio. No Brasil,

⁶ ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 10/10/2022.

⁷https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 10/10/2022.

o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)⁸, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é responsável por analisar e deferir as solicitações de refúgio. O Comitê passou a atuar a partir da lei 947/97, que é considerada o pilar de todas as ações protetivas dos imigrantes-refugiados no país. (REFÚGIO NO BRASIL, 2017). A ACNUR Brasil possui sede em Brasília, com sucursais em São Paulo, Manaus e Boa Vista⁹.

Dentre os vários destinos possíveis, muitas destas pessoas migram para o Brasil pelo fato de o país possuir políticas públicas que facilitam a entrada, a chamada “política de portas abertas”, o que os faz ter a expectativa que o território brasileiro é um bom destino para mudarem de vida. A isso, soma-se o fato da existência das barreiras de entrada restritivas, impostas pelos países desenvolvidos do hemisfério norte.

Apesar do Brasil ser considerado um país acolhedor, ainda há uma preocupante precariedade nas estruturas governamentais e políticas públicas no que tange à questão do refúgio. Para suprir esta deficiência entra em cena a atuação protagonista de instituições sociais, religiosas e educacionais. No dia a dia, este grupo acolhe, informa, esclarece e atualiza sobre questões relativas ao processo de regularização migratória.

Um fato que exemplifica a precariedade acima citada é a situação indigna vivenciada por mais de 100 afegãos que passaram meses morando, de maneira precária, no Aeroporto Internacional de Guarulhos.¹⁰ Desde os primeiros meses do ano de 2022, aproximadamente um milhão de afegãos chegaram no Brasil, fugindo de situações que colocavam em risco suas integridades físicas. Ao pousarem, eles passaram pela imigração e receberam a autorização para permanecerem no país, mas não puderam sair do aeroporto. Para estas pessoas que por meses vivenciaram esta vexatória experiência que limitou suas mobilidades, a promessa da “política de portas abertas” perdeu o sentido. O Ministério das Relações Exteriores emitiu 6.299 vistos para este grupo de imigrantes-refugiados, porém isto não foi o bastante. Como afirmou Carla Mustafá, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, a emissão dos vistos foi apenas uma parte de todo o processo que prevê a lei de migração brasileira. Em suas palavras:

Essa portaria ela garantiu então a entrada e permanência dessas pessoas do ponto de vista documental. Mas não garantiu, por exemplo, que houvesse uma ação ou minimamente um planejamento de como essas pessoas seriam acolhidas. E esse é o maior desafio agora. O que se busca é uma articulação maior entre os municípios, o

⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>

⁹ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>. Acesso em: 10/10/2022.

¹⁰ <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/10/10/127-afegaos-vivem-no-aeroporto-de-guarulhos-em-sp.ghtml>. Acesso em: 10/10/2022.

governo estadual e o governo federal para dar, enfim, uma resposta humanizada e humanitária na acolhida dessas pessoas. (G1, 10/10/2022).

Na época, a prefeitura de Guarulhos se pronunciou afirmando que providenciou a abertura de vagas emergenciais para abrigar este grupo de afegãos, porém continuou sendo insuficiente. Para minimizar a situação, foi oferecido água e comida, o que certamente estava longe de garantir as condições de acolhimento minimamente estruturada, prevista na legislação, nacional e internacional¹¹.

No Rio de Janeiro, a Cáritas se destaca como uma das principais organizações da sociedade civil organizada que acolhe e apoia os imigrantes-refugiados. Seu objetivo é “organizar a solidariedade em favor dos empobrecidos e empobrecidas que vivem em situação de risco na comunidade local, em outras comunidades, no país e no mundo”¹². A instituição foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, em 1956, com o intento de articular obras sociais católicas em todo território nacional. O início do trabalho com os refugiados se deu em 1976. Numa iniciativa pioneira, a Arquidiocese do Rio de Janeiro passou a acolher e prestar assistência aos refugiados que chegavam à cidade. Eles vinham dos países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai e chegavam aqui fugindo da perseguição política dos regimes militares. Na mesma época, Dom Eugênio Sales decidiu instalar um serviço permanente de ajuda a este grupo de pessoas. Com o auxílio da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR -, o cardeal designou a Cáritas-RJ para assumir essa tarefa em nome da Arquidiocese, dando origem ao primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil.

De acordo com a Instituição, em 2017, havia na cidade do Rio de Janeiro cerca de 7.500 refugiados cadastrados, morando e buscando meios de subsistir.¹³ Além do primeiro acolhimento, possui relevantes projetos que ajudam no processo da vinculação deste grupo de pessoas na cidade. Dentre eles: a Feira de Saúde, com orientações sobre saúde e vacinações e a Plataforma Trampolim, cujo objetivo é conectar os imigrantes-refugiados a oportunidades de trabalho.¹⁴

¹¹ <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/10/10/127-afegaos-vivem-no-aeroporto-de-guarulhos-em-sp.ghml>. Acesso em: 10/10/2022.

¹² <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acesso em 08/10/2022.

¹³ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/caritas-diz-que-rio-tem-7500-refugiados-registrados.ghml>. 05/09/2021.

¹⁴ <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acesso em 10/10/2022.

Ffi- Serviços do SUS - Cáritas RJ



Fonte: página da PARES CÁRITAS – RJ, 2022.

Figura 3 - Feira Trampolim de empregabilidade – Cáritas-RJ



Fonte: página da PARES CÁRITAS – RJ, 2022.

Ao entrevistar Débora Alves, assistente social da Cáritas-RJ, ela me explicou como é organizado o trabalho da Instituição¹⁵. Todo o trabalho é realizado a partir quatro pilares:

¹⁵ Entrevista concedida em: 07/11/2022.

O primeiro pilar é responsável pelo atendimento inicial de acolhimento, que é onde tem início o desenvolvimento dos primeiros vínculos. Considerando a fragilidade das suas situações, há todo um cuidado na forma como é feita a aproximação com os imigrantes-refugiados. Algumas questões que são abordadas: se já se encontram na cidade ou se estão chegando naquele dia, se estão com crianças e se há algum problema de saúde. Havendo problemas de saúde ou alguma mulher grávida, é feito o encaminhamento para o Hospital Pedro Ernesto, vinculado à UERJ. Se estiverem chegando naquele momento (do primeiro atendimento) e não tiverem onde ficar, é perguntado se há algum parente ou conhecido na cidade que possa abrigá-los. Caso não haja, é feito o encaminhamento para o abrigo da prefeitura, onde sempre há a possibilidade de não haver vagas. Quando é o caso, eles ouvem um “tente amanhã”. Débora me explica que, ao contrário do que muitos pensam, a Cáritas não possui abrigo. Explica, também, que não é feito uma busca ativa, ou seja, o atendimento é realizado com quem os procura.

O segundo pilar é o responsável pelas orientações sobre a regularização da situação migratória. No caso de pedido de refúgio, os imigrantes-refugiados devem acessar o sistema on-line da polícia federal e preencher os formulários. Este atendimento pode demorar um dia inteiro, principalmente se a família for grande, pois deve ser preenchido um formulário para cada membro da família. Também são orientados sobre quais documentos devem levar pessoalmente a polícia federal. Após o encaminhamento da solicitação, eles recebem uma carteirinha de caráter provisório. Com ela, eles podem circular por todo território nacional até que saia o documento definitivo, que deverá ser renovado a cada dois anos.

O terceiro pilar busca ajudar na integração local. Nesta etapa, os imigrantes-refugiados são atendidos pelas assistentes sociais, com o intuito de conhecer mais a fundo as diferentes histórias. Na busca por uma orientação mais assertiva, os profissionais buscam conhecer sobre a composição familiar, a escolaridade, a experiência profissional e as preferências sobre as atividades laborais. As crianças são encaminhadas para as escolas e é indicada qual a unidade de saúde mais próxima. Além disso, é oferecido curso de português, em parceria com o curso de Letras da UERJ. Ainda dentro deste pilar, são realizadas parcerias com empresas que possuem a intenção de contratar estas pessoas. A partir daí é feita a divulgação de vagas de trabalho. Segundo Débora, trabalhar com comida é uma das alternativas mais viáveis para a geração de renda destas pessoas.

Por fim, o quarto pilar é o chamado “Cáritas para fora”. O objetivo é divulgar e tornar público as iniciativas da Instituição. Isso é feito por meio das redes sociais e de palestras em empresas e escolas, públicas e particulares.

Uma das maiores dificuldades da Cáritas e demais instituições que trabalham com imigrantes-refugiados é a falta de controles estatísticos no Estado, o que dificulta o controle sobre a entrada, permanência e saída destas pessoas.

Além da Cáritas, destaco o trabalho desenvolvido pelo “oestrangeiro.org”. O site integra o laboratório de pesquisa Diaspotics-UFRJ¹⁶ e é coordenado pelo pesquisador Dr. Mohammed ElHajji, um dos mais expoentes pesquisadores da temática migrações transnacionais. O projeto tem como principais objetivos:

apoiar os imigrantes, refugiados e estudantes estrangeiros no Brasil. Independentemente de sua origem, classe social, cor ou credo. Orientar, informar, dar a palavra a esses mesmos imigrantes e denunciar, quando é preciso, atitudes discriminatórias, preconceituosas ou contrárias aos princípios de respeito e dignidade humana. Dar a palavra aos cidadãos interessados pelo tema ou preocupados com a questão. Constituir uma plataforma de atuação junto à mídia, sociedade civil e opinião pública. Agregar instituições sociais, políticas ou humanas implicadas na questão migratória no Brasil, como também colaborar com as redes de pesquisa que tem o fenômeno migratório como foco de ação e atuação¹⁷.

Passados os primeiros momentos da chegada a nova sociedade, é a vez de lidar com uma série de entraves burocráticos. Uma das primeiras medidas é providenciar o chamado “protocolo” - documento provisório que atesta a concessão do visto de residência aos imigrantes que irá valer até o recebimento do documento definitivo, chamado de Registro Nacional de Estrangeiro. Há toda uma dificuldade de se obter informações para se conseguir a documentação necessária que deve ser apresentada à Polícia Federal, órgão responsável pela regularização da situação e concessão dos vistos de residência. Não raro, instituições financeiras, como bancos e os órgãos públicos, em geral, desconhecem este documento, fato que dificulta a providência de ações que garantem a cidadania civil e jurídica dos imigrantes-refugiados (BARALDI et al., 2013). Como exemplo dessas ações há a dificuldade de se alugar um imóvel, a abertura de conta bancária e a revalidação de diplomas.

O fato exposto torna perceptível que um dos vieses que caracteriza os imigrantes-refugiados, enquanto grupo minoritário e precarizado, é sua vulnerabilidade jurídico-social, dada a dificuldade de se adaptarem às leis e práticas sociais vigentes (SODRÉ, 2005). A Cáritas-RJ e o “oestrangeiro.org” integram um conjunto de canais pelos quais a comunidade imigrante de todo país tem acesso a informações atualizadas sobre os mais diversos temas relacionados à migração.

¹⁶ Laboratório de pesquisa da UFRJ focado em migrações transnacionais. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2012/04/14/somos-todos-estrangeiros/>. Acesso em: 05/10/2022.

¹⁷ <https://oestrangeiro.org/2012/04/14/somos-todos-estrangeiros/>. Acesso em: 05/10/2022.

Ao longo dos anos, as leis que balizaram a relação jurídico-social dos imigrantes-refugiados com o estado brasileiro sofreram modificações e atualizações. Em 1980, foi promulgada a Lei 6815, dando origem ao Estatuto do Estrangeiro. O cerne desta lei foi a proteção da soberania nacional frente à possibilidade da ameaça estrangeira. Neste âmbito, o imigrante era considerado um inimigo potencial do país (CLARO, 2020). Esta lei foi responsável, juntamente com outros fatores, por institucionalizar o imigrante-refugiado como o “outro”, o que até hoje dificulta sua vinculação, física e simbólica, no país. Fica fácil entender o contexto desta lei se levarmos em consideração que, à época, a sociedade brasileira estava imersa na ditadura militar, com evidentes cerceamentos aos direitos fundamentais do indivíduo.

Em 1988, com a democracia restabelecida, o Brasil passa a vivenciar um outro cenário político e social. A nova Constituição Federal promulgada neste ano possuía como um dos pilares, e sob a perspectiva dos direitos humanos, os direitos e garantias dos direitos fundamentais do indivíduo. Tal fato evidenciou a obsolescência do Estatuto do Estrangeiro do país, levando a um debate que discutia os direitos dos imigrantes e não apenas, como disposto na lei vigente, suas obrigações e limitações civis. As discussões sobre o tema deram origem a dois Projetos de Lei (PL): (1) o PL5655/2009, que buscou a revogação integral da Lei 6815/1980 e (2) o PL 288/2013, que dispõe sobre os direitos e deveres do migrante, regula sobre sua entrada e permanência no país, além de estabelecer normas de proteção sobre o emigrante brasileiro. Este último Projeto de Lei foi a base da nova legislação migratória do país e, em 2017, se transformou na Lei 13.445.4/2017, dando início a atual Lei de Migração nacional (CLARO, 2020).

Ao abordar a perspectiva política e social dos fluxos migratórios no cenário globalizado, Harvey (2007) apresenta a noção de encolhimento do planeta, ao falar sobre o efeito da compressão espaço-tempo. Para o autor, este efeito é resultado da aceleração no desenvolvimento da informática, das comunicações e dos transportes, que por sua vez, mudou a forma como as pessoas se representam em sociedade. No caso dos fluxos migratórios, é possível cruzar o globo e cruzar continentes usando cada vez mais uma quantidade menor de tempo. O autor chama a atenção, ainda, para o fato que graças às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), as pessoas, incluindo os imigrantes-refugiados, podem estabelecer toda uma sorte de trocas materiais e simbólicas com pessoas de diferentes partes do mundo, fazendo com que seja compartilhado um imaginário social global.

A globalização é um fenômeno próprio da contemporaneidade; é um processo amplo que envolve nações e nacionalidades e que expressa uma nova forma de expansão do capitalismo, possuindo uma relação direta com a questão da mobilidade humana mundial. O

movimento teve início na década de 1990, com a popularização da internet. Enquanto processo econômico, social e cultural, pressupõe a interação entre pessoas, economias, mercados e culturas, em todo o mundo. Trouxe a reboque o imaginário de uma sociedade mundial contemporânea desenraizada, móvel e fluida, onde é possível experimentar um incessante ir e vir, propiciado principalmente pelo ciberespaço.

A constituição destes imaginários sociais não tem origem em componentes teóricos e/ou explícitos, mas sim, surge como imagem latente a nossos processos de interação e sociabilidade. Esta imagem abarca as lendas, os mitos, os estereótipos, os preconceitos e as tradições, enfim, os componentes e ideais compartilhados que legitimam e dão sentido à vida social (TAYLOR, 2006). Neste processo, as nações veem suas soberanias, identidades e redes de comunicação sofrerem as consequências do fluxo de atores transnacionais (Beck, 1999).

Para Hall (2009), a globalização possui forte impacto na construção do sujeito pós-moderno, onde as identidades começam a ser partilhadas a partir do consumo: “consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços, públicos para as mesmas mensagens e imagens” (Ibid, p. 74). Os processos globalizadores reafirmam a interculturalidade ao criarem mercados mundiais de bens materiais e monetários, além de mensagens e migrantes circulando por todo o globo. El Hajji (2017, p. 71) complementa ao dizer que “o fenômeno migratório deve, portanto, ser apreendido [...] como um modo de estar no mundo contemporâneo global, no qual fronteiras e pertencimentos exclusivos e exclusivistas não têm mais o mesmo significado e o mesmo valor moral”.

Ao tratar do tema, Appadurai (2004) diz que a globalização e as novas tecnologias a ela associadas aumenta a velocidade da circulação da informação, descentralizando os processos produtivos e intensificando as trocas. Para o autor, a mobilidade, que engloba as migrações, se firma como um valor no sistema econômico da atualidade. Contudo, ressalta que a globalização também traz consigo o acirramento das tensões, nacionais e estrangeiras, trazidas a reboque das incertezas. Em suas palavras:

A velocidade e intensidade com que elementos tanto materiais quanto ideológicos agora circulam através de fronteiras nacionais criaram uma nova ordem de incerteza na vida em sociedade. [...] Essas várias formas de incerteza criam uma ansiedade intolerável sobre os relacionamentos de muitos indivíduos com os bens proporcionados pelo Estado [...] já que esses direitos frequentemente estão diretamente ligados a quem “você” é e, portanto, a quem “eles” são (APPADURAI, 2009, p.15-16).

A internet, fator preponderante no processo da globalização, intensificou a fluidificação das fronteiras, contribuindo com o livre fluxo das mais diversas práticas culturais. Contribuiu,

ainda, com novas formas de consumo e experiências, por meio da instantaneidade do transporte da informação. Faz parte deste cenário o desenraizamento de elementos essenciais da sociedade capitalista, tais como as mercadorias, a moeda, as empresas e as tecnologias informacionais e comunicacionais (CANCLINI, 2015; IANNI, 2001). É a celebração do móvel, levando as identidades a um estado de formação contínua (MAFFESOLI, 2012).

No caso dos imigrantes-refugiados, a escolha para o local de migração é influenciada de maneira preponderante por redes construídas no ambiente digital, pois a partir delas são identificadas, por intermédio de familiares e amigos que já encontram no local, estruturas mínimas para a moradia e permanência.

Sobre a questão da mobilidade humana, Virilio (1996) atesta que a produção de chineses¹⁸ é uma característica inerente e inegável da contemporaneidade. Para o autor, o mundo, hoje, é essencialmente dromológico, isto é, imerso na movimentação, na circulação, no trânsito e no nomadismo, que imprimem ao tempo um ritmo cada vez mais intenso. O sujeito da atualidade (incluindo o imigrante-refugiado), então, é um sujeito cinético, vivendo uma movimentação ininterrupta no plano social, cognitivo, emocional e afetivo, tornando-se desenraizado, tanto no aspecto material (geográfico) quanto no aspecto imaterial (social e cultural).

As fronteiras, reais ou simbólicas, se apresentam como limites tanto materiais quanto imaginários, esmaecidas em maior ou menor grau em função da construção, desconstrução e reconstrução do espaço real. São elementos indelévels quando se trata do tema dos fluxos migratórios transnacionais, ensejados no cenário globalizado. Para Machado (1988), etimologicamente o termo fronteira implica ‘aquilo que está na frente’, indicando, desta forma, que para além do uso legal e jurídico, a fronteira é um fenômeno espontâneo da vida social, presente nas margens do mundo vivido. O pensamento do autor se aproxima da experiência dos imigrantes-refugiados que saem de suas casas na experiência da diáspora forçada, onde a fronteira toma a forma de futuro, com nuances de libertação, esperança, incerteza e, também, por que não dizer, constrangimento.

Em sua obra, o autor (Ibid) apresenta uma interessante diferenciação entre os termos fronteira e limite. Para ele, o limite jurídico do território é uma abstração cunhada por uma ação do Estado, na busca pela demarcação e controle do espaço territorial. Neste sentido, esta abstração serve à separação entre diversas unidades políticas soberanas. Na esfera jurídica, se

¹⁸Dicionário Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=yMmm>. Acesso em: 07/10/2022.

apresenta como uma barreira fixa, que não considera interesses e fatores comuns. A fronteira, por sua vez, é um lugar de comunicação e troca, uma zona de interpenetração, se constituindo como um espaço de interação.

Trazendo sua contribuição para o debate e corroborando com Machado (1998), Rocheford (2002) assevera que, no mundo contemporâneo globalizado, as fronteiras podem se configurar como redes de interrelações, uma vez que

o termo fronteira se refere à existência de limites, bordas ou confins, porém o ser destas bordas fronteiriças desenha também, além da separação ou delimitação total, a aparição de identidades culturais tanto dissimiles quanto recorrentes. Assim, fronteira significa redes de interrelação – e não só de separação e isolamento (ROCHEFORD, 2002, p. 4).

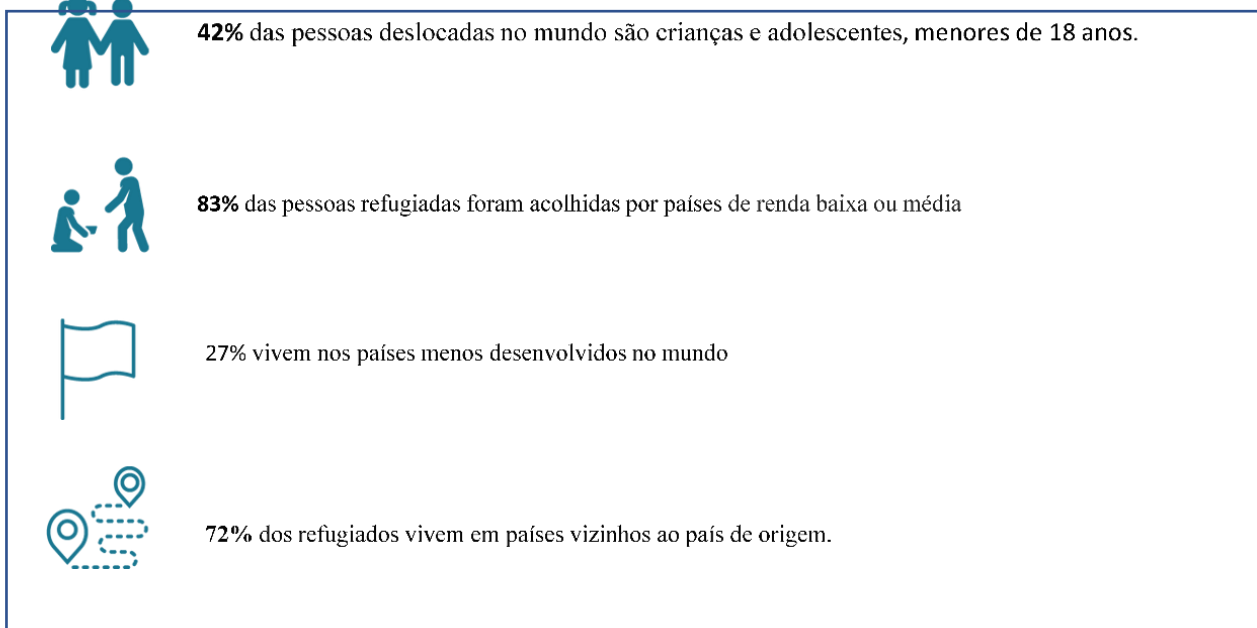
O cenário globalizado possui algumas características próprias e intransferíveis que dialogam diretamente com a questão migratória: a multiterritorialidade, onde, num mesmo lugar, é possível encontrar pessoas das mais diferentes origens; a multiculturalidade, uma vez que nos espaços multiculturais encontram-se uma gama de diferentes culturas e opções simbólicas e, por fim, a interculturalidade, onde as interações e hibridismos proporcionam um sem número de fusões estilísticas, com a presença de inúmeros universos simbólicos compartilhados. Este cenário faz surgir uma significativa e estrutural mudança nas formas de ser, agir, sentir e se relacionar.

1.2 A migração em números

De acordo com a ACNUR, há atualmente mais de 100 milhões de refugiados (número referente a maio de 2022). Uma em cada 78 pessoas no mundo estão nesta situação. No final de 2021 este número era de 89,3 milhões. 27,1 milhões destas pessoas se encontravam na condição de refugiados transnacionais e 53,2 milhões como refugiados nacionais, ou seja, se encontravam dentro de seus países de origem (ACNUR, 2022).

Ainda de acordo com a Instituição, 42% das pessoas deslocadas no mundo são crianças e adolescentes, menores de 18 anos, 83% foram acolhidas por países de renda baixa ou média, 27% vivem nos países menos desenvolvidos no mundo e 72% vivem em países vizinhos ao país de origem.

Figura 4 - Pessoas deslocadas no mundo por faixa etária e renda



Fonte: adaptado da ACNUR- Brasil, 2022.

No Brasil, os números são bastante expressivos. Dados do relatório Refúgio em Números, compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais - ObMigra¹⁹ - e publicados pela ACNUR-Brasil, destaca que entre 2011 e 2021 ocorreram 297.712 pedidos de refúgio no país. Apenas em 2021, o número de pedidos foi de 29.107, oriundos de 117 países diferentes. Esse número equivale a um aumento de 208 solicitações quando comparado ao ano anterior, 2020. Os venezuelanos são maioria absoluta, com 78,5%. Em seguida vem os angolanos, com 6,7% e os haitianos, com 2,7%. Atualmente, há no país 60.011 pessoas reconhecidas como refugiadas (ACNUR BRASIL, 2022). O relatório Refúgio em Números é publicado anualmente e analisa os dados oriundos do governo federal, que se relacionam às questões de refúgio no país.

O ObMigra foi criado em 2013, fruto de um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). O objetivo do Observatório é “ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, apontando estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais” (OBMIGRA, 2022).

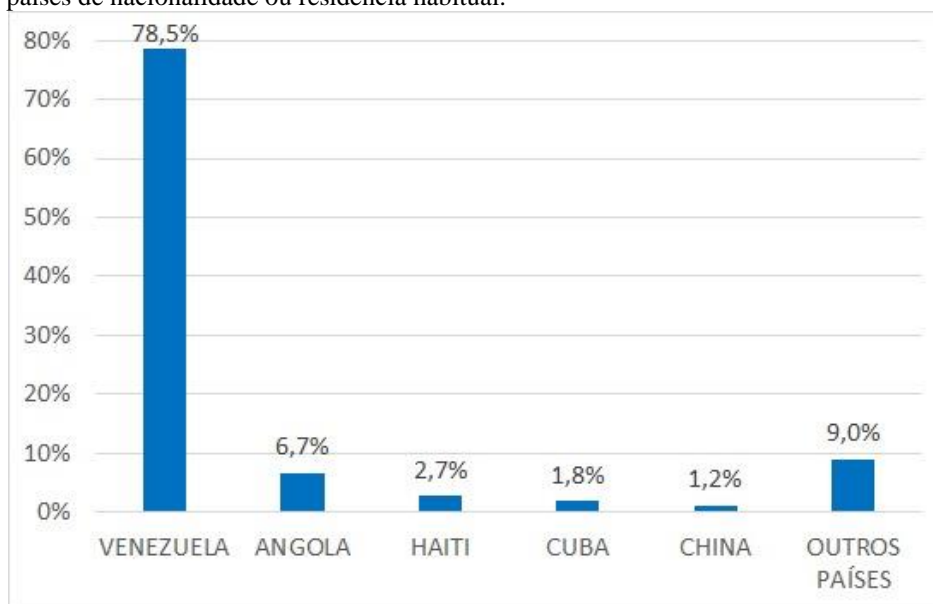
¹⁹ O ObMigra é vinculado ao Ministério do Trabalho.

Tabela 1 - Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refúgio, por nacionalidade

Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2021.	
Principais Países	Nº de solicitações
Total	29.107
VENEZUELA	22.856
ANGOLA	1.952
HAITI	794
CUBA	529
CHINA	345
GANÁ	307
BANGLADESH	257
NIGÉRIA	246
ÍNDIA	139
COLÔMBIA	138
PERU	128
LÍBANO	90
GUINÉ	84
SENEGAL	79
SÍRIA	71
CAMARÕES	57
MARROCOS	57
NEPAL	55
PAQUISTÃO	41
GUINÉ BISSAU	39
OUTROS PAÍSES	843
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.	

Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2022

Gráfico 1 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por países de nacionalidade ou residência habitual.



Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2021

Com relação ao gênero, no ano de 2021, os homens representaram 57,7% do total dos pedidos de refúgio. As mulheres representaram 46,3 do total. Ainda dentro desse quesito, a Venezuela ratifica sua prevalência. As solicitações desse país correspondem a 75% do total dos pedidos do sexo masculino e 82% do total dos pedidos do sexo feminino. Mantendo a estatística, as solicitações angolanas vêm em seguida, correspondendo a 6,2% do total de pedidos masculinos e 7,4% do total de pedidos femininos²⁰.

²⁰ O Relatório não considera a identidade de gênero.

Tabela 2 – Solicitações de reconhecimento da condição de refúgio, por sexo

Proporção de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil - 2021				
Idade	Total	Homens	Mulheres	Não Informado
Total	100,0%	53,7%	46,3%	0,0%
VENEZUELA	100,0%	51,3%	48,7%	0,0%
ANGOLA	100,0%	49,2%	50,8%	0,0%
HAITI	100,0%	57,1%	42,9%	0,0%
CUBA	100,0%	56,5%	43,5%	0,0%
CHINA	100,0%	60,6%	39,4%	0,0%
GANÁ	100,0%	89,9%	10,1%	0,0%
BANGLADESH	100,0%	96,1%	3,9%	0,0%
NIGÉRIA	100,0%	78,0%	22,0%	0,0%
ÍNDIA	100,0%	89,9%	10,1%	0,0%
COLÔMBIA	100,0%	52,9%	47,1%	0,0%
PERU	100,0%	51,6%	48,4%	0,0%
LÍBANO	100,0%	72,2%	27,8%	0,0%
GUINÉ	100,0%	85,7%	14,3%	0,0%
SENEGAL	100,0%	93,7%	6,3%	0,0%
SÍRIA	100,0%	64,8%	35,2%	0,0%
CAMARÕES	100,0%	68,4%	31,6%	0,0%
MARROCOS	100,0%	89,5%	10,5%	0,0%
NEPAL	100,0%	98,2%	1,8%	0,0%
PAQUISTÃO	100,0%	73,2%	26,8%	0,0%
GUINÉ BISSAU	100,0%	74,4%	25,6%	0,0%
OUTROS PAÍSES	100,0%	65,0%	34,9%	0,1%
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.				

Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2022.

Com relação a faixa etária, a maioria dos solicitantes de refúgio corresponde a pessoas menores de 15 anos de idade. Em segundo lugar, surgem as pessoas entre 15 e 24 anos de idade. Em seguida, há o grupo de pessoas entre 25 e 40 anos de idade. Os três grupos somados representam 84,6% dos solicitantes, denotando um perfil majoritariamente jovem dos solicitantes de refúgio no país.

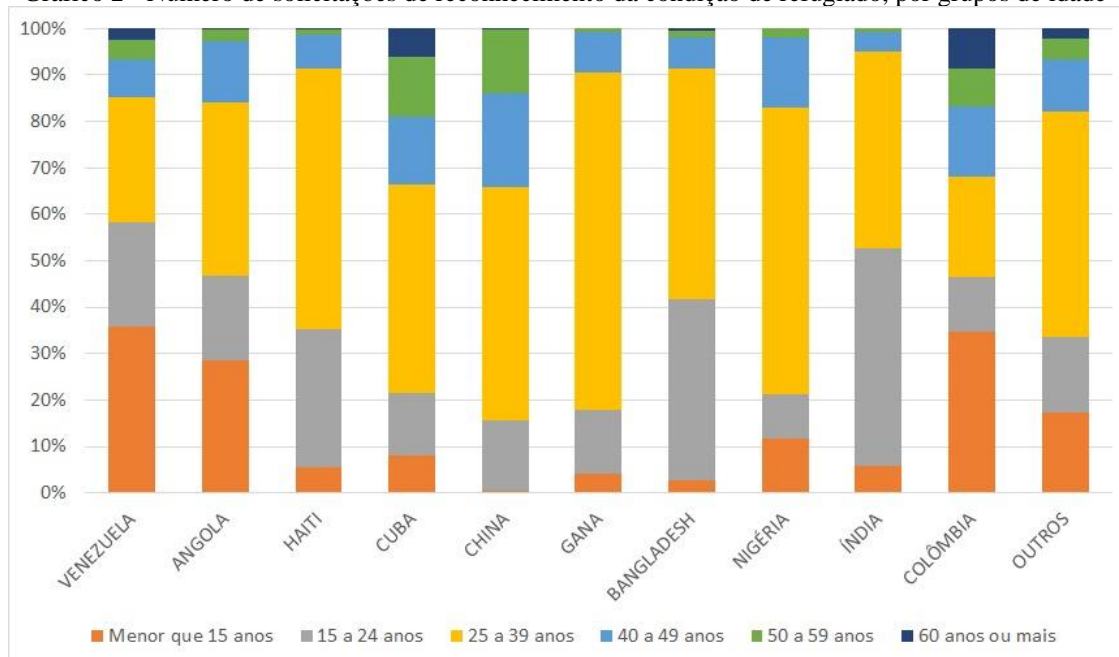
Tabela 3 – Número de solicitações de reconhecimento da condição de refúgio por faixa etária

Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por grupos de idade, segundo principais países de nacionalidade ou residência habitual, Brasil - 2021.							
Pincipais Países	Total	Menor que 15 anos	15 -- 25	25 -- 40	40 -- 50	50 -- 60	60 --
Total	29.107	9.214	6.329	9.096	2.597	1.242	629
VENEZUELA	22.856	8.198	5.118	6.166	1.853	979	542
ANGOLA	1.952	556	354	733	255	49	5
HAITI	794	44	235	446	58	9	2
CUBA	529	42	72	237	78	67	33
CHINA	345	2	52	173	70	47	1
GANÁ	307	13	42	223	27	2	-
BANGLADESH	257	7	100	128	17	4	1
NIGÉRIA	246	29	23	152	37	5	-
ÍNDIA	139	8	65	59	6	1	-
COLÔMBIA	138	48	16	30	21	11	12
PERU	128	108	5	7	4	2	2
LÍBANO	90	8	27	34	8	10	3
GUINÉ	84	-	33	45	6	-	-
SENEGAL	79	-	21	48	9	1	-
SÍRIA	71	11	8	36	6	5	5
CAMARÕES	57	-	9	42	6	-	-
MARROCOS	57	-	10	32	10	3	2
NEPAL	55	1	16	35	3	-	-
PAQUISTÃO	41	2	7	24	7	1	-
GUINÉ BISSAU	39	-	4	31	4	-	-
OUTROS PAÍSES	843	137	112	415	112	46	21

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado.

Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2021

Gráfico 2 - Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por grupos de idade



Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2021

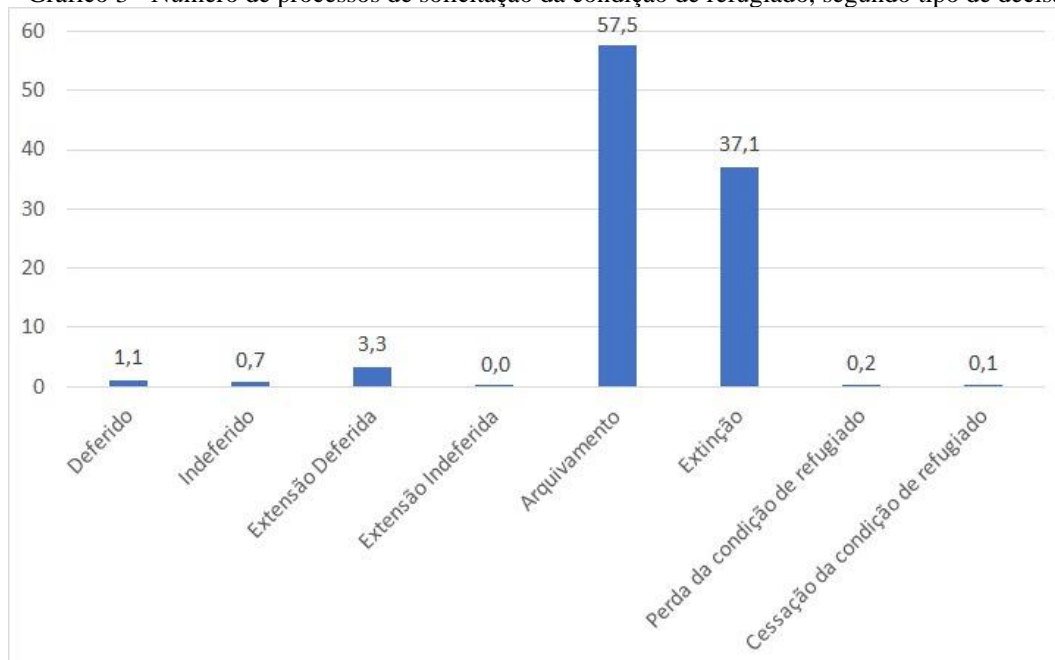
Com relação a quantidade de deferimentos, em 2021, o CONARE deferiu 769 pedidos de solicitações de refúgio. Esse número corresponde a 1,1% das decisões. A quantidade de indeferimento foi de 467 casos, equivalendo a 0,7% das decisões.

Tabela 4 – processos de solicitações de reconhecimento de refúgios

Tabela 2.2.1. Número de processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, segundo tipo de decisão, Brasil - 2021.	
Tipo de decisão	Número de processos
Total	70.933
Deferido	769
Indeferido	467
Extensão Deferida	2.317
Extensão Indeferida	5
Arquivamento	40.816
Extinção	26.325
Perda da condição de refugiado	149
Cessação da condi�o de refugiado	85
Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), 2021.	

Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2022

Gráfico 3 - Número de processos de solicita o da condi o de refugiado, segundo tipo de decisão



Fonte: OBMigra - Refúgio no Brasil, 2021

1.3 Origem dos fluxos migratórios no Brasil



Fonte: Migrações em debate, 2022²¹

A formação cultural-identitária do Brasil está fortemente associada a presença da migração transacional, evidenciada pelos fluxos migratórios iniciados com a chegada dos portugueses, em 1500. Está associada, ainda, pelo tráfico de escravos, oriundos da África, que perdurou até os idos de 1850, ano em que ocorreu a proibição do tráfico negreiro. Em 1888, foi proclamada o fim da escravidão no país, período que coincidiu com o fim da era imperial e início da era republicana. Entre 1890 e 1930, o fluxo migratório transnacional foi marcado pela chegada de trabalhadores rurais europeus. Estas pessoas incorporaram características sociais, culturais e linguísticas às já existentes, ratificando a premissa do estado contínuo de construção e reconstrução das características socioculturais das sociedades.

No início da era republicana, o projeto imigrantista ensejava o povoamento do território e o desenvolvimento socioeconômico nacional. A partir dos referidos eventos históricos, houve a necessidade de promover a substituição da mão-de-obra escrava que até então era utilizada nas lavouras do país, principalmente as de café, localizadas na região do Vale do Paraíba e no oeste paulista (MOURA, 1988; PAIVA & LEITE, 2014). Estas lavouras possuíam forte representatividade na economia da época, respondendo por 70% da produção mundial.

²¹ Disponível em: <https://migracoesemdebate.com/2022/06/22/8-dados-recentes-que-voce-precisa-saber-sobre-refugio-no-brasil-em-2021/> . Acesso em: 06/10/2022.

Figura 5 - Princesa Isabel entrega a Lei Áurea assinada ao Barão de Cotagipe



Fonte: Toda Matéria, 2021²²

Figura 6 - A Lei Áurea



Fonte: Fonte: Toda Matéria, 2021.²³

No período entre a metade do Séc. XIX e início do século XX, os imigrantes em solo brasileiro eram principalmente de nacionalidade italiana e portuguesa. Os portugueses foram motivados a migrar diante da fragilidade econômica de Portugal, que depois que o Brasil deixou de ser sua colônia, teve dificuldades de manter a qualidade de vida da população. A maioria

²² Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/> . Acesso em: 27/10/2021.

²³ Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/> . Acesso em: 27/10/2021.

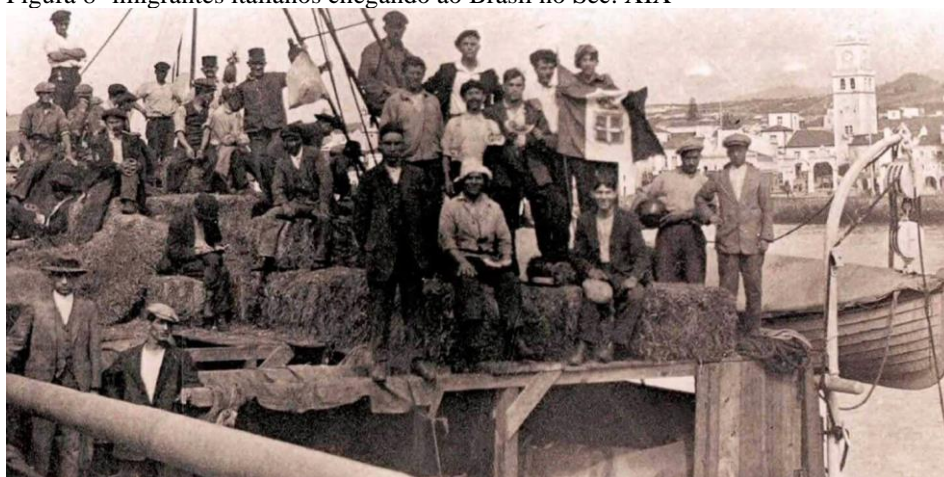
dos portugueses migrou para a cidade do Rio de Janeiro. Porém, apesar do significativo número de imigrantes portugueses, o maior número ficou por conta dos italianos, que migraram principalmente para o estado de São Paulo.

Figura 7 - imigrantes portugueses chegando ao Brasil no Séc. XIX



Fonte: B&B Advogados, 2016²⁴

Figura 8- imigrantes italianos chegando ao Brasil no Séc. XIX



Fonte: Ítalo – Cidadania Italiana, 2029²⁵

Os principais motivos para a migração dos italianos foram as tensões existentes entre os trabalhadores e os latifundiários; o esgotamento das terras, responsáveis por crises agrícolas e

²⁴ Disponível em: <https://advogadoemportugal.com/blog/um-pouco-da-historia-da-imigracao-portuguesa-no-brasil/>. Acesso em: 27/10/2021.

²⁵ Disponível em: <https://italocidadaniaitaliana.com.br/imigracao-italiana-no-brasil>. Acesso em: 28/10/2021.

os sistemas econômicos deficitários, responsáveis por altas taxas de desemprego. Os camponeses foram expulsos de suas terras e os artesãos, sufocados pela indústria (GASPARETTO JR., 2014; FIGUEREDO & ZANELATTO, 2017). E neste cenário, “os italianos pobres foram obrigados a buscar em outros países as condições de vida que sua pátria lhes negava” (IOTTI, 2003, p.12). Entre 1869 e 1962, 24 milhões de italianos migraram para diferentes partes do mundo. Deste total, até 1930, 10 milhões vieram para o Brasil. Pela primeira vez na história, houve mais migrações para o Brasil que para a vizinha Argentina (MARAN, 1979; IOTTI, 2003).

Tabela 5 - Quantitativo de refugiados no Brasil.

Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	-	-	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e Turcos	96	7.124	45.803	20.400	24.491
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: IBGE, 2000²⁶

Apesar de o grande contingente de migrantes ocuparem os postos de trabalho no meio rural, um significativo número constituiu a força de trabalho na cidade de São Paulo. Na última década do Sec. XIX, mais de 80% da mão-de-obra da indústria da cidade era composta por imigrantes. Maran, (1979) apresenta dois principais motivos para a relevante presença dos imigrantes nos postos de trabalho: o ‘homem livre nacional’ não se sentia atraído pelo trabalho braçal por considerá-lo degradante, da mesma forma que não atraía o negro recém liberto. Para este último, a negação do trabalho era uma forma de reafirmar sua liberdade. Os que buscavam trabalho preferiam atuar na zona portuária. Com o fim do sistema escravocrata e a chegada dos imigrantes europeus, o Brasil dá início ao sistema de trabalho assalariado. A remuneração constava de uma parte fixa e outra variável, como nos conta Iotti (2015):

Dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo foram empregados nas plantações de café. Um contrato de trabalho padrão era preparado pelo escritório de imigração. Tratava-se de um contrato de um ano. Esse contrato previa o pagamento de um salário

²⁶ Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso em: 28/10/2021.

base proporcional ao número de pés de café atribuído ao trabalhador. A esse salário base juntava-se uma soma variável [...], em função da colheita obtida. Ao lado dessas retribuições monetárias, o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar por sua conta (IOTTI, 2015, p. 1).

A transição para este sistema de trabalho, como era de se esperar, não ocorreu sem conflitos. A realidade precária encontrada pelos imigrantes foi significativamente diferente da expectativa de se tornar um pequeno agricultor rural e viver uma vida digna. Como a maioria não possuía recursos, os custos da viagem até o destino, como transporte e alimentação, eram financiados pelos proprietários das terras, fazendo com que eles já chegassem endividados. A situação ficava ainda pior, pois uma vez já integrados ao sistema de trabalho, eram levados a uma situação de semiescravidão, visto que eram obrigados a realizarem as compras para sua subsistência em estabelecimentos de propriedade dos patrões (SANTOS, 2008; TEIXEIRA, 1996). Moura (1998) chama esta política salarial imigrantista de ‘segundo tráfico’, por guardar fortes semelhanças com o tráfico negroiro.

Na discussão acerca do projeto imigrantista brasileiro há uma sensível questão que deve ser colocada. Além da necessidade da substituição da mão-de-obra escrava, havia, de forma subjacente, o projeto de embranquecimento da população, que estava no cerne de um programa desenvolvimentista e civilizatório, fundamentado na eugenia e no racismo eurocêntrico.

Estava no bojo deste programa a busca por uma identidade nacional como forma de evitar uma fragmentação de valores e ideais - e consequente perda de poder das elites - que poderiam advir da separação política de Portugal, com a proclamação da independência (SCHWARCZ, 1998). A nova identidade deveria representar o Brasil e o povo brasileiro, sendo um fator de coesão e autoidentificação. Como nos diz Pesavento (2007),

a identidade, como construção imaginária de pertencimento e invenção do mundo, precisa que os indivíduos nela se reconheçam. É necessário, então, que ela seja atraente e que os personagens, os eventos, as datas e os hábitos possam ser identificados e reconhecidos como verdadeiros, e que, de certa maneira, eles sejam reconhecidos como portadores das qualidades desejadas (PESAVENTO, 2007.484).

Na busca pela identidade da nova nação, a figura do negro se apresentava como um elemento indesejado. Com isso, houve uma decisão consciente das elites de excluir qualquer traço de africanidade e se aproximar culturalmente das nações europeias. É importante ressaltar que muitos abolicionistas não eram a favor do movimento por solidariedade aos escravos oprimidos. Ao considerarem os negros seres inferiores e inaptos para o trabalho, evidenciavam uma motivação racista, não humanitária. Azevedo (2004) cita Tavares Bastos, um advogado alagoano eleito deputado em 1861 e promotor da inferioridade do negro, para ilustrar este fato:

Tavares Bastos é um exemplo típico desta postura numa época em que ela ainda tomava forma. Em seus textos há uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre branco e trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, e o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento. Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou pela negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório, atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação (2004, p. 55).

Para este político não era apenas uma questão de libertar os escravos, mas sim tirá-los de cena fazendo com que fossem substituídos por ‘trabalhadores civilizados e europeus’. Sua visão era compartilhada por vários outros políticos, donos de terras e intelectuais, da época. Uma figura central neste debate é o conde Joseph Arthur de Gobineau, um diplomata francês que encontrava na amizade do Imperador D. Pedro II um alento entre os que ele chamava de “mulatos feios de meter medo”, “de sangue e espírito viciados” (RAEDERS, 1988). Considerado o precursor das teorias racistas, o conde Gobineau considerava a miscigenação um caminho para a degenerescência de uma nação. A solução para o Brasil, então, estaria na mistura com o sangue ariano. De acordo com ele,

se em vez de se reproduzir entre si, a população estivesse em condições de subdividir mais ainda os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças, de alto valor com as raças europeias, o movimento de destruição observado em suas fileiras se encerraria, dando lugar a uma ação contrária. A raça se restabeleceria, a saúde pública melhoraria, a índole moral se retemperaria e as mais felizes mudanças se introduziriam na situação social deste admirável país (GOBINEAU, 1874 apud RAEDERS, 1998, p. 242).

As ideias racistas do conde Gobineau influenciaram os pensamentos de expoentes intelectuais e evolucionistas da época, como Euclides da Cunha, Oscar Freyre, Nina Rodrigues e Joaquim Nabuco (AZEVEDO, 2004; GOES, 2011) e era com ele que, infelizmente, D. Pedro II conversava e se aconselhava sobre questões referentes à abolição dos escravos e sobre o projeto imigrantista. Já no Séc. XX, a partir da década de 1950, o Brasil volta a ficar no radar dos imigrantes europeus e japoneses. O grande motivador, desta vez, é a decadência e destruição das cidades destes territórios, em consequência da Segunda Guerra Mundial.

Como já visto, atualmente, no século XXI, as migrações transnacionais fazem parte, de maneira decisiva, das sociedades contemporâneas, apontando para um mundo diaspórico e plural, onde fronteiras fixas e estigmatizantes se tornam cada vez mais fluidas e porosas. Neste cenário, se desenham novas representações e identidades – nacionais e individuais – proporcionando novas formas de ser e de ver o mundo. É disso que tratarei no próximo capítulo.

2 DIÁSPORAS E IDENTIDADES

Figura 9 - Indivíduos em diáspora



Fonte: Ministério da Justiça, 2022²⁷

A pesquisa sobre diásporas e identidades culturais oferece diversas possibilidades teóricas. Para me aproximar do entendimento de como se dá, na prática, o processo das ressignificações identitárias vivenciado pelos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade, escolhi seguir o caminho dos Estudos Culturais como referência teórica. Ressalto, contudo, que mesmo partindo de um referencial teórico existente, o cenário globalizado, dinâmico e desenraizado força os conceitos a acompanharem a velocidade e mutabilidade do vivido. Por este motivo, me proponho a estudar os conceitos sem perder de vista que se trata de fenômenos presentes na vida social, o que impede que sejam enquadrados em formatos fixos. Neste capítulo, discorrerei sobre questões relacionadas à diáspora e às identidades e como elas permeiam o surgimento da alteridade.

2.1 O processo diaspórico

Embora o interesse da pesquisa recaia, predominantemente, sobre as diásporas forçadas, é importante que se diga que elas também podem ser voluntárias. Como assevera Appadurai (2004):

Nunca como agora tantas pessoas parecem imaginar rotineiramente a possibilidade de elas ou os seus filhos viverem e trabalharem em lugares diferentes daqueles que nasceram: é esta a fonte do aumento da taxa de migrações a todos os níveis da vida social, nacional e global. [...] E depois há os que se deslocam em busca de trabalho, riqueza e oportunidade, muitas vezes porque as circunstâncias em quem se encontram são intoleráveis. [...] Podemos falar de diásporas de esperança, diásporas de terror e diásporas de desespero. Mas em todos os casos estas diásporas trazem a força da imaginação, como memória e como desejo, para as vidas de muita gente vulgar [...] (APPADURAI, 2004, p. 17).

²⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio> . Acesso em 05/12/2022.

Como visto no capítulo anterior, principalmente na década de 1990, a mobilidade se torna um elemento preponderante das sociedades globalizadas contemporâneas. Como consequência, os processos transnacionais conquistam um protagonismo cada vez maior, legitimando as noções de pertença transnacionais e diaspóricas. Independentemente do tipo de diáspora, as pessoas, ao chegarem em seus novos e desafiadores destinos, não abandonam seus vínculos identitários-culturais originais.

Corroborando com o dito acima, Évora (2004) chama a atenção para o fato que, de forma indissociável, no processo diaspórico estão presentes tanto a manutenção dos laços com o país de origem quanto a construção de novos laços afetivos e novas territorialidades. Em suas palavras:

os traços comuns das diferentes diásporas são, à partida, uma identidade etnocultural que se exprime por uma comunidade de crença, língua, modo de vida, procedendo de uma fonte territorial e de uma história localizada num espaço de referência, que para a ideologia do conjunto, é a pátria comum, o paraíso perdido. (ÉVORA, 2004, p. 9).

A reidentificação poderá ocorrer pela língua, música, vestimenta, religião, memória, comida, entre outros. No caso dos imigrantes-refugiados, que na busca pela subsistência, trabalham na Feira Chega Junto comercializando comidas típicas de seus locais de origem, há uma visível tensão entre a manutenção do pertencimento ao país de origem e a construção das novas identidades. O contato com a comida típica e com todo o ritual da comensalidade presente, abre uma fenda para o retorno à cultura original, curando, momentaneamente, a ruptura.

O termo diáspora tem sua origem epistemológica na língua grega *diasporein*, que significa semear a dispersão das pessoas (BONNICI, 2005). Creio que o exemplo mais emblemático seja a passagem bíblica do velho testamento onde o “povo escolhido” que vivia como escravo no Egito é guiado por Moisés a caminho da “terra prometida”. É possível perceber, aqui, a narrativa da busca pela libertação da opressão, a busca pela vida (merecidamente) digna. Diáspora, então, é a saída de pessoas (e grupo de pessoas) de seus locais de origem em direção a outros lugares, sob uma perspectiva positiva.

Peralva (2008), aponta como perspectiva pessimista da diáspora o fato de os imigrantes refugiados serem, em muitos casos, considerados passíveis de suspeição. Este fato por si só, indica as dificuldades e limites da vinculação, física e simbólica, destas pessoas na sociedade de destino, que no caso da presente pesquisa, é a cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, para

o autor, as diásporas se configuram como uma anomia, ou seja, uma ausência ou desvio de regras - formais e tácitas -, uma vez que questionam a fidelidade à nação unificada.

Os deslocamentos forçados geram uma rede de relações ao manterem vivos os elos com os países de origem. Estes elos se dão por meio das lembranças e do temor de se distanciar simbolicamente, e não apenas fisicamente, das referências físicas e afetivas originais enquanto se dá o processo de dispersão vinculação.

Nos estudos sobre o tema fica evidente as camadas de subjetividade presentes em todo processo diaspórico, o que permite uma aproximação da compreensão sobre a forma pela qual os imigrantes-refugiados são afetados pela experiência da diáspora diante das opções de novas formas de existência. Como assinala Cho (2007), é um equívoco pensar a diáspora como um objeto de análise; é importante que ela seja entendida como uma condição de subjetividade, cunhada por contingências históricas e genealogias de expropriação. Sua existência encontra-se em processos intensamente subjetivos de memória racial, de lutos por perdas (nem sempre possíveis de serem vividos) e de desejos não consumados. Surge na espectralidade da dor e “dos prazeres de obscuros milagres de conexão” (CHO, 2007, p.4).

Cohen (2008), aponta como subjetividades da diáspora - principalmente se o deslocamento foi forçado -, a idealização de uma identidade coletiva, a relação, passível de conflito, com a sociedade de acolhimento e a expectativa do retorno. Para Sideri (2008), por sua vez, a diáspora é um conceito espacial por excelência e se caracteriza por uma distinta forma de produzir sentidos, que são produzidos, evocados e moldados de forma profundamente simbólica, a partir de novas representações e percepções no espaço-tempo.

A produção de sentidos é fundamental na construção e reconstrução das novas e híbridas identidades, ou seja, os imigrantes-refugiados emergem em novos espaços e tempos. Ao mesmo tempo que se transfiguram, também modificam o espaço onde se inserem. Estudar a diáspora é uma forma de entender as relações com o espaço-tempo e como os dois conceitos se imbricam na formação das identidades. A experiência da diáspora (re)liga, de forma atemporal, o passado, o futuro e o presente, numa linha ininterrupta (HALL, 2009).

A identidade diaspórica é naturalmente antiessencialista, uma vez que as noções de lugar, espaço e mobilidade são contrapostos ao caráter essencialista de uma suposta identidade nacional. Neste sentido, passa, então, a ser encarada como uma superação da identidade nacional ao evidenciar uma nova perspectiva de pertença (GILROY, 1997).

Entrando no debate, Clifford (1994) afirma que a coletividade é algo intrínseco ao processo diaspórico. Enquanto movimento coletivo, atravessa a emergência de uma nova visão de mundo, que é fundamentada nas sociabilidades presentes entre o grupo de imigrantes-

refugiados entre si e os atores sociais presentes na sociedade de destino. Há nos grupos diaspóricos um encontro entre as bases culturais de origem e as novas práticas culturais com as quais os grupos se deparam, chamando a atenção para a irrefutável presença da diferença. O autor afirma que este fato traz profundas implicações no campo social e político, uma vez que ambos fazem parte da estrutura, em seus aspectos tangíveis e intangíveis, que irão sustentar e manter novos sentidos de pertença.

Trago, neste momento, a contribuição de um dos mais expoentes pesquisadores sobre o tema da diáspora, Stuart Hall. O autor, que nasceu na Jamaica e migrou para a Inglaterra em 1951, atribui seu interesse pelo fenômeno migratório à sua experiência pessoal. Em suas palavras:

[...] sinto que não estou em casa em nenhum dos dois países. [...] É por isso que me interesse pelo fenômeno das diásporas, pelos hibridismos, pelo que constitui 'a casa', para o qual nunca se volta indefinidamente (HALL, 2009, p. 197). [...] Cada dispersão carrega consigo um retorno redentor (Ibid, p. 28).

A diáspora não deve ser estudada e refletida a partir do binarismo, tratando de forma absoluta igualdades e diferenças e colocando em oposição o que está dentro e o que está fora. Quando isto acontece, há o reforço do pensamento dicotômico do 'um' em oposição ao 'outro'. Este pensamento cria fronteiras físicas e simbólicas de exclusão, o que acarreta o aumento do conflito no processo de vinculação dos imigrantes-refugiados ao novo lugar (HALL, 2009). Sayad (1998), expoente pesquisador do tema das migrações, descreve assim o imigrante:

[...] o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado [...], nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro. (p11). [...] Não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriade" (p. 49).

O depoimento da Louise, imigrante-refugiada nascida na República de Camarões, reforça as palavras de Sayad (1998). Esta foi a resposta, bem-humorada, quando perguntei se ela pensa em retornar para seu país de origem: "Não. Já fui três vezes lá na África e voltei. Não... Já fui voltei; fui e voltei. Já três vezes. Gosto do Brasil. Se não, ficava lá, né (risos)?" (Entrevista concedida em 24/11/2018).

No imaginário do imigrante-refugiado que se estabeleceu na cidade, sua casa sempre será seu país de origem e aqui, a cidade escolhida, sempre será o lugar provisório, ainda que esse provisório perdure por toda a vida. Hall (2009) define bem o sentimento diaspórico vivenciado pelos imigrantes-refugiados ao dizer que eles estão "longe o suficiente para

experimental o sentimento de exílio e perda, perto o bastante para entender o enigma de uma chegada sempre tardia” (p. 393). Inspirada em Hall (2009), Di Cesare (2020) afirma que este grupo de pessoas se situa “num lugar de trânsito [...], aonde quem tinha partido não tinha chegado, onde quem tinha deixado tudo não tinha ainda encontrado nada” (p. 22).

A realidade deixada para trás carrega consigo tanto as chagas de uma vida de sofrimento quanto o vislumbre de um amanhã melhor. Apesar de todas as dificuldades vividas, percebi em todas as pessoas que entrevistei uma visível vontade e disposição para fazer dar certo. A nova existência, no novo lugar, se apresenta como um grande devir, que traz consigo inúmeras potencialidades e possibilidades.

No decorrer do trabalho de campo, pude perceber que, no deslocamento físico-simbólico-geográfico, a diáspora propicia, de fato, uma interseção cultural-identitária, onde pelas trocas e interações, as práticas culturais originais tendem a ser reforçadas. Apesar de únicas, as histórias guardam como semelhança o fato de a diáspora mudar aqueles que saem, aqueles que ficam e aqueles que já se encontram por aqui. Para além de um fenômeno social, a diáspora é um estado de ser, um sentimento.

2.2 O diálogo intercultural: o eu, o outro e o nós

As culturas estão todas envolvidas umas com as outras; nenhuma é pura e singular, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e nada monolíticas (SAID, Edward, 1993).

Sendo a diáspora um conceito extranacional, intrínseco ao processo migratório, em todas as suas especificidades, é mister que sejam considerados os imbricamentos interculturais, uma vez que no mundo contemporâneo, dromológico e mutável, onde “a vida consiste em atravessar constantemente fronteiras” (CERTEAU, 1981, p. 10), o encontro com outras culturas é algo inevitável. Para nos ajudar a dar conta da diversidade, complexidade e mutabilidade deste cenário, discorrerei, a seguir, sobre dois termos: multiculturalidade e interculturalidade. Em ambos está implícito o termo cultura e é por ele que iniciarei.

De acordo com os principais pesquisadores que se dedicam ao tema, o conceito de cultura é um dos mais complexos das ciências humanas e sociais. No Séc. 19, Taylor (1872), cunhou, de forma precursora a primeira definição. Para este autor, cultura, “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral,

leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (p.1).

Evidenciando a dificuldade de conceituação, Kroeber e Kluckhohn (1952) se debruçaram, na metade do século XX, sobre 162 definições diferentes para o termo cultura. Como resultado, se depararam com a impossibilidade de escolher (ou cunhar) uma que contentasse, ao menos, a maioria dos pesquisadores.

De um modo geral, as recorrentes definições levam em consideração a vida social do indivíduo, privilegiando a perspectiva coletiva, independentemente da herança genética. Tradicionalmente, designa tudo o que de melhor se dizia e pensava sobre uma sociedade. De forma concomitante, o termo cultura busca abranger elementos identitários de uma sociedade, bem como delimitar o que fica e o que sai; o que serve e o que não serve.

Era entendido como o conjunto das grandes ideias, traduzidas nos clássicos da literatura, da pintura, da música e da filosofia, enfim, a “alta cultura” de determinada época. Numa referência mais contemporânea, o termo cultura é utilizado para se referir ao consumo e disseminação da chamada cultura de massa (ou cultura popular), identificada por: músicas populares, literatura, arte, entretenimento, entre outros. Sob esta perspectiva, diz respeito a cultura presente no cotidiano da maioria dos cidadãos comuns de uma sociedade. Por muito tempo, o debate sobre o tema girou em torno do confronto entre estas designações: “alta cultura” e a “cultura de massa”. Os dois termos são revestidos de uma forte e conflitante carga de valor. Grosso modo, a “alta cultura” referia-se a algo bom e superior, enquanto a “cultura de massa” referia-se a algo menor, de qualidade inferior, de mau gosto, indigesto e anacrônico (HALL, 2016; ARANTES, 1986).

A obra de Humberto Eco “Apocalípticos e Integrados” (1972) marcou os debates sobre a indústria cultural e a cultura de massa. O autor tipificou, de forma polarizada, as discussões vigentes. De um lado havia a corrente que considerava a cultura de massa uma anticultura, a contrapondo a cultura aristocrática ou elitista. Desta forma, era apontada como indício de decadência. No outro lado, havia a corrente que considerava a cultura de massa uma forma de aumentar a abrangência do que poderia ser considerado cultura. Levava em consideração manifestações culturais que pudessem ser acessadas por outras camadas sociais, além das elites. A corrente apocalíptica representava os que se consideravam acima da banalidade e mediocridade, próprios das massas. A corrente integrada, por sua vez, por meio de um olhar mais democratizante, levava as pessoas à um consumo não estigmatizante das mais variadas manifestações culturais.

Chamando a atenção para a relevância do “sentido” no trato com o termo cultura, Morin (1975) afirma que a mesma está associada intrinsecamente à várias camadas de subjetivação. Além de fornecer elementos constitutivos, dá suporte à criação (contínua) de novas significações e inquietações. Faz parte da cotidianidade e da existência imaginada. Em suas palavras:

[...] uma cultura constitui um corpo complexo de normas, símbolos, mitos e imagens que penetram o indivíduo em sua intimidade, estruturam os instintos, orientam as emoções. Esta penetração se efetua segundo trocas mentais de projeção e de identificação polarizadas nos símbolos, mitos e imagens da cultura [...]. Uma cultura fornece pontos de apoio imaginários à vida prática, pontos de apoio práticos à vida imaginária; ela alimenta o ser semi-real, semi-imaginário, que cada um secreta no interior de si (sua alma), o ser semi-real, semi-imaginário que cada um secreta no exterior de si e no qual se envolve [sua personalidade] (p. 10-11).

Neste sentido, e de maneira biunívoca, o sujeito projeta na vida imaginada a sua vida cotidiana ao mesmo tempo em que estas mesmas projeções se modificam para adequar um desejo insatisfeito. O imaginado projetado no real se ancora nos valores tangíveis da sociedade em que se vive, valores estes que tem no imaginário a sua origem.

Dialogando com a visão de Morin (1975), Hall (2016) diz que na atualidade, cultura deixa de ser um amontoado de coisas (arte, literatura, entretenimento, entre outros) e passa a se referir a um conjunto de práticas produtoras de sentidos. Para o autor (Ibid, p. 20), “a cultura diz respeito ao compartilhamento de significados entre os membros de um grupo ou sociedade”. Dizer que duas pessoas pertencem a mesma cultura é o mesmo que dizer que ambas interpretam o mundo de maneira similar e que ao expressarem seus pensamentos e sentimentos, eles se compreendem mutuamente. Desta forma, a cultura “depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e deem sentido às coisas de forma semelhante” (HALL, 2016, p. 20).

Se configurando como uma forma normativa de imaginar a sociedade, a cultura irá orientar e estruturar a interação e a comunicação entre instituições e indivíduos. Sendo formada por valores, crenças, racionalizações, símbolos e ideologias, é tangibilizada nos rituais e práticas sociais comuns, isto é, nas maneiras de viver de uma sociedade. Estas estruturas sociais e padrões (normativos) de comportamento surgem como respostas a necessidades, anseios e problemas comuns. Se fixam no cotidiano e passam a ser considerados comportamentos esperados. Seus aspectos materiais e subjetivos se perpetuam em meios institucionais como escolas, universidades, religiões e meios de comunicação (HALL, 2016; EAGLETON, 2005; THOMPSON, ELLIS & WILDAVSKY, 1990).

Hall (2016) chama a atenção para não incorrermos no erro de aludir aos significados compartilhados algo cognitivamente unitário. Explicita que em toda cultura há, nos diferentes temas, a presença da diversidade de significados, havendo, portanto, mais de uma forma de representação e interpretação. Para o autor,

[...] a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e a ideias. A expressão no meu rosto pode até ‘revelar algo’ sobre quem eu sou (identidade), o que estou sentindo (emoções) e de que grupo sinto fazer parte (pertencimento). Ela pode ser ‘lida’ e compreendida por outros indivíduos mesmo que eu não tenha a intenção deliberada de comunicar algo formal como ‘uma mensagem’, e ainda que o outro sujeito não consiga perceber de maneira muito lógica como chegou a entender o que eu estava ‘dizendo’ (HALL, 2016, p. 20).

Com isso, Hall (2016) reforça a ideia de que os significados culturais não pertencem apenas a nós. Eles organizam e dão sentido às práticas culturais e às interações, influenciando nosso comportamento e impactando na nossa rotina cotidiana.

Tratarei, a seguir, sobre os prefixos “multi” e “inter” do termo cultura: a multiculturalidade indica a presença da pluralidade das culturas. Porém, ainda que se verifique a presença de várias culturas e práticas culturais num mesmo *locus*, é um equívoco supor que haja, necessariamente, uma interação entre elas, pois como bolhas, as diferenças e especificidades se apresentam de formas isoladas.

Neste isolamento está implícito um olhar hegemônico, etnocêntrico e segregacionista, pois mais do que o entendimento que cada cultura presente percebe a sua como verdadeira e melhor, indicando o etnocentrismo, haverá uma que irá emergir como hegemônica, se impondo como a que deve ser seguida. O exercício do seu poderio é um campo fértil para as possibilidades de segregações e xenofobias. Nesta direção, o mundo multicultural se apresenta, “como a justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação” (CANCLINI, 2007, p. 14).

As sociedades multiculturais não são recentes. Desde as expansões europeias, ocorridas no século XV, as migrações e os deslocamentos humanos produzem sociedades étnicas e culturalmente diversas, sendo definidoras da história social da humanidade. Hall (2003, p. 60) afirma que: “os impérios, produtos de conquista e dominação, são frequentemente multiculturais. Os impérios grego, romano, islâmico, otomano e europeu foram todos, de formas distintas, multiétnicos e multiculturais”. A diversidade étnica do século XX combinadas à etnicidade emergente e pós-moderna, são resultados da “globalização desigual ou da modernização falha” (HALL, 2003, p. 63).

Em seus estudos, (Hall, 2009) faz uma distinção entre multiculturalismo e multicultural. Para o autor, multicultural é um termo qualitativo que descreve as características sociais e de

governabilidade, próprias das sociedades contemporâneas. Pressupõe a convivência com a diversidade das práticas culturais, na busca da construção de uma vida em comum, sem renunciar às especificidades inerentes a cada cultura.

O multiculturalismo, por sua vez, é um substantivo que diz respeito aos caminhos da implementação de políticas que visam administrar questões relacionadas à diversidade e pluralidade, oriundas das sociedades multiculturais, reforçando a existência de feudos culturais. O autor faz, ainda, uma distinção entre a utilização dos termos no modo singular e plural:

[O multiculturalismo] “é usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. Multicultural, entretanto, é, por definição, plural. Existem muitos tipos de sociedade multicultural [...], todas possuem uma característica em comum. São, por definição, culturalmente heterogêneas (HALL, 2009, p 57).

Na mesma linha, Canclini faz sua própria distinção entre os dois termos, ao dizer que

a multiculturalidade, ou seja, a abundância de opções simbólicas, propicia enriquecimentos e fusões, inovações estilísticas, tomando emprestado de muitas partes. [...] O multiculturalismo, entendido como um programa que prescreve cotas de representatividade em museus, universidades e parlamentos, como exaltação indiferenciada dos acertos e penúrias de quem compartilha a mesma etnia e o mesmo gênero, encurrala no local, sem problematizar sua inserção em unidades sociais complexas e em grande escala (CANCLINI, 2007, p.22).

As manifestações de rechaço e xenofobia, subjacentes ao processo de vinculação dos imigrantes-refugiados na cidade, têm como pano de fundo valores das porções multiculturalistas da sociedade carioca. A alteridade, também presente no processo, se mostra na face multicultural da cidade, uma vez que prevê a coexistência pacífica e edificante no encontro e imbricamentos das diferenças.

A pluralidade do multiculturalismo se apresenta sob algumas perspectivas: (a) o multiculturalismo conservador, que pretende a assimilação do diferente às tradições e costumes de uma maioria – a visão etnocêntrica; (b) o multiculturalismo liberal, que na busca por uma “cidadania individual universal” enseja integrar o quanto antes os diferentes núcleos culturais às práticas da sociedade majoritária. Neste caso, as práticas culturais individuais são toleradas no domínio privado; (c) o multiculturalismo pluralista, que leva em conta a diversidade dos diferentes núcleos culturais, lhes concedendo direitos dentro da ordem política vigente; (d) o multiculturalismo comercial, que parte do princípio que uma vez que sejam reconhecidas, de forma pública, a diversidade dos indivíduos, as questões acerca das diferenças culturais serão resolvidas no consumo privado. Neste caso, não há necessidade de redistribuição de recursos e

poder; (e) o multiculturalismo corporativo - público ou privado -, que tem por objetivo gerenciar as diferenças culturais dos grupos minoritários, privilegiando os interesses da empresa e por fim e (f) o multiculturalismo crítico, que tem como foco o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (HALL, 2009).

Abordarei, agora, a questão da interculturalidade. Por indicar uma posição intermediária, de reciprocidade e negociação, a entendo como um passo adiante da multiculturalidade. Os encontros e as interações interculturais são caracterizados pelo uso de diferentes esquemas de representação e interpretação, usados para enviar, receber, codificar e decodificar mensagens verbais e não verbais. Servem, ainda, para observar e interpretar situações e experiências.

Para pensar o intercultural, é preciso sair da lógica do ‘um’ e se encaminhar para uma lógica multívoca, múltipla. A partir desta lógica me parece válido pensar a interculturalidade mais como uma ideia do que um conceito, pois pensar como conceito poderia pressupor totalizações, generalizações e universalizações. Nos encontros e imbricamentos não há espaço para resultantes e afetos totalizantes. Todos são um instigante devir. Como linhas que se cruzam dentro de uma mesma teia, a interculturalidade se conforma na diferença, na heterogeneidade e nas imprevisíveis e complexas combinações de interações e práticas, presentes nas mais diversas sociabilidades e interações (Méndez, 2013).

Nesta tese, privilegio a ideia da interculturalidade, uma vez que a mesma, de maneira realista, não nega as diferenças culturais (cada uma com suas respectivas práticas) nem os conflitos. Antes, amplia os horizontes ao buscar o diálogo e o entrelaçamentos a partir da diferença. A ideia do sujeito intercultural faz parte da contemporaneidade, do nosso tempo histórico, e deve ser buscada e compartilhada na experiência das sociabilidades entre os imigrantes-refugiados e os moradores da cidade carioca. Para Canclini (2007),

[...] as identidades dos sujeitos formam-se agora nos processos interétnicos e internacionais [...]. Hoje imaginamos serem sujeitos não somente desde a cultura em que nascemos, mas desde uma variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. Podemos cruzá-los e combiná-los [...]. os sujeitos vivem trajetórias variáveis, indecisas, modificadas uma e outra vez. Viver em trânsito, em escolhas que mudam e são inseguras, com remodelações constantes das pessoas e suas relações sociais, parece conduzir a uma construção mais radical [...]. As certezas das teorias sobre o indivíduo e a sociedade são postas entre sinais de pergunta pela recomposição das ordens socioculturais que alcançam a todos (p.161).

O sujeito contemporâneo intercultural, então, é um sujeito entre outros, que se forma a partir de outros. É marcado pelo prevalecente caminho do mundo dromológico, no ir e vir e no devir.

Canclini (2007, p. 40) descreve assim a passagem do multiculturalismo à ideia intercultural: “[...] a passagem que estamos registrando é de identidades culturais mais ou menos autocontidas a processos de interação, confrontação e negociação entre sistemas socioculturais diversos”. O sujeito intercultural nos habita a todos, uma vez que na constante contemporânea nos vemos atravessados por diversas e ricas formas de hibridização, o que traz a potência de sujeitos mais móveis e livres, sem as amarras impostas por uma suposta “fidelidade étnico-cultural”.

Nas mesmas bordas em que as práticas culturais se diferenciam, é possível transitar por espaços de interesses comuns e encontros possíveis. A existência do diálogo se intensifica na flexibilização dos variados pontos de vista presentes, tornando-os permeáveis à chegada e permanência dos outros olhares. É preciso se permitir mudar.

Ao tratar da questão intercultural, Bakhtin (1992) apresenta o conceito de exotopia, como caminho para a compreensão da diferença. Este conceito representa, para o autor, a consciência do “eu”, de uma perspectiva externa, que percebe o “outro” como um todo acabado, embora não possa fazer o mesmo consigo. A visão da nossa completude cabe ao “outro” diante de nós. Além de nos completar, ele vê o que não conseguimos. A cultura do outro, então, só se desnuda quando diante de uma outra. Interessante notar que a desnudez não supõe, de fato, a completude, pois cada cultura que se aproxima vê de forma diferente e além. Melhor dizer, então, que percebemos o outro como um todo semiacabado? Usando a primeira pessoa, o autor compartilha sua reflexão sobre a exotopia:

Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir: para viver, devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida – devo ser para mim mesmo um valor ainda por vir, devo não coincidir com a minha própria atualidade (BAKHTIN, 1992, p. 33). [...] quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver; (...) esse excedente constante de minha visão e de meu conhecimento a respeito do outro é condicionado pelo lugar que sou o único a ocupar nesse mundo. (Ibid, p. 43).

Na minha própria experiência exotópica, o papel de observadora participante que desempenho na Feira Chega Junto, me propicia perceber e experienciar as diversas práticas sociais presentes (em especial as práticas relacionadas à gastronomia típica), bem como perceber elementos da minha própria cultura. Na pluralidade da Feira, entre imigrantes-refugiados, visitantes e organizadores, os diferentes universos simbólicos se encontram e atravessam, cruzando linhas imaginárias. Nas sociabilidades, interpreto olhares, sorrisos,

silêncios e intenções. Ao mesmo tempo, sou traduzida e desnudada na minha (in)completude, intenções, encantamento e curiosidade.

A interculturalidade deve representar uma estética polifônica, de diversidade e entrelaçamentos, que inclua pertencimentos étnicos, grupais e nacionais, de consciente valorização e conhecimento do acervo transcultural. Isto possibilita a integração pela curiosidade e aprendizagem, uma vez que na diferença é possível estabelecer espaços de desenvolvimento social, onde estão presentes o intercâmbio, os diálogos, a paridade e a imanência, que se sucedem em concordância, conflitos e contaminações (CANCLINI, 2007).

No exercício da alteridade, a ideia da interculturalidade deve ser colocada em prática por nós, sociedade de acolhimento, onde, na enunciação de leis e práticas locais, se formem, para os imigrantes-refugiados - vulneráveis e isolados -, espaços plurais de integração e subjetivação. A pluralidade das práticas e representações não deveria incidir, para este grupo, dificuldades na vinculação. Não deveria haver, como na pressuposição do multiculturalismo, a prevalência do apagamento de um sobre o outro.

2.3 Identidades culturais: a roda das culturas

A história do homem é marcada por encontros e rupturas no espaço-tempo, que são consequências dos mais variados contatos ocorridos em distintos *locus*. Sendo o homem um ser gregário, possui naturalmente a inclinação de se agrupar. Estes agrupamentos podem ser temporários ou permanentes, e mais ou menos estruturados. No decorrer do tempo, histórias e realidades se confrontaram, se aproximaram e se atravessaram, gerando níveis de tensão nas estruturas sociais.

Antes de ser uma questão refletida pela sociologia, pela antropologia e demais ciências sociais, as questões identitárias se fixaram no campo da filosofia. Neste campo, foram entendidas pela qualidade do idêntico, imutável, linear e essencialista, conforme postulado por Aristóteles (1969). A reflexão do *homo phylosophicus* não pressupunha a atribuição externa na produção de sentidos, ou seja, no “eu” aristotélico não havia o pressuposto do “outro”. Sob esta ótica, a sociedade se apresentava como uma mera abstração. Para Aristóteles (1969),

[...] aquelas coisas cuja matéria é uma, ou em espécie ou em número, são chamadas de idênticas, e também aquelas cuja substância é uma. Por conseguinte, é evidente que a identidade é, de qualquer modo, uma unidade, seja porque esta se refira a uma única coisa considerada duas, por exemplo, quando se diz que a coisa é idêntica a si mesma, visto que se toma uma coisa como duas. (ARISTÓTELES, 1969, p.2017-2019).

Norbert Elias (2008) designa esse ‘eu’ desprovido do ‘outro’, essencializado na existência fechada em si, como *homo clausus*. Ancorado em Aristóteles (1969), o autor assevera que na dicotomia existente entre o “eu” e o mundo exterior, a sociedade se apresenta como um amontoado de “eus” (egos) solitários, onde inexistem interações e sociabilidades.

Com a chegada do Séc. XIX, nos aproximamos do entendimento que temos atualmente acerca das identidades. O olhar mudou quando as ciências foram fragmentadas em diferentes esferas do conhecimento. Uma destas ciências, a antropologia, leva para suas reflexões a perspectiva cultural, com o pressuposto que as identidades são construções sócio-históricas, logo, sujeitas às transformações. Passa a ser conjugada no plural, abarcando vieses étnicos nacionais, comunitários, de gênero, entre outros. Saindo de cena o *homo clausus* (ELIAS, 2008) o “outro”, presente nas interações e sociabilidades, passa a ser sujeito constitutivo das identidades.

Para Hall (2006), é possível identificar três conformações de identidade sócio-historicamente construídas: a iluminista, a sociológica e a pós-moderna. O sujeito iluminista se originou de movimentos como a Reforma Protestante, o Humanismo Renascentista e o Iluminismo. Se caracterizava pela racionalidade e individuação, no pensar e no agir. A identidade se configurava como a própria essência do indivíduo que, de característica imutável, era portada desde o nascimento até a morte. Ao tratar da concepção do sujeito iluminista, o autor argumenta que

o sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo (HALL, 2006, p. 10-11).

É possível perceber um traço comum entre o sujeito do iluminismo, de Hall (2006); o *homo philosophicus*, de Aristóteles (1969) e o *homo clausus*, de Norbert Elias (2008): a presença de uma dualidade entre indivíduo e sociedade, apresentando o homem como um ser atomizado, sem relação com a sociedade. Esta prevalência do “eu” com a negação do “outro”, existiria num cenário improvável, que colocaria a sociedade como tão somente uma abstração.

O sujeito sociológico, por sua vez, surge no final do Séc. XIX, juntamente com o desenvolvimento das ciências sociais. Presente “na complexidade do mundo moderno” (HALL, 2006, p. 11), não era autônomo nem autossuficiente. Levava em consideração as relações do indivíduo com a sociedade a qual ele pertencia e que eram mediadas pelos signos culturais

existentes. Estando ambos, indivíduo e meio cultural, suturados entre si, a identidade se mostrava mais unificada e estável. Neste sentido, a identidade se formava

na interação entre o ‘eu’ e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade [...] preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e público (HALL, 2006, p. 11).

Na pós-modernidade, o sujeito sociológico, descrito como unificado e estável, recua para a chegada do sujeito fragmentado, provisório e imprevisível. A velocidade e a mutabilidade é marca da pós-modernidade. Enquanto nas sociedades tradicionais uma certa veneração do passado se apresenta como forma de lidar com o tempo e o espaço, a pós-modernidade emerge como uma forma reflexiva da vida. É “caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (HARVEY, 1989, p. 12), onde, de forma recorrente, novas práticas sociais são vivenciadas, reformuladas e alteradas, como num ciclo de *moto perpétuo*, isto é, em eterno movimento. Ao discorrer sobre o fim das identidades totalmente coerentes e integrais, Hall (2006) diz:

Em toda parte, estão emergindo identidades que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produtos desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. (p. 88).

Como num quebra cabeça, sempre incompleto, é possível assumir “diferentes identidades em diferentes momentos” (HALL, 2006, p. 13), onde algumas destas identidades podem se apresentar como “contraditórias e não resolvidas” (Ibid, p.12). Antes, o sujeito sociológico existia num ambiente onde o mundo exterior e as identidades individuais atendiam as expectativas, mutuamente. Na pós-modernidade, este mesmo mundo entra em colapso, a partir das rupturas e transformações de suas instituições. Assim sendo,

a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

Os contatos e atravessamentos com diferentes práticas culturais ocorrem de maneira quase que instantânea. As novas identidades, então, formadas por imagens tanto diferentes quanto conflitantes, entram em declínio e deslocam as estruturas das sociedades

contemporâneas, desestruturando os quadros de referência que até então (no sujeito sociológico) davam às pessoas uma sensação de estabilidade social (BALMAN, 2005; HALL, 2006).

Para Castells (1999), identidade é o resultado do processo de construção de significado, que tem por base um elemento cultural ou um conjunto interrelacionado destes elementos, que se justapõe a outras fontes de significado. O autor afirma que os conteúdos simbólicos, extraídos da história, geografia, biologia e memória coletiva, são insumos presentes na construção e reconstrução das representações e identidades e que

[...] todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p.23).

Castells (1999) chama a atenção para o fato que, como um sujeito pode possuir múltiplas identidades, da mesma forma que pode desempenhar, ao longo da vida, diversos papéis sociais, é comum se estabelecer uma tensão e até uma confusão entre a autorrepresentação e a atuação social. Por este motivo, o autor elaborou uma distinção entre os dois termos.

Os papéis sociais são determinados por normas definidas por instituições e organizações sociais e a influência destes papéis irá depender das negociações entre os sujeitos e estas instituições. Diferentemente, “as identidades constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 1999, p. 23). O significado produzido pelas identidades é mais relevante que o significado produzido pelos papéis sociais, uma vez que enquanto as identidades organizam significados, os papéis organizam funções (CASTELLS, 1999).

Ao falar do efeito da globalização no devir das identidades, Hall (2006) diz, numa conclusão provisória que

a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” [...]. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (p. 87).

Em suas existências, as pessoas internalizam modos de pensar e agir, construindo significados de autodefinição e individuação. O significado passa a ser uma identificação simbólica, ensejada por um ator social, que na ação praticada, busca uma finalidade. O significado é organizado ao redor de uma identidade primária, de caráter defensivo e de

princípios comuns. Sendo autossustentável ao longo do tempo e do espaço, essa identidade fornece estrutura às demais. (CASTELLS, 1999).

A identidade só faz sentido quando contextualizada, e necessita do reconhecimento da alteridade para existir. Só se sabe quem é quando se tem o outro a frente e, por diferenciação e contraste, consegue-se definir quem não é. O encontro cognitivo-emocional com o diferente baliza a autoconsciência de si (HALL, 2006). Assim, “identidade e diferença são [...] processos de um mesmo fenômeno, ou seja, no momento em que se declara sua afirmação produz o seu contrário [...]” (ARANTES, 2018, p. 12). Desta forma, ao se anunciar nas fronteiras da diferença, força, na cotidianidade, nossa conduta social.

Mesmo possuindo limites indivisos, ou seja, não possuindo apenas uma raiz, a identidade cultural fornece um quadro de referência e significados, responsáveis por fazer com que um povo se reconheça como pertencente a um grupo social distinto entre os demais. Sem uma noção de pertencimento a uma identidade, o homem experimentaria um extenso sentimento de perda subjetiva, uma vez que perderia a noção que tem de si, impactando nas trocas simbólicas com o “semelhante” e com o “outro”.

Para suportarem o estado de suspensão, próprio da sua condição, o imigrante-refugiado se ancora em signos da sua cultura original. Dentre tantos, a comida é, sem dúvida, um dos mais relevantes, por trazer em si a presença de tantos sentidos, responsáveis pela percepção do meio interno e externo. Por meio de olfatos e paladares, estas pessoas evocam lembranças e memórias, que embora possam deixá-las melancólicas, por lembrarem as vidas que ficaram para trás, são capazes de proporcionar, na nova existência, uma bem-vinda sensação de conforto e pertencimento, ainda que momentânea.

Ortiz (1983) desenvolve outro conceito, o de transculturação, para explicar as novas e complexas identidades culturais, que resultam do encontro de duas culturas diversas. Nas palavras do autor:

Entendemos que a palavra transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura para outra, pois este não consiste apenas em adquirir uma cultura, [...] mas que o processo também necessariamente implica a perda ou o desenraizamento de uma cultura anterior, o que se poderia dizer ser uma desculturação parcial, e, além disso, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser chamados de neoculturação (ORTIZ, 1983, p. 96).

Para o autor, o indivíduo ‘transculturado’ deve saber co-habitar com pelo menos duas outras identidades culturais e conseguir negociar com elas num processo chamado por ele de neoculturação.

Os espaços onde ocorrem os encontros ruptivos e disruptivos, que dão origem às identidades traduzidas, são chamados por Hall (2009) de zonas de contato. São nessas zonas, onde a imprevisibilidade é uma constante, que ocorrem as mais variadas combinações presentes no processo de assimilação, negação, apropriação e reapropriação de distintos signos culturais (HALL, 2009). Inspirada na fala do autor, identifico a Feira Chega Junto como uma zona de contato, uma vez que lá é possível observar e experimentar como se dão os contatos e imbricamentos entre os imigrantes-refugiados e os moradores da cidade.

Os estudos sobre identidades culturais ganham centralidade nos estudos migratórios, na medida em que as minorias étnicas, no jogo da negociação com as sociedades de acolhimento, forjam novos espaços de trocas simbólicas. Na desterritorialização, sai de cena o “pseudo” sujeito uno e estável e os imaginários quadros de referências, que forneciam estabilidade no mundo social da vida pregressa, se tornam cada vez mais fugidios. No processo de vinculação, estas pessoas veem suas identidades originais sendo confrontadas desde o instante da chegada, quando passam a negociar, pela imposição da sobrevivência, novos espaços, carregados de subjetividades. Neste momento se instaura um novo espaço: o não-lugar.

Para Cucho (2002), a condição de refúgio produz identidades mais que descentradas, produz identidades multidimensionais. A autora afirma que para não se perderem na gama de novas representações, próprias da natureza flutuante das identidades diaspóricas, os imigrantes-refugiados assumem uma identidade sincrética, como síntese da gama de identidades experienciadas. Em suas palavras:

o indivíduo que faz parte de várias culturas, fabrica sua própria identidade fazendo uma síntese original a partir destes diferentes materiais. O resultado é, então, uma identidade sincrética [...]. Os encontros dos povos, as migrações internacionais multiplicaram estes fenômenos de identidade sincrética cujo resultado desafia as expectativas, sobretudo quando elas são baseadas em uma concepção exclusiva da identidade (p. 193-194).

Sendo, cada vez mais, uma questão de ‘tornar-se’ e não apenas uma questão de ‘ser’ (HALL, 2003; 2006), estas novas identidades migrantes vivem sob a égide do provisório e do desenraizado. Na dança da interculturalidade, todos os atores sociais envolvidos vão se transformando, pois na incompletude do espaço-temporal e na cotidianidade dos encontros, as representações “são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada [...], alterando, assim, constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.45). Ao se manterem abertas e em constante movimento, seguem por indeterminados e profícuos caminhos, alterando a paisagem da cidade.

O depoimento a seguir, de uma visitante da Feira Chega Junto, nos aproxima do entendimento que como somos positivamente contaminados por este “outro”, o imigrante-refugiado:

É a terceira vez que venho. Adoro trazer as crianças. [...]Já tentei reproduzir alguns pratos. Não ficaram a mesma coisa, mas ficaram bons [risos]. [...] Fiquei com muita vontade de aprender espanhol. Já coloquei no meu planejamento do ano que vem. (Cláudia. Entrevista concedida em 31/08/2019).

Para as pessoas que vivem na cidade na condição de refúgio, é possível distinguir três qualidades de identidades vivenciadas no processo da vinculação: (1) a identidade legitimadora, forjada pela sociedade de acolhimento, detentora das regras e códigos sociais; (2) a identidade de resistência, experimentadas tão logo se deparam pela primeira vez com o sentimento de exclusão e suspensão. A partir deste momento se posicionam a partir de distintas atitudes de resistência²⁸. Por fim, (3) a identidade de projeto, onde, por meio das identidades em construção, os imigrantes-refugiados não apenas reagem às práticas sociais e culturais dominantes, mas também, no processo adaptativo, engendram projetos individuais e coletivos (CASTELLS, 1999).

Uma família Venezuelana que trabalha na Feira Chega Junto, incentivada por Jonel, o filho mais velho, criou uma empresa para comercializar seus pratos típicos. Correlaciono esta iniciativa com o desenvolvimento de duas das três identidades definidas por Castells (1999): a identidade de resistência e a identidade de projeto. Jonel, à época do trabalho de campo, era estudante de Administração de uma faculdade particular da cidade.

O nome da empresa, “Rioven”, é uma junção do nome da cidade do Rio de Janeiro com a Venezuela. A logomarca, criada pela família para identificar a empresa, demonstra o entrelaçamento de signos culturais dos dois países: o Cristo Redentor, indelével símbolo cultural da cidade; a arepa, um dos principais produtos comercializados por eles e a figura de uma “moça”, que identifica a marca da farinha utilizada na preparação do prato. Este último símbolo tem uma história interessante: na Venezuela, a farinha com a marca da “moça” é reconhecida como a melhor para se preparar arepa. Como outras barracas na Feira também vendem o mesmo prato típico, para a família de Jonel o uso da imagem da “moça” funciona como um selo de qualidade.

²⁸ Entendo que produzir e comercializar comidas típicas de seus locais de origem, numa ação de reidentificação identitária, é um ato de resistência.

Figura 10 - Logo da Rioven



Fonte: Instagram, 2022²⁹

Figura 11 - logo da Rioven aplicada nas camisetas usadas pela família do Jonel.



Fonte: acervo da autora

²⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/rioven_arepas/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D. Acesso em 05/12/2022.

Jonel me explicou como surgiu a ideia para a logomarca:

A gente criou a logo, mas é por causa das arepas, porque foi o primeiro [produto] que a gente quis vender. Aí tem o Cristo Redentor, porque é muito conhecido por todo o mundo, né? E aqui no Rio de Janeiro, também. Também tem a arepa em si e a moça, aqui, é a moça do pacote da farinha que a gente faz, sabe? (entrevista concedida em 31/08/2019).³⁰

Fazendo uma referência de como o novo entra no mundo, Bhabha (1990) apresenta o conceito de tradução cultural para explicar como se dá o processo de hibridização (ou transculturação). Diferentemente dos outros conceitos, a atenção do autor recai sob a perspectiva política do movimento. O autor afirma que poder falar sobre o “outro” nomeá-lo, indicar para onde e como deve ir, denota poder, tanto físico quanto metafórico.

Vivendo às margens de culturas estrangeiras, sob a ingerência de diferentes códigos sociais e culturais, os imigrantes-refugiados têm que a todo momento traduzir-se para ser traduzido. A tradução cultural está relacionada a “uma linguagem mais exaltada que a sua própria e, portanto, continua inadequada para o seu conteúdo, dominante e estrangeiro” (BHABHA, 2010, p. 230).

Logo ao chegarem, estas pessoas são identificadas pela sua condição de refúgio e passam a ser estigmatizadas como tal, marcadas pela precariedade da sua estrangeiridade. Para Bhabha (2010) a experiência dos imigrantes-refugiados se fixa na ideia de dispersão e reunião: é a dispersão de incontáveis pessoas vivendo em outro tempo e em outro lugar que desemboca na reunião de pessoas que guardam as mesmas características em termos de fragilidade, precariedade e desconfiança. Seus corpos migrantes, carregados de invisibilidade, ocupam “as zonas opacas da cidade” (JACQUES, 2012, p.15), aonde o ir-e-vir, em princípio cauteloso e desconfiado, se configura como uma experiência errática pela cidade porque

a cultura migrante do “entre-lugar”, a posição minoritária, dramatiza a atividade da intraduzibilidade da cultura; ao fazê-lo, ela desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho assimilacionista, ou do pesadelo racista, de uma “transmissão total de conteúdo”, em direção a um encontro com o processo ambivalente de cisão e hibridização que a marca a identificação com a diferença da cultura. (BHABHA, 2010, p.308).

Sodré (2017) também chama a atenção para a fragilidade e precarização dos imigrantes-refugiados residentes na cidade, visto muitas vezes como um intruso que ameaça a (suposta) homogeneidade local. Neste sentido, ao não “reconhecer seu lugar”, ele ousa e

³⁰ A explicação sobre o porquê do uso da “moça” na logo foi dada num outro momento em que estive na Feira.

aproxima-se demais, rompendo com a separação dos lugares em todas as configurações possíveis (ego, corpo, vizinhança etc.) e deste modo conspurcando a pureza pressuposta de uma hierarquia territorial. A aversão ao Outro se intensifica com o seu deslocamento territorial: o diferente [...] está ali onde não deveria (SODRÉ, 2017, p. 93).

Contudo, o conceito de poder não é exclusivo de situações de dominação, onde são postas e reforçadas fronteiras entre o ‘nós’ e ‘eles’. É, de forma ulterior, parte estrutural de todas as relações humanas, não devendo, por isso, ser considerado bom ou mau. Como nos diz Norbert Elias (2008):

Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tornado dependentes pela utilização que fizemos da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados [...] (p. 101).

Por meio da aceitação e coabitação da diferença e da pluralidade, há a possibilidade da criação de espaços ampliados de participação (CERTEAU, 1998). Desta forma, das negociações entre os imigrantes-refugiados e os cariocas, surgem novas oportunidades, capazes de proporcionar uma nova forma de ver o mundo, além de uma melhor compreensão de si e do outro. No capítulo seguinte abordarei questões próprias da vinculação dos imigrantes-refugiados na urbe carioca, incluindo a inerente questão do conflito e como a comida se apresenta em suas vertentes comunicacionais, socioculturais e identitárias.

3 VINCULAÇÃO FÍSICA E SIMBÓLICA: NEGOCIAÇÕES E CONFLITOS

O migrante parte de seu território, pedaço querido de que tem que se desgarrar e vai deixando pelo caminho fragmentos de sua vida, de sua experiência anterior. Na poeira da estrada que percorre, vai deixando detritos de sua alma, de sua cultura, de sua memória (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

O terceiro capítulo tem como objetivo procurar se aproximar do entendimento de como se desenvolve o processo de vinculação e desenvolvimento de novas territorialidades dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro, onde as relações, percepções e sociabilidades são ao mesmo tempo conflituosas e instigantes. Será visto, também, as formas pelas quais a comida opera como um elemento de comunicação simbólica, a partir de seus vieses culturais, antropológicos e sociológicos.

Figura 12 – Mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: Data Rio, 2022³¹

3.1 A questão urbana e os fluxos migratórios

Os fluxos migratórios sempre estiveram presentes no desenvolvimento socioeconômico e cultural das cidades. Como já visto, no caso específico do Brasil, este desenvolvimento

³¹ Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/PCRJ::limite-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro/explore?location=-22.916419%2C-43.444800%2C10.92>. Acesso em: 05/12/2022.

dependeu de forma significativa dos imigrantes, principalmente após a proibição do tráfico negreiro, no século XIX. Sassen (2010) incorpora os fluxos migratórios transnacionais à uma sociologia da globalização, que discorre sobre o desenvolvimento das cidades a partir de reiteradas correlações entre história e hegemonia.

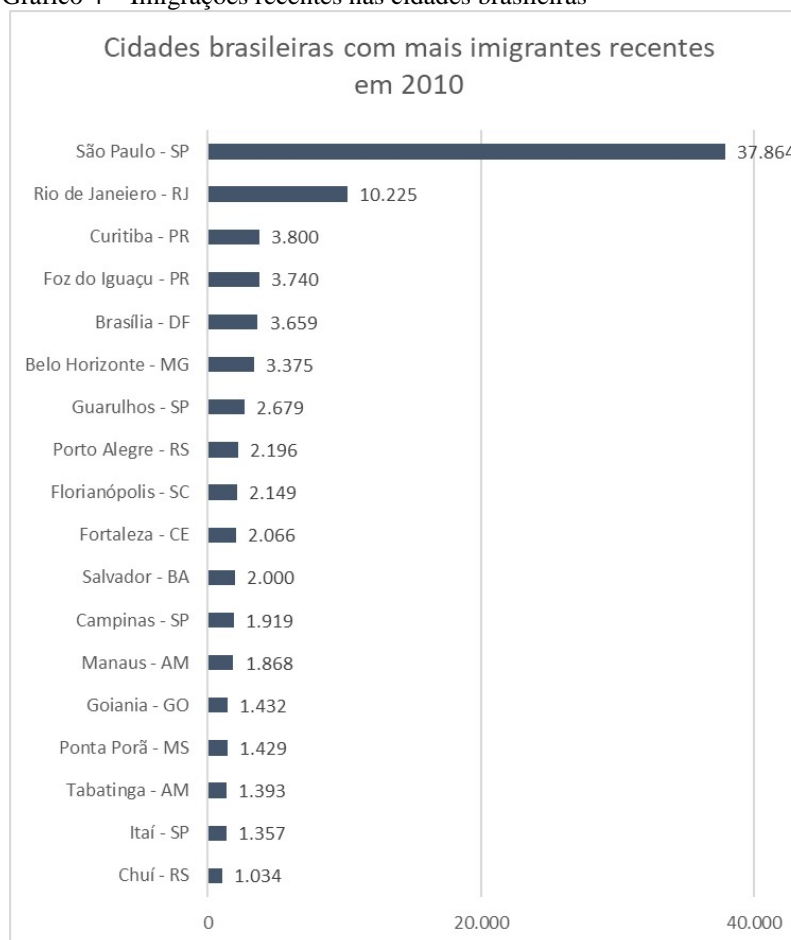
Simmel (1989), por sua vez, faz uma análise espacial da imigração ao considerar o novo espaço como um “espaço relacional”. Para o autor, o imigrante-refugiado se configura como um tipo social em função da relação de proximidade e distância; de estranhamento e familiaridade com a nova urbe. A proximidade e familiaridade com o “outro” se dá quando a sociedade de acolhimento compartilha elementos relativos à existência comum: são todos humanos e partilham do mesmo planeta. Em contrapartida, a distância e o estranhamento ocorrem na comparação e confronto com o que não é conhecido, usual e confortável.

Para Portes (2001), as imigrações se configuram como um dos mais relevantes fatores no desenvolvimento da urbe contemporânea, incluindo suas estruturas sociais. Para o autor, a ocupação dos centros urbanos pelos corpos migrantes faz surgir o “áreas-chave” que são organicamente incorporadas ao espaço. São nestas áreas que, para darem os primeiros passos em direção a vinculação pretendida, os imigrantes-refugiados se aproximam do acervo de conhecimento local pré-existente. Este acervo refere-se ao conjunto de conceitos, hipóteses e práticas que referenciam as ações e as interações cotidianas da sociedade local (SCHUTZ, 2010).

No contexto das migrações transnacionais brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro apresenta um papel de destaque. A história da sua formação é marcada pelas migrações, o que explica seu caráter plural e intercultural. A cidade é resultado das mais diversas heranças culturais, trazidas na bagagem de todos que para cá migraram. Esta bagagem tem o caráter tangível, como objetos e vestimentas, e simbólica, como hábitos, práticas e memórias.

De acordo com o IBGE (2010), o Rio de Janeiro é a segunda cidade com maior quantidade de imigrantes transnacionais. Entre 2001 e 2010 recebeu 10.225 imigrantes, ficando atrás de São Paulo, que recebeu 37.864 imigrantes, no mesmo período, conforme gráfico a seguir:

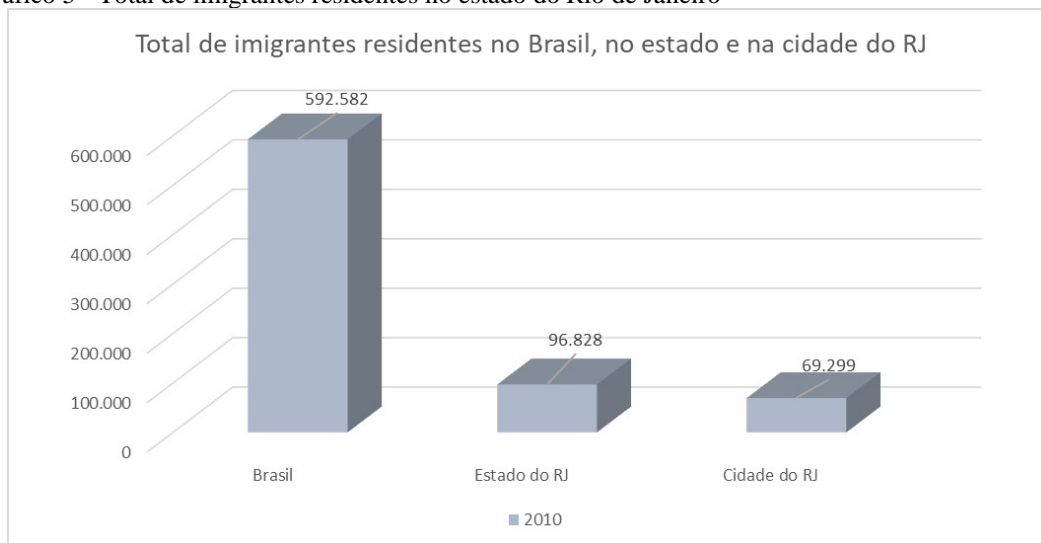
Gráfico 4 – Imigrações recentes nas cidades brasileiras



Fonte: BME/IBGE. Censo Demográfico, 2010. Adaptado pela autora

O próximo gráfico também traz dados bastante interessantes. Ainda de acordo com o IBGE (2010), 16% dos imigrantes transnacionais residentes no Brasil encontram-se no Estado do Rio de Janeiro (96.828 imigrantes) e 12% no município do Rio de Janeiro (69.299 imigrantes). A quantidade de imigrantes transnacionais residentes na cidade corresponde a 71,6% do total residente no Estado.

Gráfico 5 - Total de imigrantes residentes no estado do Rio de Janeiro



Fonte: BME/IBGE. Censo Demográfico, 2010. Adaptado pela autora.

A diversidade intrínseca à cidade evidencia a potência do encontro, das trocas e do conflito, que ocorrem na ocupação coletiva do espaço urbano. Como afirma Bedran (2004, p. 2) “as grandes cidades contemporâneas reúnem diversidade de signos emitidos simultaneamente. Dentro do espaço urbano, as mensagens ordenam e direcionam fluxos, localizam lugares [...]”.

Enquanto espaço urbano, a cidade do Rio de Janeiro é marcada por uma profusão de bairros, ruas, feudos signos e imagens que, ao produzirem enunciados - que codificam e decodificam a paisagem urbana -, nos convida à sua ocupação, ao diálogo e, também, ao embate. Canevacci (1997) nos apresenta o conceito de polifonia urbana, onde, por meio dos fluxos informacionais e comunicacionais, é possível perceber no ambiente as muitas vozes (dissonantes e consonantes) que se relacionam e atravessam. O autor sugere a polifonia urbana como uma metodologia para fazer contato e interpretar os códigos da cidade. De acordo com o autor,

a cidade em geral e a comunicação urbana, em particular, compara-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam (p. 17).

Canevacci (1997) chama a atenção para o fato de que percepção e interpretação das diversas vozes presentes na cidade estão ancoradas na dispersão e estrangereidade, ou seja, desenraizamento e estranhamento são necessários para o acionamento de novos modelos cognitivos capazes de expandir as usuais formas de apreender a diversidade urbana.

A voz do imigrante-refugiado é uma das que fazem parte da polifonia carioca, onde todas as vozes presentes se comunicam entre si por meio de diferentes signos. As mensagens ora encobertas, ora explícitas estão presentes nas nuances subjetivas de cada uma das sociabilidades ensejadas pelos atores sociais, investidos de diferentes papéis. Interpretar as nem sempre claras e amistosas mensagens se apresenta como um recorrente desafio imposto ao imigrante-refugiado que reside na cidade. Os sentidos e subjetividades produzidos pela urbe são potencialmente transformadores, pois “quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.158).

Para Deleuze e Guattari (1992), a subjetividade é produzida de forma individual, coletiva e institucional. Os autores enfatizam que uma vez entendida como produção, é possível considerá-la no plural. Desta forma, subjetividades são entendidas como

o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade, ela mesmo subjetiva (p. 19).

A definição dos autores movimenta e desloca as representações fixas e enraizadas. O contínuo fluxo de pensamentos, lembranças, encontros e experiências nos perpassam e produzem, continuamente, novos imaginários e representações e é por meio deles que formamos e expressamos ideias, pensamentos e identidades. Presentes em diferentes contextos e espaços sociais, as representações “regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e comunicações sociais” (JODELET, 1989, p.5). Ao chegar na cidade, o imigrante-refugiado reage ao novo ambiente e se posiciona, normalmente de forma desconfiada e reativa. E no jogo da adaptação, ele interpreta os signos, percebe semelhanças e diferenças e reelabora as representações de si e do outro. As novas representações servem como norte para as ações e decisões oriundas das interações cotidianas.

Assim sendo, as subjetividades esbarram no inusitado da condição humana (e urbana), do que ainda não foi mostrado, tocado ou vivido. Faz vacilar as certezas e previsibilidades. É um processo estético, responsável pela construção heterogênea de si, tal qual “um artista plástico cria novas formas a partir da palheta que dispõe” (GUATTARI, 2012, p. 17).

Ao se referir a presença dos novos corpos migrantes na cidade, Di Cesare (2020), afirma que os mesmos possuem quatro dimensões, onde o lugar se apresenta como um denominador comum:

- a. O imigrante-refugiado é o *externus peregrinus*; uma atribuição de posição que por si só estabelece limites: um exterior em relação a algo que está dentro. Indica a entrada em um território que já foi ocupado. Sem limite, não haveria estrangeiro. Esta dimensão possibilita “incluir” e “excluir”;
- b. O imigrante-refugiado é o *alienum*, o estranho, que está em oposição ao próprio e à propriedade. Esta dimensão alude à posse e ao pertencimento. O imigrante-refugiado é o estranho “pois apresenta documentos que atestam uma outra identidade, fala uma outra língua, tem outro passaporte” (p. 208). Tudo indica o não pertencimento ao lugar pretendido;
- c. O imigrante-refugiado não é apenas estranho; é também extravagante, *insolitum*. Se comportam de maneira diferente, se veste de maneira diferente, gesticula de maneira diferente. “Destoa da pretensa harmonia coletiva” (p. 208);
- d. O imigrante-refugiado é o extraordinário, o que excede a ordem. “Exibe singularidade, excepcionalidade [...], é um subversivo” (p. 208).

A possibilidade de afetar e ser afetado pelo diferente é próprio da vida urbana. Deambular pela cidade, pelos mais diversos pretextos é sempre uma aventura, que nos expõe ao risco do encontro com o novo. Do ponto de vista do morador, o “outro,” percebido na figura do imigrante-refugiado, coloca luz sobre um signo até então desconhecido, fornecendo sentido a outras ideias e olhares.

Para Haesbaert (2002), a cidade, no movimento contínuo de expansão e transformação, ao mesmo tempo que se abre para o novo mantém suas características conhecidas e reconfortantes. Ela abarca “sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os a uma dinâmica comum” (p. 88). Ao romper com o “dado como certo” e com o imutável, a cidade cria brechas que se alargam quanto mais ela é ocupada: “a exterioridade vai chamar para fora, preparar a mistura urbana e, por vezes, romper laços ou dissolver cristalizações promovendo novos arranjos sociais” (CAIAFA, 2002, p. 20).

Ao pensar a cidade, Sodré (2014) assevera que a mesma deve ser entendida como um imperativo estrutural, onde, a partir de suas dinâmicas urbanas, torna-se um palco de mediações sociais assumindo a potência de estabilizar as diferenças. O trabalho de campo me permitiu observar que a comida, enquanto elemento de comunicação e mediação sociocultural abre brechas simbólicas que convidam os moradores da cidade a circularem pelo que é alheio e desconhecido.

Da mesma forma, na mediação pela comida, os imigrantes-refugiados aprendem a trafegar pelas brechas cariocas e melhor se localizarem física e simbolicamente. A partir de um olhar cada vez mais atento, passam a reconhecer, assimilar e interpretar signos e sinais de uma cidade de se comunica com eles a todo instante, pois a urbe, na sua cotidianidade e desenvolvimento das histórias miúdas, cria “outros lugares próprios para a identificação do indivíduo como cidadão” (SODRÉ, 2014, p.208).

É no espaço urbano carioca, com seus explícitos e difusos pontos de encontros e desencontros que o processo migratório se expande em possibilidades. É possível reforçar as mediações socioculturais e as trocas simbólicas, o que irá gerar aproximação e mútuo aprendizado ao mesmo tempo em que, de maneira pragmática, há a possibilidade de aproveitar as diversas expertises laborais e acadêmicas para o desenvolvimento econômico da cidade (PORTES, 2001).

Estas questões relacionais, objetivas e intersubjetivas, são próprias das metrópoles cosmopolitas. Neste cenário diverso, todos os envolvidos acabam assumindo um papel de mediação, que envolve uma nova roupagem sociocultural que pressupõe a capacidade de transitar entre diferentes grupos e códigos, decifrando e percebendo diferentes perspectivas. Impulsionada pelo ritmo de um mundo cada vez mais dromológico, a cidade caminha, nem sempre em uníssono, para um campo comum de produção de novos sentidos.

Na relação com a cidade, o imigrante-refugiado constrói, dia a dia, novas relações territoriais, buscando o que Tuan (1980) chama de topofilia, ou seja, o “elo efetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (p.5). Haesbaert (1999) complementa ao dizer que, na perspectiva simbólica, o território só existe porque há por parte das pessoas algum tipo de identificação e valoração simbólica, podendo esta ser positiva ou negativa.

Para Sodré (2014), um caminho possível para superação das diferenças presentes (e esperadas) no tecido urbano com a presença do “outro”, imigrante-refugiado, é a vinculação, elo invisível capaz de levar a um campo comum a complexa multiplicidade cultural e social, própria da cotidianidade urbana contemporânea. A coesão convivial propiciada pela vinculação é uma linha maleável que “desenha a cidade como lugar, criando outros lugares, próprios para a identificação do indivíduo como cidadão” (Ibid, p. 208).

A vinculação do imigrante-refugiado na cidade do Rio de Janeiro faz parte do processo Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização, o qual passo a me referir a partir deste momento apenas como processo TDR. Em seus aspectos físicos, este processo corresponde à saída deste sujeito de seu país de origem e a chegada/acolhimento a um outro lugar. A desterritorialização e a reterritorialização são subprocessos interdependentes e

essenciais para o entendimento das interações e práticas humanas, incluindo as migrações. A interdependência se dá uma vez que não há como haver a desterritorialização sem que haja, de forma concomitante, um esforço para se reterritorializar num outro lugar, podendo se referir a dimensão econômica, política ou cultural (DELEUZE & GUATTARI, 1997; HAESBAERT, 2014).

Para o imigrante-refugiado, deslocado no espaço e no tempo, a reterritorialização só estará concluída quando a vinculação for efetiva. Esta efetividade envolve tanto aspectos físicos e cotidianos, como moradia, domínio da língua, documentação e produção de renda, quanto aspectos simbólicos, tangibilizados pelo desenvolvimento paulatino do sentimento de pertencimento e consequente diminuição da condição de suspensão identitária.

Deleuze e Guattari (1997) vão além e evidenciam a complexidade da desterritorialização afirmando que o simples ato de pensar já é um exercício de desterritorialização, uma vez que para o pensamento criar algo novo é necessário romper com um território (simbólico) existente, para que seja criado outro. Em suas palavras:

[...] Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, valer pelo território perdido. Com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (p. 224).

Appadurai (2004), também participa do debate ao dizer que

a desterritorialização afeta as lealdades de grupo (especialmente no contexto das diáporas complexas), a sua manipulação transnacional da moeda e outras formas de investimento, e as estratégias dos Estados. O desatar dos laços entre povo, riqueza e território altera profundamente a base de reprodução cultural (p. 72).

Um dos aspectos a serem considerados é o sentido sociocultural do processo TDR. Neste sentido, as identidades territoriais são desenraizadas e enfraquecidas fazendo com que o território perca o sentido e se transforme em um “não lugar” (AUGÉ, 1992), rompendo a topofilia. Para o imigrante-refugiado que fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, a desterritorialização, física e simbólica, se inicia na sua terra natal, quando ele começa a pensar nas possíveis formas de sair de uma situação não mais desejada. (SAQUET & SPOSITO, 2015).

Ao chegarem, no *continuum* des-reterritorialização, estas pessoas se vêm envolvidas num fenômeno de exclusão socioespacial, denominado por Haesbaert (2014) como “aglomerados humanos de exclusão”. Este fenômeno envolve o desmantelamento das relações e o esfacelamento da territorialidade original e familiar. Para o autor, este século apresenta desterritorializações com diferentes e múltiplas velocidades e ritmos, entre os que usufruem de

maneira plena os territórios-rede capitalistas globais e a massa ou ‘aglomerados’ de pessoas que vivem uma reterritorialização precária (HAESBAERT, 2014).

Apesar da distância da terra natal, os elos com os locais de origem permanecem fortes. Todavia, com o passar do tempo e como consequência do desenvolvimento das novas territorialidades, a tendência é que ocorra a identificação com o local de acolhimento, fazendo surgir uma gama de reidentificações simbólicas, próprias do processo de vinculação à nova sociedade. Como o processo TDR é perpassado pelos conceitos de espaço, território e lugar, discorrerei a seguir acerca destes temas.

Para Haesbaert (2014), o espaço se apresenta como a base de todas as (re)produções sociais, produto das inter-relações existentes em suas formas múltiplas, sempre em construção. Para o autor, além da noção de espaço, o processo TDR engloba também a noção de território e lugar. Todas estas noções fazem parte de uma constelação de conceitos que se ordenam e reordenam de forma contínua. Embora todas sejam importantes e indissociáveis, o autor chama a atenção para a importância de se conhecer o conceito de território para que se possa entender o processo TDR na sua completude.

Para o autor (Ibid), há três perspectivas que devem ser levadas em consideração: (a) a primeira e mais difundida, é a jurídico-política, que se refere ao espaço controlado e delimitado, onde se exerce o poder político do Estado; (b) a segunda perspectiva é a econômica (ou economicista), que se refere à dimensão espacial das relações econômicas, entre as classes sociais e o capital-trabalho; (c) a terceira e última perspectiva proposta pelo autor é a culturalista. Dentre as três esta é a mais subjetiva e dá ênfase à dimensão simbólico-cultural. Neste caso, o território é visto como uma consequência da apropriação simbólica de um grupo sobre determinado espaço.

As três dimensões ocorrem nas interações e sociabilidades entre os mais diversos atores sociais. Desta forma, ainda que a maioria da produção de trabalhos sobre o tema se debruce sobre sua dimensão política, é possível perceber neles a presença da dimensão simbólico-cultural, uma vez que

o território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1999, p.42).

Santos (2014), por sua vez, atesta que o território usado “são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (p. 138). Complementa dizendo que o espaço é compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais, do passado e

do presente, e por uma estrutura representada por relações que se manifestam por meio de processos e funções, onde as relações comunicacionais entre os atores sociais envolvidos são resultadas do meio social.

Sobre o mesmo tema, Sodré (1988) chama a atenção para a relação espaço-lugar, da capacidade que o meio físico tem de afetar e intervir no comportamento das pessoas, que para além dos estudos sobre a otimização do aproveitamento do espaço e para questões urbanas ou produtivas, devem ser levadas em conta as afetações simbólicas que o espaço-lugar opera na cultura. Para o autor, o território possui uma força propulsora capaz de “engendrar ou refrear ações” (p. 12) e que

pensar assim implica admitir a heterogeneidade de espaços, a ambivalência dos lugares e, deste modo, acolher o movimento de diferenciação, a indeterminação, o paradoxo quanto à percepção do real – em suma, a infinita pluralidade do sentido (como no espaço sagrado, onde cada lugar tem um sentido próprio). Na territorialização, apreendem-se os efeitos de algo que ocorre, que se desenvolve, sem a redução intelectualista aos signos (p.13).

Fica claro, então, que para Sodré (1988), o território é um elemento relevante e necessário para a formação das identidades grupais ou individuais e ao reconhecimento do sujeito pelos outros. O imigrante-refugiado que fixou residência na cidade carioca, mais do que ocupar um espaço, ocupa um território, por meio das ressignificações, interações, contatos e convívios, favorecidos pela interculturalidade. A efervescência territorial, proposta por Sodré (1988) pode ser correlacionada com o vitalismo do lugar, proposto por Maffesoli (2012), numa referência ao estar-junto (Ibid), num grupo social.

Para este sujeito, o espaço vivido é carregado de apreensões, esperanças e, expectativas, ou seja, é carregado de novos e plurais significados. E desta forma, o novo território se transforma em lugar, que para Haesbaert (2014, p.45) “... compreende um conjunto material na realização de relações sociais e também aos vínculos mais subjetivos de um determinado sentido de lugar [...], é o modo de entendimento do mundo.” É neste novo lugar, então, que cariocas e imigrantes-refugiados, nas suas próprias cotidianidades, se esforçam para controlar, ou minimamente influenciar, as relações e as situações que se apresentam (SAQUET & SPOSITO 2015), ou seja, a construção das novas territorialidades, por parte dos imigrantes-refugiados, perpassa a habitabilidade urbana já existente e desponta no encontro vivido com os habitantes da cidade.

Apesar de toda as possibilidades de convivialidade e alteridade, profícuas para todos os envolvidos, não devemos romantizar o processo de vinculação dos imigrantes-refugiados na

cidade, partindo do princípio de que ele se instaurará sem atritos e adversidades. Mais do que o desejado, há ocasiões em que o encontro pode se tornar ameaçador e violento. São situações em que há a prevalência da desconfiança e da insegurança, e conseqüentemente, da distância, impedindo o que Caiafa (2003) chama de contágio urbano. É disso que tratarei a seguir.

3.2 Conflito e vinculação

Ao chegarem, os imigrantes-refugiados que vieram para a cidade, fragilizados física e emocionalmente, se deparam com o que chamo de “a força do lugar”, que é o reflexo dos processos disciplinares que refletem a formação social vigente. A cidade, em seu vívido pulsar, possui regras e códigos próprios, de natureza material e imaterial, como as leis, as práticas culturais e o *modus operandi*, tangibilizados no cotidiano dos moradores da cidade e na existência de outras organizações e instituições presentes. Seus direitos de cidadãos migrantes encontram resistência em sentimentos arraigados de soberania nacional e domínio territorial (FOUCAULT, 1999; DI CESARE, 2020).

Diante deste novo tecido social, eles se vêm diante da necessidade de negociar com a cultura local seus próprios espaços (materiais e imateriais). Esta negociação ocorre por meio do que Certeau (2014) chama de táticas, decorrentes do senso de oportunidade, conhecimentos e saberes trazidos de uma outra existência - as “artes do saber” - e pela necessidade de sobrevivência. Considero as “artes do saber” como “artes da memória”, por trazerem em si a pluralidade de saberes reunidos ao longo de toda existência prévia e utilizadas em momentos oportunos. A vinculação pela preparação, oferta e comercialização da comida é um claro exemplo de tática, onde “a arte do saber” cede espaço à “arte do fazer” e que se traduzem numa “arte do dizer”.

As “artes do saber-fazer-dizer”, presentes no processo de vinculação, nos convida a pensar numa poética social, onde, por meio dos interstícios da vinculação social, cultural e econômica, vislumbramos o surgimento de novas práticas culturais e desenvolvimento de novos afetos. Ressalto que a poética social não possui relação com a poesia enquanto gênero literário, normalmente apresentado em verso. Refiro-me ao sentido etimológico do termo, do grego *poiein*, cujo significado é criar, gerar.

Estas ‘táticas’ podem ser consideradas pela sociedade de acolhimento como indisciplinadas e transgressoras, por romperem com a lógica vigente, sendo capazes, portanto, de fazer emergir tensões que se encontram nos interstícios, abaixo da superficialidade que

apresenta os imigrantes-refugiados se inserindo de maneira orgânica e harmoniosa na dinâmica da “cariocalidade” local.

Neste momento, creio que seja pertinente trazer para a discussão o conceito de hospitalidade. O hábito da hospitalidade está presente em todas as sociedades, desde os primórdios. Em algumas, inclusive, é considerado um dever sagrado. É a experiência do acolhimento do outro permitindo o convívio e a partilha de mundos, anseios e perspectivas diferentes. O filósofo Kant (2010), nos diz que a hospitalidade é um direito universal, não devendo ser entendida como filantropia. Para este pensador, a hospitalidade é um direito político e condição *sine qua non* para a paz perpétua. Possui uma relação direta com a tolerância, uma vez que enquanto habitantes de um planeta com tanta diversidade, devemos aprender a conviver com o diferente, pois somos todos coproprietários do mesmo planeta. Para Di Cesare (2000) a hospitalidade promove uma ética da proximidade e uma política de coabitação, onde o “com” implícito

significa compartilhar a proximidade espacial em uma convergência temporal em que o passado de cada um possa se articular com o presente comum em vista de um futuro também comum (p. 17).

A hospitalidade, então, está vinculada ao direito, à mobilidade e a estrangeiridade. Mas, será que os imigrantes que moram na cidade querem ser tolerados? Creio que não. Numa entrevista concedida em 2003, o filósofo Derrida afirmou que “*a tolerância é o oposto da hospitalidade ou pelo menos seu limite*”. É importante que a noção de tolerância saia da equação da hospitalidade pois ela traz em seu bojo o limite, a restrição, o poder e o controle, evidenciando e legitimando a (pseuda) superioridade de quem recebe. Estas questões correm no sentido oposto ao exercício da alteridade.

Para me aproximar do entendimento do conceito da hospitalidade pelo olhar do imigrante, entrevistei o Prof. Manuel Alexandre, angolano que mora no Brasil há 26 anos. Frequentador da Feira Chega Junto, ele é professor universitário, mestre em Engenharia de Transportes pela UFRJ e doutorando em Engenharia da Produção pela mesma Instituição. Manuel começa dizendo que, de início, o Brasil não era seu destino. De acordo com ele, quando decidem migrar, as pessoas do seu convívio têm em mente os EUA ou países da Europa, mesmo sabendo que a vinculação será permeada por muitas dificuldades e conflitos. Segundo ele, nenhum país quer receber imigrantes africanos.

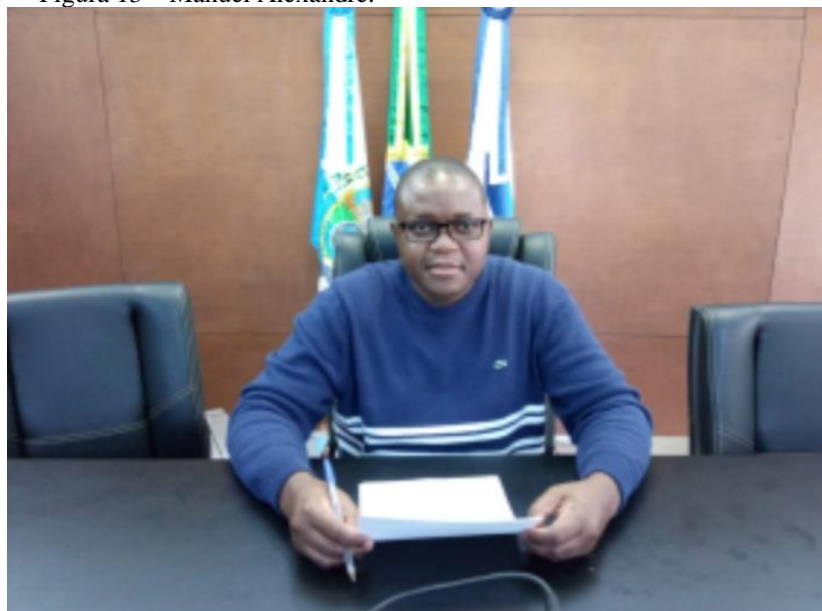
Na sequência da entrevista pergunto se ele considera o Rio de Janeiro uma cidade hospitaleira e se alguma vez foi vítima de racismo ou xenofobia. Suas respostas:

A cidade é hospitaleira até a página 2. Digo isso porque muitas pessoas se sentem incomodadas quando encontram algum "estrangeiro" - africano principalmente - em cargo de direção. Fica nas entre linhas a expressão: "este lugar não é seu". É política de Estado receber pessoas de outros países, mas nem todos os brasileiros entendem isso. Mas com todos os prós e contra vou ficando... [...]. A população local (ou parte dela) sempre me considera o outro, ainda bem que eu nunca me enganei achando que não sou o outro (Entrevista concedida em 12/10/2021).

A fala do Manuel evidencia o fato que a tão conhecida hospitalidade do Rio de Janeiro tem uma nota de fantasia. Isso é algo que devemos, com reflexões e ações conscientes, transformar. A relação dos imigrantes com a cidade deve ser pautada por uma “práxis ético-política da hospitalidade” (DI CESARE, 2000, p. 125), que favoreça uma vinculação que permita a chegada e permanência do outro sem reservas e preconceitos.

Mesmo após 26 anos e com família constituída por aqui, Manuel não se sente plenamente integrado. Ele nos conta que há fases da sua vida que se sente em casa, porém, em algum momento alguém o lembra que ele não é daqui: *“aí eu me recolho e digo realmente eu não sou daqui. A família é o único motivo que me prende ainda, e para minha tristeza o tempo vai passando e eu vou envelhecendo aqui”* (Entrevista concedida em 12/10/2021).

Figura 13 – Manuel Alexandre.



Fonte: Acervo da autora, 2022

A hospitalidade, como epifania, não deve levar a sujeição do outro no nosso mundo e sim o compartilhamento no nosso mundo pela perspectiva e anseios do outro, pois aí reside a verdadeira alteridade.

Discorrendo sobre o processo de territorialização dos imigrantes-refugiados na sociedade de destino, Di Cesare (2020), chama a atenção para a variedade de termos utilizados: adaptação, integração, inclusão inserção e assimilação. Para a autora, todos indicam a passagem da alteridade para a identidade, onde, tendo como norte os interesses locais, há sempre a presença sutil e persistente da coerção. De todos, o termo mais antigo é “assimilação”. Di Cesare (2020) considera trágica a origem do termo. Em suas palavras:

[...] a partir pelo menos do iluminismo europeu, [assimilação] indica a mudança exigida àqueles que, na nação, são estrangeiros [...]. Se a nação assimila, cabe a eles, contudo, serem assimilados, tornarem-se símile, abandonando suas peculiaridades (DI CESARE, 2020, p. 195).

Nesta pesquisa, privilegio dois termos para me referir ao processo de desenvolvimento de pertencimento e novos sentidos dos imigrantes-refugiados na cidade: vinculação e integração. A premissa é que ambos se aproximam da organicidade das trocas simbólicas e dos hibridismos, próprios do processo, bem como pressupõe o resguardo das especificidades identitárias.

Em realidade, a adaptação ao novo lugar é atravessada pela administração de conflitos, pois, de um modo geral, as leis vigentes servem a uma vontade humana de impor regras, no intuito de criar formas pacíficas de convivência, coibindo comportamentos indesejáveis, sendo assim, uma forma de normatização e controle da vida social. Neste momento, o imigrante-refugiado se conscientiza que sua habitual forma de pensar e agir, reflexo das suas representações originais, não são adequadas para explicar aspectos mais específicos e usuais da vida cotidiana da sociedade carioca, pois apenas os moradores da cidade sentem-se confortáveis ao utilizar os recursos simbólicos locais que são cotidianamente mobilizados nas interações com os outros moradores. Di Cesare (2020) descreve assim o sentimento de desconfiança da sociedade de acolhida em relação aos imigrantes-refugiados:

Aquela humanidade à deriva é uma onda anômala, um tsunami, uma catástrofe que vai se abatendo sobre nós. Alarme, perigo, emergência – multidão, êxodo, invasão. Nós que não podemos acolher todo mundo, nós que estamos no limite da nossa capacidade. Eles que desafiam as nossas instituições. Eles que são uma ameaça para nossos trabalhadores, para os jovens, os desempregados. Eles que colocam em risco nossa identidade. Porque Eles são diferentes de nós em tudo [...]. Não, nós não os queremos [...]. Que voltem para o lugar de onde vieram [...]. O medo do outro surtiu seu efeito. O rasgo não pode ser costurado (p. 145).

Desta forma, os cidadãos são chamados a desempenharem o papel de árbitros e juízes e a eles cabem excluir ou aceitar os novos corpos na cidade, “com base nas provas oferecidas: as

perseguições e os abusos para os que querem o exílio, a utilidade para os migrantes econômicos, a vontade de se integrar, para todos os outros” (DI CESARE, 2020, p. 32).

Segundo Ferdinand Tönnies (1979, p. 67, apud PAIVA, 1998), o processo de vinculação “assemelha-se à comunidade, onde os indivíduos convivem pacificamente. Entretanto, na comunidade permanecem unidos apesar de todos os fatores para separá-los, ao passo que na sociedade permanecem essencialmente separados [...]”. O autor faz uma diferenciação entre comunidade e sociedade, onde a primeira pressupõe um forte sentimento de pertencimento e vínculos mais profundos, enquanto na sociedade as vinculações se dão por contratos e negociações, tangíveis e imateriais, situações próprias experienciadas por este grupo de pessoas no processo de construção das suas novas territorialidades.

Para muitas destas pessoas, a possibilidade de vivenciar uma violência simbólica pode tornar intimidador o encontro (e o confronto) com o desconhecido. Esta violência possui uma relação direta com a negação do outro, com a negação da diferença. Os imigrantes-refugiados são vistos por parte da sociedade carioca como corpos dóceis e indesejados, carregados de invisibilidade e por isso, manipuláveis e obedientes, onde lhes são impostas obrigações e limitações (FOUCAUT, 1999). A violência simbólica é uma consequência da desconfiança e do medo, bem como de outros sentimentos, como raiva e apatia. Esta miríade de sentimentos carrega em si a potência de recrudescer as diferenças. (AHMED, 2004).

O gesto, a fala e o olhar discriminatórios são próprios do sujeito soberano que reivindica seu direito de propriedade do território. Muitas destas ações são usadas para tornar perene a narrativa do “eu” distante do “outro” (DI CESARE, 2020). Narrativa esta que muitas vezes é reforçada pela mídia, que cria um enredo estetizado que exprime um juízo de valor e orienta a opinião e o sentimento da sociedade em relação a presença dos imigrantes-refugiados na cidade. Estes sentimentos permeiam, ao mesmo tempo, objetos e pessoas e são responsáveis pela distância e pelos estereótipos. Para Hall (2016, p.190), estereótipo é “um conjunto de práticas representacionais” que possui efeitos reducionistas, isto é, limita as pessoas a simples e essenciais características, de representação fixa”.

O olhar desconfiado e temeroso é consequência de algumas atitudes que se atravessam e confundem: a xenofobia, o preconceito, a discriminação e a intolerância. Vejamos como estes termos se aproximam e diferenciam entre si: a xenofobia é um termo derivado do grego, onde *xénos* significa estrangeiro e *phóbos* significa medo. Podemos entender, então, que xenofobia é o comportamento que demonstra aversão ou medo do estrangeiro, podendo, em situações extremas desaguar em violência física e negação de direitos fundamentais (CARVALHO RAMOS, 2014). Para Di Cesare (2000), a xenofobia é praticada pelo sujeito que se alça a

condição de soberano e que reivindica a terra como sua, negando ao outro o direito de existência e permanência.

O preconceito pode ser compreendido como uma forma de exteriorizar ideias pré-concebidas e equivocadas de algum aspecto de ordem social, econômica, cultural ou ética. Para Santos (2010) “[...] o preconceito é a formulação de ideia ou ideias (que por vezes alicerçam atitudes concretas, calcadas em concepções prévias que não foram objeto de uma reflexão devida ou que foram elaboradas a partir de ideias deturpadas (p. 43)”. No intuito da ofensa, normalmente se manifesta no gesto, na fala e na escrita.

A discriminação, por sua vez, possui uma relação direta com o preconceito, na medida em que pode se configurar como uma das suas formas de exteriorização. Neste sentido, deve ser interpretada como uma forma de segregação adotada contra indivíduos pertencentes (real ou supostamente) a raça, etnia, religião, entre outros (SANTOS, 2010).

Por fim, a intolerância diz respeito à dificuldade de se conviver com pessoas que possuam crenças ou opiniões diferentes, acarretando numa atitude agressiva. Para Bobbio (1992), este sentimento resulta de uma crença de se possuir “a verdade” e comumente “deriva de um preconceito, entendido como uma opinião ou conjunto de opiniões que são acolhidas de modo acrítico passivo pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade cujos ditames são aceitos sem discussão” (pp. 203-204). É possível inferir, portanto, que as atitudes citadas possuem em comum a ausência da alteridade e respeito às diferenças. Para ilustrar as situações vexatórias pelas quais passam os imigrantes-refugiados presentes na cidade, trago dois fragmentos de entrevistas. Um com a venezuelana Maria e outro com o Manuel Alexandre que anteriormente já nos deu sua impressão sobre a hospitalidade da cidade.

Fui ao mercado outro dia. Como não achei “a” produto, perguntei para o “chico”. Ele estava “mucho enojado”. Não me compreendia. Eu repeti e ele disse que era “mejor yo” voltar para o meu país e comprar no mercado lá. Não quis mais comprar e fui para “mi” casa chorando.” (Maria. Entrevista concedida em 16/11/2019).

Já vivenciei tanto o racismo quanto a xenofobia. Por aqui, as pessoas fingem que nada está acontecendo e assim segue o baile. Demorei muito para identificar pessoas desta natureza e hoje, depois de tanto apanhar, minha margem de acerto é muito alta, ou seja, erro pouco e me afasto deste tipo de gente (Manuel Alexandre. Entrevista concedida em 12/10/2021).

As diferentes cores, idiomas, olfatos, paladares e vestimentas presentes na Feira Chega Junto deveriam nos lembrar que as singularidades enaltecem a inexistência da banalidade entre nós. Porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que despertam nossa curiosidade, faz surgir

um certo repúdio e consequente afastamento. Num mesmo instante, nos sentimos atraídos e repelidos pela diferença.

A presença implícita do conflito no desenvolvimento destas novas territorialidades nos mostra que não se pode considerar a interculturalidade como um sistema de fusões, sem considerar os aspectos das diferenças identitárias e culturais, como se elas fossem sem relevância, anódinas. Só podemos entender a dinâmica interacional considerando estas diferenças e entendendo como se dá a apropriação e a interpretação dos códigos materiais e simbólicos presentes. (CANCLINI, 2015).

A mediação pela comida possibilita a criação de espaços ampliados de participação, potencializa a vocação intercultural e dialógica da cidade e favorece a solidariedade e a ação conjunta. No interesse de suas necessidades (e por que não dizer, desejos) a presença destes novos corpos na cidade pode ser associada a um ato político, de caráter reivindicatório e de afirmação pelo direito à cidade. Afinal, estas pessoas têm direito à mobilidade, à liberdade, à habitação, ao trabalho, à socialização e à manutenção das suas individualidades. (BUTLER, 2015; LEFEBVRE, 1991).

Desta forma, contando com a presença de novas práticas culturais, surge uma nova urbanidade, capaz de envolver a cidade na “aura da *cit  *”, aberta, torta e diversa, que por sua vez, produz novas artérias e veias simbólicas capazes de criar novos caminhos que proporcionam a circulação de uma nova forma de ver o mundo e uma melhor compreensão de si e do outro (SENNETT, 2003; 2018).

3.3 Comida: aspectos comunicacionais, socioculturais e identitários

Figura 14 – Temperos pelo mundo



Fonte: Wall Here, 2020³²

O tema da comida vai muito além dos seus aspectos nutricionais. Ele acompanha a história do desenvolvimento do homem desde o início dos tempos, andando lado a lado com os processos de desenvolvimento das sociedades. Por este motivo, sempre despertou o interesse de diversos estudiosos das mais diferentes áreas do saber, que abordaram a questão por diferentes perspectivas. Faz parte de um sistema simbólico e complexo, permeado por diversos significados. (CARNEIRO, 2003).

O vernáculo alimento surgiu no ano de 1.120. O significado como o conhecemos hoje teve início no século XVI, em substituição a expressão “carne”. Até então, esta palavra referia-se a tudo que fosse bom para manter a vida, fosse ou não de origem animal. A partir desta alteração de significado, carne passa a se referir aos animais comestíveis (POULAIN, 2013).

DaMatta (1986) faz distinção entre comida e alimento. Para o autor “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere” (p. 56). Desta forma, o autor evidencia que o alimento traz em si as particularidades das substâncias nutritivas, enquanto a comida ajuda a situar uma identidade e definir um grupo, uma classe ou uma pessoa. Toda a comida tem em si, elementos de um alimento, mas nem todo

³² Disponível em: <https://wallhere.com/pt/wallpaper/1226101>. Acesso em: 23/07/2020.

alimento é uma comida. Gimenes (2009) corrobora com o pensamento de DaMatta (1986) ao dizer que “só se torna comida o alimento que é aceito culturalmente dentro de um determinado grupo de indivíduos (p.21). Cascudo (2008), por sua vez, nos diz que:

O ato de comer possui um sentido simbólico para o homem. Cozinhar é uma ação cultural que nos liga a nossa história ao que produzimos, cremos e projetamos. Desse modo, podemos entender que a comida constitui um conjunto de fatores culturais. De todos os atos naturais, o alimentar-se foi o único que o homem cercou de cerimonial e transformou lentamente em expressão de sociabilidade, ritual político, aparato de alta etiqueta. Compreendeu-lhe a significação vitalizadora e fê-la uma função simbólica de fraternidade, um rito de iniciação para a convivência, para a confiança na continuidade dos contatos (p.42).

Poulain (2013) complementa dizendo que os alimentos são produtos naturais que ao passarem pelo processo de construção cultural passam a fazer parte de um protocolo de usos, pela identificação, valorização e consumo.

No bojo de sua potência, a comida assume o papel de elemento comunicativo, traduzida, como já vimos, na “arte do dizer”. Ela comunica um *ethos* e fortalece lembranças e imaginários. Seus aspectos socioculturais e antropológicos dão origem a diversos sistemas alimentares, de ordem histórica, ecológica, cultural, social e econômica, permeado por vários vieses simbólicos, responsáveis pelo estabelecimento das relações dos homens entre si e do homem com a natureza.

Para Sodré (2014), comunicação é uma síntese nominal que indica inúmeras práticas interativas contemporâneas, que vão desde o esquema “emissão-meio-recepção”, passam pelos “bits e bites”, próprias da comunicação instrumental-tecnológica, até chegar às trocas sensíveis e intersubjetivas, presentes nas mediações culturais. O autor nos lembra que a palavra comunicar diz respeito a “deixar agir o comum”. Comunicação, então, “significa vincular, relacionar [...] deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo” (SODRÉ, 2014, p. 9). O grande norte é a intenção e o desejo da compreensão mútua, é o *glutinum mundi*, isto é, a cola do mundo (Idem).

Enquanto elemento de comunicação, a comida promove interações e socialidades, sendo responsável por promover encontros, favorecer a alteridade e promover mediações simbólicas, conforme observado e experienciado na pesquisa de campo. No âmbito da comunicação simbólica, é uma das formas mais elementares da vinculação humana, onde as mediações são “transverbais e oscilantes entre mecanismos inconscientes [...] e afecções corporais” (SODRÉ, 2014, p. 9). Indo além das palavras, é capaz de construir um caminho comum entre as diferenças, colocando os interlocutores num espaço altero, evidenciando a dimensão ética do diálogo.

Figura 15 – Nelly, participante da Chega Junto, interagindo com os participantes da Feira



Fonte: acervo da autora, 2020

Em qualquer sociedade, a comida possui seu próprio código linguístico simbólico e aí reside sua potência. Ela faz parte de uma linguagem que fala a toda uma sociedade. Codifica as mensagens existentes e expressas nos padrões das relações sociais. Nestas mensagens é possível encontrar códigos referentes a hierarquias, inclusão, exclusão e fronteiras (DOUGLAS, 1976).

Quando, na Feira Chega Junto, o imigrante-refugiado entrega o prato de comida e o morador da cidade o recebe e consome, naquele momento estabelece-se um diálogo simbólico: “a relação do ‘Eu-Tu’ acontece, no imediato, na duração, em plena reciprocidade, fazendo eclodir a presença como um ser que nos espera e permanece” (SODRÉ, 2014, p. 195).

Em suas pesquisas, Amon e Maldivsky (2007) apresentam a comida como uma forma de narrativa histórica e cheia de significados. Todas as práticas a ela relacionadas nos contam sobre emoções, crenças, valores e identidades construídas e reconstruídas ao longo do tempo. Há, ainda, as narrativas cotidianas, que nos falam sobre as práticas e os hábitos comuns, de pessoas comuns. Os autores usam o termo “actante” para se referirem ao que eles chamam de unidade formal da comida. Esta unidade inclui os indivíduos, os grupos, os objetos, o ambiente e os rituais de comensalidade. Na narrativa da comida, o actante pode ser qualquer sujeito presente e participante, ou seja, o que prepara a comida, o que come a comida e ainda a própria comida, com seus odores, cores e paladares, a forma como a comida é servida e todos os diálogos (amistosos ou não) que ocorrem durante as refeições. No Caso da Feira Chega Junto, considero actantes os imigrantes-refugiados, os visitantes, os organizadores e todos os demais

presentes, pois todos, de uma maneira ou outra, protagoniza rituais de comensalidade e sociabilidade.

Dentro da perspectiva comunicacional, Montanari (2013) desenvolveu para a comida uma gramática própria, que para o autor rege sua linguagem. Nesta gramática, o *lexo* são todos os alimentos disponíveis que podem servir a elaboração dos pratos, ou seja, é a base da “língua”. Ele irá variar em função do contexto social, cultural e econômico. Cada sociedade, portanto, possui seu próprio *lexo* alimentar.

A morfologia desta gramática está associada à forma de preparação e a escolha dos ingredientes. Por meio das receitas e as formas de fazer, o *lexus* adquire forma e cria uma narrativa própria, que irá variar de acordo com os inúmeros significados que possa receber. Com a utilização dos mesmos ingredientes básicos é possível preparar diferentes pratos, de diferentes significados. Montanari (2013) traz o exemplo da farinha, ingrediente básico no preparo de diferentes pratos. Farinha, água e levedura são os componentes lexicais, com os quais podemos preparar pães e massas. Biscoitos, crepes e bolos surgem com a adição de açúcar e ovos. Se considerarmos apenas o pão, há o pão fermentado, mais comum e o pão sem fermento, conhecido como pão ázimo. A forma como agimos sobre os ingredientes dá origem a diferentes pratos, de diferentes significados e valores. A sintaxe da linguagem da comida está presente na combinação dos pratos e na ordem de apresentação e consumo, que por sua vez, é influenciado pelos hábitos alimentares praticados pelas sociedades.

O último elemento essencial à gramática alimentar é a retórica, cujo intuito é adaptar o discurso ao tema. Ela é representada pela forma como a comida é apresentada, servida e consumida, possuindo relação com a comensalidade: escolha dos talheres, se as pessoas comem em pé ou à mesa, se comem sozinhos ou acompanhados, entre outros. Por meio desta leitura original e criativa, O autor pretende evidenciar os elementos que compõe a refeição com os elementos comunicacionais e identitários intrínsecos.

Numa convivência atravessada pela multi e interculturalidade, como é o caso dos imigrantes-refugiados e a população carioca, o aspecto comunicativo da comida é especialmente sensível, uma vez que neste cenário é mais fácil entrar em contato com as práticas culturais do outro compartilhando sua comida do que conhecer a sua língua. Neste caso, não há a necessidade de intérpretes, pois entra em cena a linguagem universal do paladar (MONTANARI, 2013).

Para os imigrantes-refugiados, a comida é um símbolo identitário e de pertença. Se transfigura num reconfortante elemento de mediação e numa defesa simbólica da identidade

individual e da necessidade de reconhecimento cultural. Este fato é ilustrado pela fala da Maria Gabriela, que trabalha na Feira Chega Junto.

Aqui na Feira a gente pode fazer coisas, trocar cultura. Porque não é só vender comida, é conhecer as coisas boas da Venezuela, os pratos típicos... Quando as pessoas se aproximam da barraca, a gente pode falar sobre como é a Venezuela [...]. Falar um pouco da nossa cultura, nosso idioma, nossa comida. É algo muito gratificante pra gente (Entrevista concedida em 27/04/2019).

Em seus estudos sobre a comida como signo identitário, Oliveira (2012) chama a atenção para o fato que a separação entre os sabores da localidade de origem e a localidade de acolhimento contribui para a construção de um imaginário que atribui uma importância do patrimônio gastronômico da localidade de origem possui na nova sociedade. Este fato contribui para a perenidade das práticas alimentares originais, transformando o novo espaço vivido numa pequena extensão do espaço original.

Lévi-Strauss (2004) assevera que é através da cozinha que é possível entender os elementos constitutivos de uma cultura. Sua afirmativa é a conclusão de uma análise comparativa entre os hábitos alimentares da cultura ocidental com os de outras culturas, mais distantes. O pensamento do autor se baseia em três elementos fundamentais: o cru, o cozido e o pútrido. O cru representa a dimensão natural da comida; o cozido representa a transformação do alimento pelo homem, adicionando a esta comida uma dimensão cultural; o pútrido, por fim, consiste na transformação desta comida sem a intervenção do homem. O autor diz ainda que a linha imaginária que une o cru e o cozido é a perspectiva cultural.

Ao evidenciar que cozinhar é uma forma universal de atividade humana, a teoria de Lévi-Strauss (2004) se configura como uma das pioneiras nos estudos antropológicos da alimentação. Seus estudos demonstraram a correlação entre alimentação e cultura, onde a primeira é um signo da segunda. Por sua vez, Montanari (2013) chama de “homem civil” aquele que, de maneira artificial, faz surgir sua própria comida, a que não é encontrada na natureza. Para o autor, este fato dá origem à diferença entre natureza e cultura ou, como diz o autor, “para distinguir a identidade das bestas daquelas dos homens” (p. 25).

A dinâmica relacional entre natureza e cultura também se expressa pelo saber lidar com a sazonalidade dos alimentos, traduzidos em seus ritmos de crescimento, bem como os ritmos de comportamentos fisiológicos e sociais dos animais. Buscar o equilíbrio entre as necessidades vitais de sobrevivência com os ritmos da natureza sempre se colocou como um desafio primário para o homem. Era necessário “controlar, modificar e, de algum modo, lutar contra os tempos naturais” (MONTANARI, 2013, p. 35).

Uma vez que a humanidade incorporou às técnicas de sobrevivência formas de produção e consumo dos alimentos, é pertinente afirmar que a comida sempre foi cultura. É cultura quando produzida, preparada e consumida. É cultura quando produzida porque o homem recorre a outros elementos, além daqueles encontrados na natureza, como é comum a outras espécies animais, denotando a vontade de fazer com o ato da produção sobreponha a atividade de predação.

É cultura quando preparada porque na sequência da escolha e aquisição produtos-base, o homem utiliza o fogo como meio de transformação do alimento, exprimindo o domínio de uma tecnologia nas suas artes de fazer, na cozinha.

É cultura quando consumida, uma vez que mesmo que o homem possa comer de tudo (ou talvez por isso) ele faz suas próprias escolhas sobre o que comer, a partir de fatores ligados a dimensões culturais, nutricionais, econômicas e simbólicas, ou seja, camadas significantes próprias da comida. É por meio destes e de outros vieses que a comida se apresenta como um elemento decisivo da identidade humana, sendo, ainda um dos mais eficientes elementos para comunicar estas identidades (MONTANARI, 2013).

Em seus estudos, Poulain (2013) desenvolveu o conceito de espaço social alimentar, que evidencia a correlação entre o cultural e o fisiológico e entre o cultural e o ambiente natural. O autor discorre sobre o fato da comida não se reduzir a uma consequência do ambiente ou uma forma de apreender a diversidade cultural de determinada sociedade. Ela engloba crenças, conhecimentos, memórias e práticas herdadas, aprendidas e partilhadas por indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade. Por possuir vários significados e vieses relacionados de forma íntima, com aspectos sociais e pessoais, é de forma inegável um fato social.

Poulain (2013) divide o espaço social alimentar em seis dimensões: (1) o espaço comestível, que são as formas que, ao longo do tempo o homem tem decidido sobre formas de seleção, aquisição e armazenamento dos alimentos; (2) o sistema alimentar, que se refere às técnicas para a transformação dos alimentos, no ponto de ser consumido; (3) o espaço culinário, que diz respeito às técnicas que tornam o alimento comestível; (4) o espaço dos hábitos de consumo, que fazem parte dos rituais que fazem parte do momento em que a comida é consumida; (5) a temporalidade alimentar, que possui relação, que possui relação á variedade de alimentos escolhidos para a alimentação ao longo da vida e (6) o espaço de diferenciação social, que é um espaço-símbolo de diferenciação identitária dos grupos sociais.

Se referindo à narrativa da comida, Amon e Maldasvsky (2007) diz que nela estão presentes dois conceitos: a prática da alimentação e a voz da comida. Esta voz se refere a capacidade de troca, aproximação, aceitação da diferença e a todo seu potencial de

transformação. Por outro lado, a prática da alimentação possui um escopo bem amplo, indo desde as práticas de aquisição, armazenamento e preparo até a apresentação e consumo. É possível observar que a prática da alimentação proposta pelos autores (Ibid) possui similaridade com as características do “espaço comestível” proposto por Poulain (2013).

No que concerne aos aspectos sociais da prática da alimentação, Amon e Maldivsky (2007) detalham as características da apresentação, da realização e do consumo das comidas. A apresentação diz respeito à refeição pronta e como ela se torna uma expressão cultural, das mais diversas sociedades. A realização, por sua vez, diz respeito ao momento em que a comida é preparada e consumida. Por fim, o consumo explícito nos fala sobre a forma como a comida é consumida, o ritual. Inclui os talheres e demais objetos, bem como a ordem de apresentação dos pratos, ou seja, inclui os elementos da comensalidade. Estas “etapas” apresentadas pelos autores são resultados de regras e hábitos socialmente construídos e aceitos ao longo do tempo. Como parte de um processo coletivo, está sempre em movimento, sujeito a contaminações, hibridismos e transformações. Porém, mesmo que os hábitos alimentares mudem na vida adulta, a memória e o aprendizado alimentar da infância permanecem gravados em nossas consciências.

Durante o ritual da comensalidade, momento de profícua produção de sentidos, os indivíduos, em meio às sociabilidades e interações, falam de sua existência, passada e presente e de suas expectativas para o futuro. Reitero que, como já visto no capítulo 2, o homem, enquanto ser social, necessita do grupo para expressar sua individualidade. A produção de sentidos está presente em toda a etapa do processo, desde a escolha dos ingredientes até o momento do consumo. Para Silva (2000, p.43):

aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre o que somos e sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias. Ela também pode sugerir mudanças ao longo do tempo bem como entre culturas.

Brillat-Savarin (2017) usou a expressão “dize-me o que comes e eu te direi quem és” para expressar a ideia que a comida serve, por seus aspectos culturais, identitários e sociais, para nos reconhecermos em nossa individualidade e enquanto pertencentes a um grupo. Inspirada na frase de Savarin (2017), Bessis (1995, p.10) cunhou a seguinte frase:

Dize-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te inclui. A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm de si mesmas, na visão que elas têm de sua identidade.

Nas sociedades, o comportamento relativo à comida possui íntima relação com o sentido de nós mesmos e como nos distinguimos do outro. É um comportamento que chama a atenção do estranho, fazendo com que ele reaja, de maneira positiva ou negativa a nós, da mesma maneira que o comportamento alimentar do outro desperta em nós o mesmo tipo de reação.

De acordo com Carneiro (2003) é possível estudar o comportamento do homem em sociedade tendo a comida como elemento central já que “a etnografia está muito ligada a alimentação, pois é em torno dela que as culturas estruturam a sua vida prática e as suas representações (p. 21). A afirmativa de Carneiro é corroborada por Woortmann (2003, p. 6) quando ele diz que

a comida é uma categoria nucleante e os hábitos alimentares são textos. Quando se classificam alimentos, classificam-se pessoas, notadamente os gêneros homem e mulher, pois se o alimento é percebido em sua relação com o corpo individual, esta é uma metáfora do corpo social [...]. Os hábitos alimentares alimentam identidades (atribuídas e assumidas) e etnocentrismos.

O etnocentrismo das identidades alimentares ao qual se refere o autor pode ser tangibilizada por meio de alguns exemplos: nos causa estranheza o fato de que em algumas culturas a carne de gado não ser considerada uma fonte natural de proteína, como é o caso da Índia, onde comer a carne de vaca é proibido por questões religiosas. Da mesma forma que nos causa repulsa o hábito de comer insetos (entomofagia), comum em algumas tribos da África e alguns países da Ásia. (COSTA-NETO, 2013). Podemos apreender, então, que o gosto também pode ser considerado um aspecto da identidade humana, sendo resultado das mudanças históricas, que começa no momento do nascimento e acompanha o indivíduo ao longo da sua existência.

Na alimentação humana há o encontro da natureza e da cultura, pois se comer é uma necessidade *sine qua non* à perpetuação da vida, o que comer, como comer e com quem comer são aspectos que implicam em atribuição de significados ao ato de se alimentar. Na região mediterrânea, a distinção entre cultura e natureza se deu por meio do pão. Este alimento não existe na natureza por si só. É necessária a intervenção do homem para sua existência. Para fazer o pão, é necessário o domínio de um complexo processo que prevê desde o domínio do cultivo do grão até a preparação do produto final. No meio do caminho, há uma série de outras operações cujo sucesso depende de extensas experiências, reflexões e observações. Por este motivo, o pão é utilizado como um exemplo para fixar o momento em que o homem sai do estado bestial e entra no ‘estado civilização’. Nas mesas italianas é sempre possível encontrar

o pão. Ele é considerado um alimento indispensável para acompanhar as refeições. No Brasil, o mesmo alimento é consumido de maneira usual no café da manhã e nos pequenos lanches. Na Itália, é praticamente impensável o macarrão ser servido sem o molho de tomate e no Brasil é comum o pão ser consumido com manteiga. Tanto o molho como a manteiga, sozinhos, têm sua importância reduzida, mas são essenciais para representarem a refeição completa. Interessante observar que o vinho e a cerveja são revestidos dos mesmos valores simbólicos que o pão. Também não existem na natureza e são resultados do domínio dos processos naturais de fermentação em benefício próprio.

Montanari (2004) cita os poemas homéricos, A Ilíada e a Odisseia onde a expressão ‘comedores de pão’ significa homens. Outro exemplo trazido pelo autor é a epopeia de Gilgamesh, tido como o primeiro texto literário conhecido. A obra foi escrita na Mesopotâmia há aproximadamente 4.000 anos. O texto fala do homem selvagem, que saiu desse estado apenas quando soube da existência do pão. O texto traz, ainda, importante e simbólica informação: quem apresenta o pão para o homem selvagem é uma mulher, mais especificamente uma prostituta. Esse fato atribui a mulher o papel simbólico de guardiã da alimentação e da sensualidade.

O autor (Ibid) faz uma correlação com esta passagem da epopeia de Gilgamesh com um fato histórico. De acordo com ele, os pesquisadores que se debruçam sobre o tema são unânimes em atestar o domínio feminino na observação e seleção das melhores plantas. Este fato foi determinante para o domínio da agricultura e ao fato de o homem ter deixado a condição de nômade para se fixar num determinado lugar dando origem às primeiras aldeias.

Outro significativo elemento cultural da comida é o gosto. Instintivamente, o homem nasce predisposto a experimentar e ingerir toda sorte de alimentação, mas as escolhas se dão em função do contexto social e cultural. Para Montanari (2004) o gosto é um fato social coletivo, que juntamente com outros elementos, determina os valores e hábitos de uma sociedade.

Woortmann (2013), ao analisar o conceito de hábitos alimentares, nos diz que o *habitus* é um conhecimento social incorporado pelo homem e cujo processo de incorporação e aprendizagem dependendo do contexto no qual o indivíduo se insere. É um elo entre a manutenção dos hábitos de referência, incluindo os hábitos alimentares e a inovação, entendida aqui como a disposição de introduzir novas práticas, novas tecnologias e novos gostos.

As práticas alimentares encontram-se numa interseção entre tradição e inovação. A tradição se traduz em sabores, técnicas e valores que são transmitidos. A inovação, por sua vez, se localiza nos saberes e técnicas existentes no contexto ambiental e se apresentam ao homem

como novas opções de experimentação. Para o autor, a tradição é a inovação bem-sucedida (MONTANARI, 2004).

Para um melhor entendimento de suas afirmativas, o autor nos apresenta o exemplo da batata: quando este tubérculo chegou a Europa foi inicialmente considerada não comestível, sendo indicada para a alimentação dos suínos. Hoje, como todos sabemos a batata faz parte da dieta alimentar de praticamente todas as culturas. A inovação e a capacidade de aderir a novas ideias e gostos se dão a partir da capacidade do homem de influenciar e ser influenciado por outros ambientes. Desta forma, alimentos e especiarias considerados não usuais e até mesmo, estranhos, podem ser incorporados, se tornando parte do *habitus* de referência.

Como as práticas alimentares têm seus significados alterados ao longo do tempo e do espaço, uma mesma comida pode representar coisas diferentes e suscitar emoções distintas, dependendo para quem e que período. Wootmann (2013) nos fala do “zuppa cuata”, um prato típico da Sardenha e que se relaciona com emoções que aludem à festa e alegria. É normalmente consumida pelas famílias no Natal e na Páscoa. Mas, qual será a origem do “zuppa”? Sua base é o pão duro, o queijo e um caldo e era originalmente consumido pelas famílias pobres, que não tinham condições de comprar pão fresco todos os dias. O queijo era utilizado em pouquíssimas quantidades, para render. Ao caldo eram adicionadas especiarias para tornar o sabor mais interessante e estava pronta a refeição. O Exemplo do autor corrobora com a ideia de que a comida é uma expressão social de quem faz uso dela.

No trabalho de campo consigo perceber dois movimentos: (a) o cuidado, por parte dos imigrantes-refugiados, de adaptarem as receitas ao gosto do paladar carioca, bem como a necessidade de substituir algum ingrediente que não conseguem encontrar na cidade e (b) o interesse dos frequentadores da Feira de reproduzir as receitas em suas casas, incorporando os novos pratos aos seus cotidianos. Percebo, *in loco* as práticas culturais alimentares sendo hibridizadas e enquanto isto acontece está presente o exercício da alteridade.

E assim, a comida (e o comer) é um signo cultural e representativo na construção e reconstrução das identidades, assumidas e reivindicadas, uma vez que enquanto hábito cotidiano, liga as pessoas a um sistema de representações, fazendo surgir de maneira incisiva, um sentimento de pertencimento, pois possui em si um conjunto de elementos referenciados em tradições e desta forma se torna singular e reconhecível.

Ao se vincularem na cidade por meio da produção e comercialização de comidas típicas, os imigrantes-refugiados participam – de maneira consciente ou não – de uma economia étnica, pouco evidenciada e valorizada pelo poder público carioca e fluminense. No quarto e último

capítulo que segue abordarei o conceito da economia étnica e como ela embasa as atividades dos imigrantes-refugiados que trabalham na Feira Chega Junto.

4 ECONOMIA ÉTNICA

Figura 16 – Comidas étnicas



Fonte: El Pais, 2018³³

Como já visto, a vinculação, tanto física quanto simbólica, dos imigrantes-refugiados na cidade do Rio de Janeiro é condição mister para que este grupo de pessoas passe a fazer valer seu direito à cidadania. De acordo com Sayad (1998) o imigrante é basicamente uma força de trabalho: “foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir. É ele quando termina, que faz morrer o imigrante, que decreta sua negação ou que empurra para o não-ser” (p. 55). Independentemente dos motivos da imigração, a questão laboral e econômica está sempre presente, uma vez que possui uma relação direta com as condições mínimas necessárias para residir no novo local: subsistência financeira, contato com moradores locais, aprendizado da nova língua e recuperação da autoestima. (PIORE, 1999; AGER & STRANG, 2008).

Importante ressaltar que, na maioria das vezes, este grupo de pessoas chega sem perspectiva de geração de renda. Este fato é um problema de subsistência para eles e um problema socioeconômico para a cidade. Considerando que a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma economia de baixo crescimento, há uma premente dificuldade de se gerar renda para mais esta parcela da população, além da população local. Neste sentido, acredito que o fomento à economia criativa, mais especificamente à economia étnica, se apresenta como um caminho viável, capaz de facilitar a vinculação socioeconômica e cultural destas pessoas na cidade. Considerando que a economia étnica faz parte do arcabouço teórico da economia criativa, iniciarei por ela, pois considero importante apresentar sua origem e desdobramentos.

³³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/20/politica/1532099772_074883.html Acesso em 02/01/2023.

4.1 Economia Criativa

A economia criativa possui uma relação direta com o desenvolvimento econômico das sociedades contemporâneas, onde o capital intelectual é um fator cada vez mais relevante na criação de propostas de valor e bens simbólicos. A gastronomia e as atividades relacionadas às artes, à cultura e às novas mídias fazem parte do conjunto de atividades criativas.

Alguns dos principais estudiosos da Economia Criativa (REIS, 2011; VENTURELLI, 2000; HARTLEY, 2005; HOWKINS, 2013) consideram uma miríade de fatores socioeconômicos e culturais que favoreceram o desenvolvimento do conceito. Dentre estes fatores, surgem como expoentes a globalização, as novas mídias e a valorização de ativos intangíveis. Todos os autores consideram, de forma unânime, a criatividade como principal insumo.

O início das discussões que colocam a criatividade no centro dos modelos econômicos pós-modernos coincide com o início do fenômeno da globalização. Como já visto, este fenômeno tornou fluidas e esmaecidas as fronteiras, favorecendo a circulação de moedas, bens, pessoas e práticas culturais. A globalização tornou possível para as empresas globais dissociar geograficamente a produção e a comercialização de produtos e serviços, tornando comum a prática de fragmentar as cadeias produtivas, distributivas e de consumo. Esta fragmentação se deu, também, na cadeia produtiva de bens e serviços criativos, cuja participação no PIB mundial é de 7% (REIS, 2011; UNCTAD³⁴, 2010). Sobre esta questão, Canclini (2005, p. 32) diz que

a internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras. A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo.

Por meio de um olhar menos atento pode parecer que a fluidez das fronteiras e fragmentação da cadeia produtiva e distributiva, acarretada pela globalização, beneficiou de maneira significativa os pequenos produtores criativos. Seria comum incorrer no equívoco de imaginar que se antes eles eram dependentes do (fechado) mercado doméstico/regional, após a globalização haveria um aumento nas possibilidades de eles competirem em mercados globais.

³⁴Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 03/11/2021.

Porém, a situação está longe do ideal. É muito importante que os poderes públicos locais fomentem e invistam na economia criativa, de forma a garantir bons níveis de desenvolvimento e competitividade perenes, uma vez que estas atividades não têm folego para, por si só, se tornarem atividades com viabilidade econômica.

Para Reis (2011), há algumas condições mínimas, necessárias para o desenvolvimento das atividades criativas. São elas: circulação de informações diversificadas, acesso e domínio das tecnologias digitais, entendimento das leis do mercado global, capacitação e a existência de baixas barreiras de entrada nos mercados já consolidados. De acordo com a autora, o fato de a existência destas condições não serem comuns a todas as cidades mundiais evidencia a incapacidade de a globalização favorecer uma condição igualitária entre os pequenos e os grandes produtores, criativos ou não.

Vale ressaltar, como ponto de interesse, o fato dos fluxos migratórios se concentrarem nas áreas urbanas dos locais de destino. El Hajji chama a atenção para a concentração de migrantes, protagonistas de diásporas forçadas (ou não), em áreas urbanas.³⁵ Este fato evidencia que são nestes locais que se tecem, por meio do poder público e de mercado, as condições mínimas anteriormente descritas.

O reconhecimento do trabalho criativo remonta ao ano de 1994, na Austrália. Na ocasião, o governo do país desenvolveu o projeto *Creative Nation*, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico. O projeto levantou o debate sobre a preservação da diversidade cultural do país como eixo para o desenvolvimento sociocultural e uma maior penetração da economia australiana no mercado global. Paradoxalmente, o debate evidenciou a preocupação de a globalização macular a “cultura original” da Austrália, ao mesmo tempo em que havia a expectativa do fortalecimento da posição do país no mercado global. O *Creative Nation* buscou congregiar objetivos econômicos, sociais e culturais³⁶.

Inspirado no projeto Australiano, e preocupado com a competição global, o Reino Unido desenvolveu seu próprio projeto, colocando a criatividade no núcleo do plano estratégico nacional. Em 1997, o país criou um comitê multidisciplinar cujo objetivo era realizar uma análise cruzando as contas nacionais com os setores que apresentavam uma tendência de crescimento no mercado global. O projeto foi capitaneado pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esportes – DCMS³⁷ -. Para este departamento, o cerne da indústria criativa encontrava-se na

³⁵ Fonte: notas de aulas do professor Mohammed El Hajji, docente do PPGCOM-UFRJ e EICOS-UFRJ.

³⁶ Disponível em: <http://www.nla.gov.au/creative.nation/creative.html#intro>. Acesso em 03/11/2021.

³⁷ Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/departament-for-digital-culture-media-sport>. Acesso em 03/11/2021.

criatividade individual, na habilidade e no talento, fatores capazes de gerar a criação de empregos por meio da exploração da propriedade intelectual (REIS, 2011).

O projeto britânico identificou treze setores potenciais, que foram batizados de Indústrias Criativas. São eles: arquitetura, artes e antiguidades, artes cênicas, artesanato, cinema e vídeo, design, design de moda, edição, publicidade, música, software interativo de entretenimento, software de serviços de informática e rádio e TV. Para o DCMS, indústrias criativas são:

[...] indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual (DCMS, 1998).

O que as treze atividades têm comum é a presença intrínseca da criatividade e a premissa da propriedade intelectual. A criatividade é um ativo intangível, capaz de ser produzido apenas pela mente humana e capaz de criar, para mercados *standartizados* exclusividade e singularidade para produtos e serviços.

Em 2013, John Howkins, em sua obra intitulada “*Economia Criativa – como ganhar dinheiro com ideias criativas*” apresentou mais dois setores: desenvolvimento de vídeos games e pesquisa e desenvolvimento. O autor também considera a criatividade o principal insumo da economia criativa. Ela possui relação com a produção, por parte de uma ou mais pessoas, de ideias e invenções que são pessoais, originais e significativas. Nas palavras do autor:

[A criatividade] é um talento, uma aptidão. Ela ocorrerá toda vez que uma pessoa disser, realizar ou fizer algo novo, seja no sentido ‘algo a partir do nada’ ou no sentido de dar um novo caráter a algo já existente. A criatividade ocorre independentemente de esse processo levar ou não a algum lugar; ela está presente tanto no pensamento quanto na ação (HOWKINS, 2013, p.13).

Por sua vez, Figueiredo (2015), em sua definição sobre economia criativa chama a atenção para sua capacidade de mobilizar, de forma produtiva, o conhecimento, a cultura e a criatividade, onde o principal atributo do produto ou serviço resultante é o valor simbólico, uma vez que sua origem é cultural e cognitiva, não material. É possível perceber nas duas definições traços comuns: os dois autores evidenciam, nas propostas de valor, a criatividade, a presença do intangível e a presença do valor simbólico.

No Brasil, o primeiro olhar para as indústrias criativas ocorreu em 2004, na ocasião da realização, em São Paulo, as 11ª. Edição do encontro quadrianual da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento). No final do evento, foi gerado um documento intitulado “Consenso de São Paulo” (UNCTAD, 2004). Dois meses depois, o

extinto Ministério da Cultura começou a pensar as bases para o Fórum Internacional de Economia Criativa, que ocorreu em Salvador. O objetivo do evento foi discutir a forma de operacionalização de um instituto de pesquisa internacional das indústrias criativas, com sede na mesma cidade. Esta iniciativa culminou com a realização, em 2005, do I Fórum Internacional de Indústrias Criativas. No relatório produzido após o evento, intitulado “Carta de Salvador”, foi ratificada a intenção de o Brasil criar um Centro Internacional das Indústrias Criativas, que funcionasse a partir de parcerias entre os países interessados no mesmo fomento (Ministério da Cultura, 2005³⁸). Por razões desconhecidas, o projeto não seguiu adiante.

Retomando o tema, em 2011, foi criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC), órgão ligado ao extinto Ministério da Cultura. Embora, inicialmente, a gastronomia não fizesse parte do escopo das atividades criativas, a Secretaria de Economia Criativa, em 2012, começou a considerá-la, ainda que de maneira indireta, levando em conta que ela permeia a esfera patrimonial. O Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional – IPHAN – (2014) considera a gastronomia um patrimônio cultural considerando os fazeres e saberes nela contidos³⁹.

Também interessada no fomento a Economia Criativa, o sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro)⁴⁰ desenvolveu, em 2006, o “Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro”. Neste mapeamento, as indústrias criativas foram apontadas como cruciais para o desenvolvimento do Estado. Para a instituição, o mapeamento possui o intuito de

desenvolver projetos sociais com foco nas indústrias criativas, para aumentar o investimento social e privado e fortalecer este segmento específico, dos quais são exemplos bem-sucedidos os projetos Arte-Indústria e Carnaval” (FIRJAN, 2006, p. 74).

Desde 2008, a cada dois anos a FIRJAN divulga o Mapeamento da Indústria Criativa com a intenção de acompanhar o desenvolvimento de cada um dos segmentos criativos em cada um dos estados do país, incluindo a representatividade, evolução e transformações consideradas relevantes, no decorrer dos anos.

O mapeamento divulgado em 2016, resultado do biênio 2013-2015, foi desenvolvido em meio às incertezas globais, tanto no âmbito social quanto no âmbito econômico, haja vista

³⁸ Disponível em: <http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/index.html%3Fp=836>. Acesso em: 03/11/2021.

³⁹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acessado em: 03/11/2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economiacriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 03/11/2021.

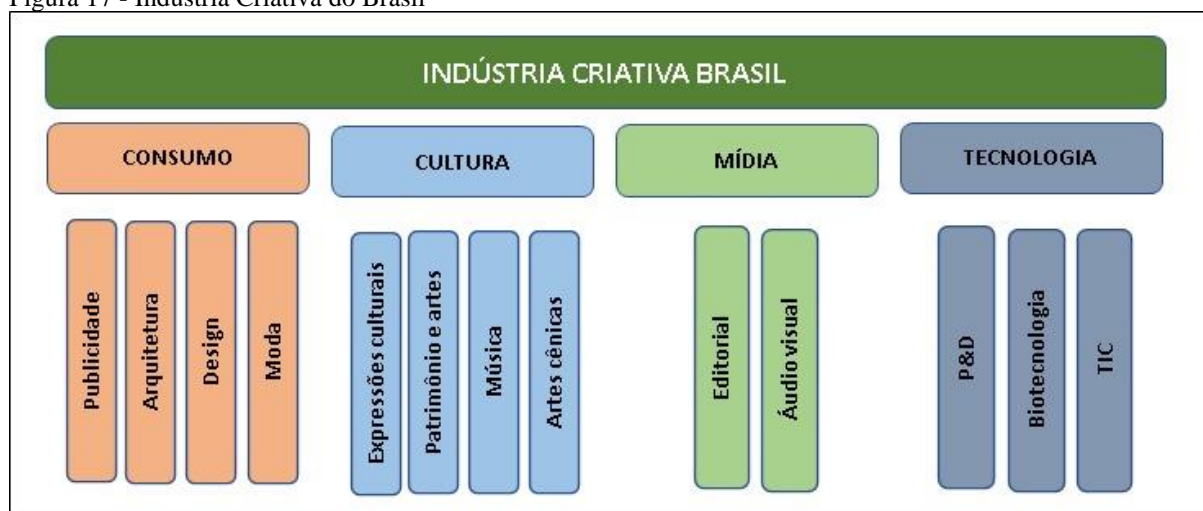
que o mundo ainda se recuperava da crise de 2009. No Brasil, vivíamos uma profunda crise econômica, com a alta da inflação, o expressivo aumento nos níveis do desemprego e a consequente perda do poder de compra da população.

Mesmo diante deste cenário, o mapeamento daquele ano demonstrou que houve um aumento na procura pelos chamados profissionais criativos, mostrando a relevância do papel destes profissionais no processo de recuperação da economia. O mapeamento mostrou que o núcleo da indústria criativa no país é formado por 239 mil empresas, responsável por 2,7% do PIB nacional. São Paulo e Rio de Janeiro são os Estados que mais se destacam.

De forma recorrente, o referido documento faz alusão ao fato de vivermos num mundo cada vez mais digital e conectado. Curiosamente, em nenhum momento faz referência a questão migratória, como um inegável fator global e de forte implicação econômica e cultural.

Foram elencados como segmentos criativos: Arquitetura, Artes Cênicas, Audiovisual, Biotecnologia, Design, Editorial, Expressões Culturais, Moda, Música, Patrimônio e Artes, Pesquisa & Desenvolvimento, Publicidade & Marketing e TIC.

Figura 17 - Indústria Criativa do Brasil



Fonte: FIRJAN, 2016. Adaptado pela autora

A indústria criativa “Consumo” possui quatro áreas, com as seguintes atividades: publicidade: atividades de publicidade, marketing, pesquisa de mercado e organização de eventos; arquitetura: design e projetos edificantes (paisagens e ambientes), planejamento e conservação; design: design gráfico, multimídias e de móveis; moda: desenho de roupas, acessórios, calçados e modelistas.

A indústria criativa “Cultura” também possui quatro áreas, cujas atividades são: expressões culturais: gastronomia, folclore e artesanato; patrimônio e artes: serviços culturais,

museologia, produção cultural e patrimônio histórico; música: gravação, edição, mixagem de som, criação e interpretação musical; artes cênicas: atuação, produção e direção de espetáculos teatrais e de dança.

A indústria criativa “Mídia”, por sua vez, possui duas áreas, com as seguintes atividades: editorial: edição de livros, jornais, revistas e conteúdo digital e áudio visual: desenvolvimento de conteúdo, distribuição, programação e transmissão.

Por fim, a indústria criativa “Tecnologia” possui três áreas. Suas atividades são: P&D (pesquisa e desenvolvimento): desenvolvimento experimental e pesquisa em geral (à exceção da biologia); biotecnologia: bioengenharia, pesquisa em biologia, atividades laboratoriais; TIC (tecnologia da informação e comunicação): desenvolvimento de softwares e sistemas, consultorias em TI e robótica (FIRJAN, 2016).

Considerando a classificação da FIRJAN (2016), os imigrantes-refugiados que trabalham com a produção e comercialização de comidas típicas de seus países de origem fazem parte do segmento Expressões Culturais, aludindo aos imbricamentos e atravessamentos interculturais. A gastronomia se destaca como um segmento cada vez consolidado no Brasil. Além de se configurar como uma expressão cultural que faz parte da vida cotidiana, se apresenta, também como um segmento de grande importância para a economia, sendo responsável por significativa parcela no aumento de empregos formais.

No Estado do Rio de Janeiro, o fomento a economia criativa ocorre por meio do RJ Criativo, órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da Secretaria é transformar inovação em riqueza, seja ela econômica, cultural ou social, sendo capaz de gerar empregos, empresas e aumento de produtividade de segmentos diversos.

Antes de se chamar RJ Criativo, o órgão era denominado como Rio Criativo. Ainda sob esta denominação, a Secretaria atendia, anualmente, aproximadamente 2.000 empreendedores realizando visitas a, em média, 30 municípios. Foi a partir desta experiência que a Secretaria percebeu a necessidade de expandir o foco dos trabalhos, para além da capital. E foi desta forma que surgiu o RJ Criativo, com a proposta de ser um catalizador da economia criativa em todo o Estado. A missão do RJ Criativo é “contribuir para a conexão de empreendedores, redes e instituições, de modo a posicionar a cultura e a criatividade como eixos centrais do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado”.⁴¹

⁴¹ Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/rio-criativo-virou-rj-criativo-entenda-o-porque/> Acesso em: 09/08/2021.

Como forma de incentivar a economia fluminense, a Secretaria promove, gratuitamente, atividades de formação, networking, estimulando a atividade empreendedora e geração de novos negócios. Atualmente, possui três eixos centrais: (1) Educação – com o propósito de organizar maratonas e caravanas por todo o Estado, apresentando e desenvolvendo modelos de negócios, por meio de oficinas e mentorias; (2) Incubação – oferta de espaços de *coworking*, eventos, cursos, mentorias e consultorias. Faz a interface entre parceiros e investidores e (C) Comunicação – realização de eventos e *meetups*. Para identificar necessidades de fomento, bem como facilitar a continuidade do trabalho, foi criado o MapaColaborativo.cc, uma plataforma de mapeamento da economia criativa no Estado.

4.2 Economia Étnica no processo migratório

No processo de vinculação dos imigrantes-refugiados na cidade, a questão do trabalho é de suma importância, uma vez que é responsável pela autonomia financeira (ou pelo menos, pela sua busca). Faz parte, de maneira peremptória, dos planos futuros na sociedade de acolhida, além de ajudar na recuperação da fragilizada autoestima. Sobre o assunto em questão, Chiswick (1999) afirma que independentemente do motivo que leva as pessoas e famílias a migrarem, a questão econômico-financeira perpassa todas elas, pois a inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) é uma questão de sobrevivência para este grupo de pessoas.

No caso dos imigrantes-refugiados, a entrada no mercado de trabalho carioca se dá principalmente pelo mercado de trabalho secundário, caracterizado pela informalidade. Um dos principais motivos é o baixo desempenho da economia local, que é incapaz de absorver mais esta parcela da população no mercado de trabalho primário (ou formal). Algumas das pessoas que entrevistei possuem nível superior completo e significativa experiência profissional e mesmo eles, para garantir a sobrevivência, precisam trabalhar na informalidade. Três fatores se mostram expoentes na dificuldade da entrada deste grupo de pessoas no mercado de trabalho primário: a incapacidade na contratação de acordo com a qualificação, a dificuldade para validar os diplomas dos países de origem e a discriminação dos empregadores (RUEDIGER, 2015, PIORE, 1994).

Tal fato é corroborado por Débora Alves, assistente social da Caritas-RJ. Ela nos diz que algumas das principais barreiras encontradas pelos imigrantes-refugiados que buscam ingressar no trabalho formal é a falta do domínio do português e a dificuldade de comprovar a experiência profissional e a escolaridade. Essas são dificuldades além das enfrentadas pela população local no desafio de tentar vencer o desemprego.

Ao diferenciar o mercado de trabalho primário do mercado de trabalho secundário, Piore (2006) explica que o mercado primário oferece empregos e posições estáveis, com boa remuneração e possibilidades de ascensão profissional. Em posição diametralmente oposta, o mercado secundário oferece ocupações, na maioria das vezes, desqualificadas, com baixos salários e pouca ou nenhuma possibilidade de crescimento profissional. O fato de atuarem no mercado de trabalho secundário acarreta, para os imigrantes-refugiados, rendimento e posição socioeconômica inferiores aos dos moradores da cidade (CHISWICK, 1999).

Além de todas as dificuldades citadas, é possível verificar na tabela a seguir uma disparidade na distribuição do rendimento dos trabalhadores migrantes, por gênero. Os rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino se encontram na faixa entre 1 (um) e 2 (dois) salários-mínimos, enquanto os rendimentos das mulheres migrantes, no exercício laboral, correspondem a menos de 1 (um) salário-mínimo.

Tabela 6 - Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo faixas de rendimento mensal no trabalho principal (salário-mínimo) ⁴².

Faixa de rendimento	Homens	Mulheres	Total
Até 1 sm	11.843	10.321	22.164
Mais de 1 até 2 sm	15.502	8.837	24.339
Mais de 2 até 3 sm	6.329	2.474	8.803
Mais de 3 até 5 sm	7.577	2.556	10.133
Mais de 5 sm	10.378	2.885	13.263
Sem rendimento	2.932	3.593	6.525
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora.

Um dos itens considerados para determinar a saúde econômica do Brasil, bem como dos seus estados e municípios é a taxa de desemprego. De acordo com o IBGE⁴³ (2022), o país apresenta uma taxa de 8,7%., perfazendo um total de 9,5 milhões de pessoas. No Estado do Rio de Janeiro, esta taxa, no primeiro trimestre do ano de 2022, é de 12,6%, o que indica a terceira maior taxa de desemprego do país. Especificamente no município, a taxa, no mesmo período, é de 9,8%.⁴⁴ O crescente aumento no fluxo de migrantes, principalmente de refugiados, só

⁴² Na data de referência do Censo Demográfico de 2010, em 01/08/2010, o valor do salário-mínimo era de R\$510,00 (quinhentos e dez reais).

⁴³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18/10/2022.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18/10/2022.

agrava a situação, considerando que, como já visto, a economia local não tem como absorver mais esta parcela da população.

Levando em consideração o nível de instrução, os imigrantes-refugiados que produzem a subsistência no mercado secundário, possuem um razoável nível de escolaridade. À época do censo de 2010, mais de 50% possuíam o nível médio completo e mais de 19% possuíam o nível superior completo. Estes números indicam o quanto esta força de trabalho é subutilizada pelo mercado de trabalho local, conforme tabela que segue:

Tabela 7 - Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo nível de instrução

Nível de instrução	Homens	Mulheres	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	14.896	9.694	24.590
Fundamental completo e médio incompleto	9.813	5.929	15.742
Médio completo e superior incompleto	18.501	9.467	27.968
Superior completo	11.088	5.413	16.501
Não determinado	263	163	426
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pela autora

Sobre a questão da discriminação, o mercado de trabalho formal, no momento da contratação da mão de obra migrante, considera aspectos que não possuem relação com a qualificação e a competência. Devido à falta de acesso a informações confiáveis e, também, a uma significativa falta de interesse, questões como raça, gênero e nacionalidade são levadas em consideração no momento destas trocas econômicas. Esta questão salienta a existência da discriminação estatística, que ocorre quando os empregadores tomam decisões de contratações tendo por base juízos de valor e estereótipos (BORJAS, 1986, PIORE, 1999). Para um relevante quantitativo dos imigrantes-refugiados presentes na cidade, a participação na economia étnica muitas vezes é a única alternativa para reagir, no curto prazo, ao desemprego (JACINTO, 2005), tal qual ocorre com os imigrantes-refugiados que trabalham na feira Chega Junto. Ligth (2005), ao correlacionar economia étnica e imigração afirma que as

economias étnicas permitem aos imigrantes e às minorias étnicas reduzir sua desvantagem e exclusão, negociando os termos de sua participação no mercado de trabalho geral de uma posição de maior força (LIGHT, 2005, p. 650).

No intuito de ilustrar a escolha de trabalhar com o comércio étnico como alternativa ao desemprego, trago os seguintes fragmentos de entrevistas:

Eu vim na gravidez e queria que minha filha nascesse bem. Então, eu procurei emprego, mas eu tenho uma criança de 8 anos e ainda outro filho, era muito difícil buscar um emprego fora. Eu pesquisei na Cáritas e elas falaram que podiam contratar para eu trabalhar na Feira Chega Junto. Coisa muito boa, muito legal porque meu esposo está sem trabalho, então era uma oportunidade incrível poder ter um próprio lugar onde a gente pode trabalhar, poder fazer coisas [...]. (Maria Gabriela, venezuelana. Entrevista concedida em 30/06/2018).

Figura 18- a autora, Maria Gabriela, imigrante-refugiada participante da Feira e seus dois filhos



Fonte: acervo da autora, 2018

A verdade é que cheguei para trabalhar como empregada no aeroporto Santos Dumont [mas não consegui]. A questão foi que a Cáritas me perguntou se eu queria vender comida e eu falei que sim. E foi desse jeito que eu comecei a vender, a oferecer empanadas e comecei a gostar [...] (Nelly, colombiana. Entrevista concedida em 30/06/2018).

Figura 19 - Nelly Camacho, imigrante-refugiada participante da Feira Chega Junto segurando uma arepa



Fonte: acervo da autora, 2018

Destaco o relevante trabalho realizado pela Cáritas-RJ. Ela busca combater a discriminação do empresariado local com informação. Faz parte do seu trabalho sensibilizar e preparar as empresas para contratarem os imigrantes-refugiados. É explicado aos empregadores, parceiros da Instituição, que não há ônus adicional ao se contratar pessoa em condição de refúgio, pois o visto é renovado a cada dois anos, não havendo o risco de contratar e treinar e precisar demitir pouco tempo depois. Além disso, estas pessoas, pela precariedade da situação, costumam valorizar a oportunidade de emprego, se tornando excelentes funcionários. Outro ponto importante é que os empregadores são sensibilizados e começam, paulatinamente, a entender que a diversidade é positiva para o clima da organização.⁴⁵

Bonacich & Modell (1980) definem economia étnica como um grupo de empregadores ou autoempregados que atuam na comercialização de produtos ou prestação de serviços relacionados às práticas culturais dos países de origem. Light et al (1994) complementa dizendo que o conceito de economia étnica tem origem na sociologia econômica de Max Weber. Para o autor, este sociólogo diferencia o capitalismo tradicional, que tem por base laços étnicos e sociais, do capitalismo moderno, que prioriza a maximização dos lucros em detrimento das consequências sociais. O capitalismo étnico (e consequentemente, a economia étnica) estaria

⁴⁵ Informações acessadas a partir da entrevista concedida por Débora Alves, assistente social da Cáritas-RJ.

inscrito, de acordo com Weber, no capitalismo tradicional, se apresentando como uma forma anterior ao capitalismo moderno. Dentro deste tipo de economia, os imigrantes-refugiados podem atuar como autônomos, como empregadores ou em nichos econômicos (WALDINGER, 2001).

Fong & Ooka (2002), ao estudarem a economia étnica chinesa, em Toronto, concluem que os imigrantes-refugiados participam de uma economia étnica quando:

- a. Trabalham de forma autônoma
- b. Trabalham em empresas onde pelo menos 40% dos funcionários são coétnicos e pelo menos 40% dos gestores são coétnicos.

Por sua vez e de forma mais radical, Waldinger (1996) diz que para ser caracterizado como negócio étnico, o empreendimento deve ser fechado para os não coétnicos. Sanders e Nee (2001) chamam a atenção para que, numa perspectiva negativa, a economia étnica pode dificultar ainda mais a entrada dos imigrantes-refugiados no mercado de trabalho primário, uma vez que desta forma, haveria uma diminuição das interações com a sociedade local. Para os autores, quando os imigrantes-refugiados dependem majoritariamente dos laços étnicos para acessarem recursos e informações de âmbito profissional, há o risco de se sentirem desencorajados a desenvolverem uma rede social e étnica mais diversa, tornando-os mais isolados. Esta situação se caracteriza como, segundo os autores, a “trajetória segmentada de adaptação”.

Por concentrar imigrantes-refugiados que num mesmo espaço (concentração espacial) desenvolvem uma mesma ocupação, bem como propiciar um ambiente para o desenvolvimento da atividade laboral, considero a Feira Chega Junto, *locus* de observação desta pesquisa, como o que Waldinger (2001) chama de nicho econômico étnico.

O fomento à economia étnica, com políticas públicas voltadas para o setor, pode melhorar os resultados econômicos do Estado. As iniciativas devem proporcionar o reconhecimento deste grupo de pessoas, minorias excluídas e estigmatizadas, como uma classe criativa, priorizando a profissionalização e a capacitação. Isso pode acarretar o aumento da qualidade de suas vidas, tornando-as mais criativas, inovadoras e produtivas. Interessante observar que embora utilizem os termos “colaboração” e “diversidade”, “desigualdade” e “diversidade cultural” não há, no RJ Criativo, nenhum projeto voltado para os imigrantes-

refugiados que fixaram residência no município, região metropolitana ou no Estado.⁴⁶ A seguir, apresentarei o *locus* de observação da pesquisa e como se desenvolve nele a economia étnica protagonizada pelos imigrantes-refugiados que lá trabalham.

4.3 O pulsar da Economia Étnica na Feira Chega Junto

Figura 20 – Banner da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

A Feira Chega Junto é uma parceria de três instituições: o Projeto Chega Junto, a Junta Local e a Cáritas-RJ. O objetivo da Feira é promover a integração sociocultural dos imigrantes-refugiados no cenário carioca por meio da gastronomia típica, reforçando o papel da comida como um elemento que valoriza a interculturalidade e o empoderamento dos refugiados⁴⁷. A Junta local, por sua vez, é uma comunidade localizada no Rio de Janeiro, que se propõe a criar espaços para reunir pequenos produtores e consumidores que buscam comida de qualidade oferecida a um preço justo. Para os organizadores, há uma relação direta entre a qualidade de vida, o comer bem e a origem da comida. Eles possuem a crença, da qual comungo, de que “a comida nos conecta a tudo e é ferramenta de mudança”.⁴⁸

Por fim, a Cáritas, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1956, se configura como uma das principais instituições de acolhimento dos refugiados na cidade. Seu principal objetivo é articular obras sociais católicas em todo território nacional. O trabalho com refugiados teve início em 1976 quando, numa iniciativa pioneira, a Arquidiocese

⁴⁶<http://cultura.rj.gov.br/rj-criativo-economia-criativa/>. Acesso em 10/08/2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://m.facebook.com/caritasrj/posts/651278165054902>. Acesso em: 09/10/2011.

⁴⁸ Disponível em: <https://juntalocal.com/>. Acesso em: 09/10/2021.

do Rio de Janeiro passou a acolher e prestar assistência aos refugiados que chegavam à cidade. Eles vinham dos países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai e chegavam aqui fugindo da perseguição política dos regimes militares. Na mesma época, Dom Eugênio Sales decidiu instalar um serviço permanente de ajuda a este grupo de pessoas. Com o auxílio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o cardeal designou a Cáritas-RJ para assumir essa tarefa em nome da Arquidiocese, dando origem ao primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil⁴⁹.

Em um trabalho conjunto com a ACNUR e em parceria com empresas, ONGs, universidades e órgãos públicos, o Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio, da Cáritas-RJ, desenvolve um relevante trabalho de atendimento a refugiados de mais de 60 nacionalidades.

A Feira existe desde 2015⁵⁰ e antes da pandemia do coronavírus ocorria sempre no último sábado de cada mês, nos jardins da Igreja Anglicana *Christ Church Rio*, localizada na Rua Real Grandeza, 99, no bairro de Botafogo, um dos mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro. Como um grande mosaico societal, se traduz numa ode étnico-cultural-gastronômica em constante movimento, onde temos a oportunidade de visitar diversos países, sem sair do lugar. É uma experiência imersa nos mais variados sons, imagens, cheiros, e acima de tudo, paladares.

De um modo geral, as feiras são eventos urbanos que contribuem para a dinâmica sociocultural das cidades, integrando comerciantes, organizadores, transeuntes e clientes (LA PADRELLE, 1996) ou, como comumente referidos, fregueses. Nas palavras do Sr. José, um visitante da Feira Chega Junto: *“aqui eu vejo coisas diferentes, como coisas diferentes, converso com pessoas diferentes e aprendo coisas diferentes. Adoro esse lugar”* (Entrevista concedida em 29/09/2018).

Para muito além do viés transacional, as feiras são lugares que abrigam múltiplas sociabilidades. As interações se multiplicam, colocando as pessoas em permanente contato, gerando novas e inusitadas fontes de trocas, em função da mutabilidade das motivações e interesses. Simmel (2016) atesta que a sociabilidade “é a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são, na experiência concreta, indissociáveis” (p.65). Nas feiras ocorrem, ainda, o que Maffesoli (1998) chama de socialidades. Indo além do conceito de sociabilidade apresentada por Simmel (2016),

⁴⁹ Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acesso em 09/10/2021.

⁵⁰ Disponível em: <https://revista.juntalocal.com/seis-meses-de-chega-junto/>. Acesso em: 09/10/2021.

Maffesoli (1998) atesta que nas socialidades, de forma tátil, se efetivam as relações, pois é o local onde “[...] a gente se cruza, se roça, se toca, interações se estabelecem, cristalizações se operam e grupos se formam” (MAFESSOLI, 1998, p. 102). É o cimento que sustenta e mantém as mais variadas formas sociais (Ibid, 2012).

Apesar de contar com atrações temáticas, como shows musicais, artesanato e oficinas, na Feira Chega Junto a comida é a grande protagonista. Atua como uma linguagem comum, construindo e compartilhando significados (HALL, 2016). Presente na economia étnica local, surge como um elemento de mediação, favorece trocas, vivências, hibridismos e afetos. Como já visto, se apresenta, de maneira concorrente, como um sistema de comunicação, um corpo de imagens, um protocolo de usos, situações e comportamentos, fazendo surgir, de maneira significativa, novas formas de ser, agir, sentir e se relacionar, indo além da questão biológica.

Figura 21 – Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 22 – Show musical na Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020

No trabalho de campo tive a oportunidade de, por meio da observação participante, observar e apreender como, por meio do comércio étnico, ou seja, por meio da produção e da comercialização dos pratos típicos, a comida favorece a vinculação do imigrante-refugiado na cidade.

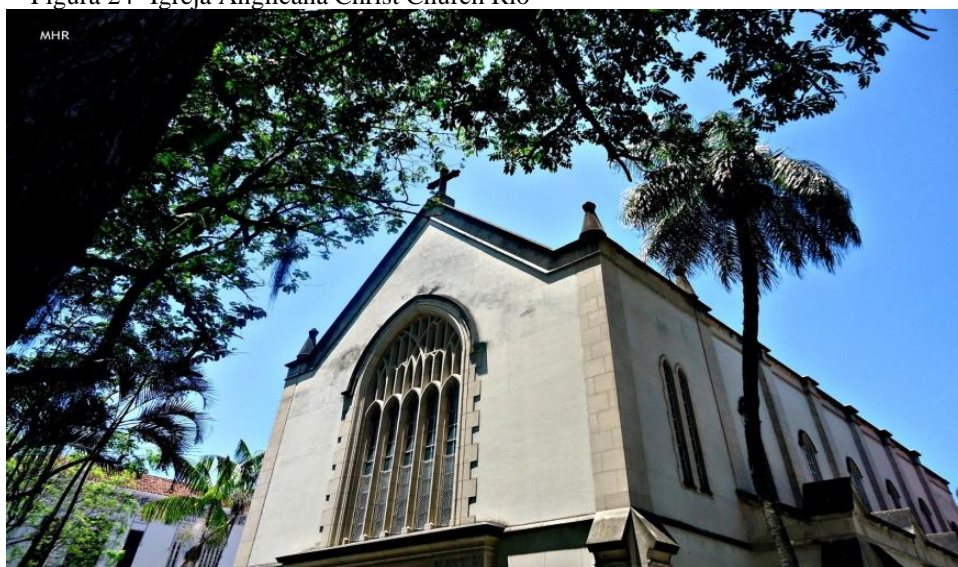
Lembro que na minha primeira visita, ocorrida em 31 de março de 2018, algo que chamou minha atenção foram as inúmeras bandeiras, estendidas lado a lado ao longo do portão externo da igreja onde ocorria a Feira. Eram aproximadamente 20. Aquelas bandeiras prenunciavam toda a experiência plural e intercultural que me aguardava. Outra coisa que chamou minha atenção foi a igreja ao fundo, sua cor neutra lhe conferia ares de silhueta e contrastava com as vívidas cores das bandeiras.

Figura 23 - Portão de entrada da Feira Chega Junto



Fonte: entrada da Feira Chega Junto, 2023⁵¹

Figura 24- Igreja Anglicana Christ Church Rio



Fonte: MRH Cliques, 2018⁵²

Na Feira, o consumo – físico e simbólico - e as interações intersubjetivas ocorriam nas barracas concentradas nas duas laterais do pátio externo da igreja. Para Douglas & Isherwood

⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/feirachegajunto/>. Acesso em: 02/01/2023.

⁵² Disponível em: <http://mhrfotos.blogspot.com/2017/11/mais-um-velho-desejo-realizado.htm>. Acesso em: 12/12/2019.

(2013), o consumo é um ritual, presente nas interações e sociabilidades presentes na cotidianidade. Inserido em diferentes contextos e espaços sociais, “é uma atividade presente em toda e qualquer atividade humana (BARBOSA, 2004, p. 7) e enquanto artefato histórico, é responsável por transformações sociais que marcam de forma peremptória a sociedade ocidental (McCRAKEN, 2003).

Chamo a atenção que, para além do viés utilitário, é importante que o consumo seja entendido como um fenômeno social e cultural, com uma dimensão simbólica que se tangibiliza nas interações. No ato do consumo estão presentes elementos utilitários e simbólicos que somados, produzem uma gama de significados que caminham lado a lado com as transformações nas estruturas sociais e interpessoais (McCRAKEN, 2003; DOUGLAS & ISHERWOOD, 2013).

Em minhas visitas subsequentes, a Feira Chega Junto se reafirmou com que Maffesoli (2012) chama de “espaço de celebração”, na costumaz presença de imigrantes-refugiados de várias nacionalidades, como colombianos, venezuelanos, haitianos, indianos e nigerianos. Como pesquisadora, em todas as ocasiões trouxe para mim o desafio de, entre observar e participar, apreender no ambiente e nas interações comerciais étnico-culturais, os significados dos vários signos presentes: cores, aromas, indumentárias, decorações, sotaques, entre outros. Me propunha a observar as sociabilidades entre os imigrantes-refugiados e os moradores da cidade e o papel da comida, como elemento de vinculação e mediação entre os atores sociais presentes. Me interessava observar, também, os imbricamentos das várias práticas culturais que permeavam todo o ambiente. O desafio surgiu da dificuldade de “fixar os significados de modo que fiquem estáveis por algum tempo” (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2013, p. 109).

Figura 25 - visitante da Feira Chega Junto interagindo com imigrantes-refugiados



Fonte: acervo da autora

Figura 26 - A Feira de Refugiados Chega Junto



Fonte: página da Feira de Refugiados Chega Junto no Facebook, 2018⁵³

Os visitantes da Feira são pessoas de todas as “tribos” e famílias das mais variadas configurações. Vários dos visitantes não estavam lá pela primeira vez. Notadamente, alguns já possuíam algum nível de intimidade com os imigrantes-refugiados: se cumprimentavam, tiravam fotos e seguiam conversando, perguntando sobre filhos ou fazendo comentários sobre roupas e penteados. Os visitantes transitavam tranquilamente com os pratos nas mãos, entre uma barraca e outra, se vinculando, ainda que por poucas horas, às culturas presentes. Naquele espaço o que importava era a alteridade, os afetos e o prazer de estar junto.

⁵³ Disponível em: https://www.facebook.com/search/photos/?q=feira%20chega%20junto&epa=SERP_TAB. Acesso em 12/12/2019.

Figura 27 - Visitantes da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020

Imersas na prática do comércio étnico, todas as barracas ofereciam comidas típicas de seus países de origem. Algumas também ofereciam bebidas. Sigo caminhando e observando. Era comum me aproximar das barracas e pedir explicações sobre as comidas, participando, eu própria, de vários momentos de interações. Na intenção de experimentar o máximo de pratos possíveis, resolvo pedir algumas provas, algo comum nas feiras cariocas. Começo pela barraca da República de Camarões, país da África Ocidental, localizado às margens do Golfo da Guiné. Me encantei com Louise, responsável pela barraca. Usava um turbante colorido e possuía um rosto redondo e sorriso largo. Embora não haja uma semelhança significativa, por algum motivo, lembrei da minha mãe. Louise chegou ao Brasil em 2013, sozinha. Seis anos depois, conseguiu trazer suas filhas, Glória e Clarice. Todas trabalham juntas na Feira.

Figura 28 - Louise Nya, imigrante-refugiada, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 29 – Glória e Clarice, filhas da Louise



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 30 - Rosa Maria, mãe da autora



Fonte: acervo da autora, 2017

Quando pedi a prova da comida para Louise, percebi que ela não sabia do que se tratava. Sorri e me dispus a explicar. Após alguns minutos de negociação ocorrida por meio de divertidas mímicas, consigo experimentar pequenas porções de alguns pratos típicos preparados por ela: um pouco de arroz temperado e apimentado, bolinhos de banana e bolinhos de carne. Absorta no ritual de comensalidade me conectei com os aspectos materiais e imateriais da cultura da Louise, uma vez que por meio dela são criados vínculos com quem produz e com quem consome a comida (MONTANARI, 2013).

O termo comensalidade deriva do latim *mensa*, que significa conviver à mesa e compartilhar alimentos. Como um sistema simbólico complexo e característica significativa da

sociabilidade humana, envolve elementos sociais, políticos, culturais e morais, bem como compartilhamento de experiências e sentidos (MONTANARI, 2013).

Enquanto comia, Louise me explicava como a comida era feita. Eu não entendia bem o que ela falava, da mesma forma que ela não entendia bem o que eu perguntava, mas ainda assim, de forma alegre, nos comunicávamos. Nosso diálogo era mediado pela comida, ela traduzia nossas intenções.

Depois dos bolinhos da Louise, foi a vez de experimentar as arepas da Nelly. Eram muito gostosas: crocantes por fora e tenras por dentro. Os recheios podiam ser de carne, frango ou queijo e eram acompanhados deliciosos molhos. Meu preferido era o de avocado apimentado. Como havia uma cerca competição sobre qual era a melhor arepa: a venezuelana ou a colombiana, em seguida me encaminhei para experimentar a arepa venezuelana. Percebi alguma diferença na massa, mas a principal diferença é que a da Nelly, colombiana, era preparada na brasa e da família do Jonel, venezuelana, preparava numa chapa, num fogão a gás. As duas eram muito gostosas, mas para o meu paladar, as colombianas eram mais saborosas, talvez pelo sabor defumado da brasa.

Figura 31 – Arepas colombianas, da Nelly



Fonte: acervo da autora, 2020

Figura 32 – Arepas venezuelanas, da família do Jonel



Fonte: acervo da autora, 2019.

Figura 33 – Angélica e Jonel, mãe e filho, participantes da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020

Me perguntei se Louise, Nelly ou a família do Jonel tinham consciência da força agregadora e mediadora das comidas que me ofereceram, do quanto aquelas comidas possuíam a potência de construir e reconstruir relações (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2013). Aquele arroz, bolinhos e arepas estavam carregados de significados e mediavam a interação entre mim, Louise, Nelly e todos os demais imigrantes-refugiados presentes, reforçando nossos vínculos.

Enquanto preparam suas comidas típicas, os imigrantes-refugiados são envolvidos por memórias e lembranças de uma vida, para muitos deles, não mais possível. Para eles, a comida funciona como “um vetor de religação ao mesmo tempo com os outros e com o espaço”

(MAFFESOLI, 2012, p.12). É uma forma de reconstituir os vínculos perdidos ao mesmo tempo em que ressignificam suas atuais existências. Quanto partem de seus locais de origem, estas pessoas trazem consigo todas as lembranças das vidas que deixaram para trás. Para Bergson (2008) estas memórias são singulares e se constituem como “autênticas ressurreições do passado” (p. 18). Isso significa dizer que eles carregam consigo o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo. A memória dá forma e mantém o vínculo com os afetos deixados no momento da desterritorialização. Hawbachs (2004) nos alerta que memória é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento por trazer em si o sentimento de algo já visto e reconstrução por ser elaborada num outro tempo e num outro lugar, onde novas representações se fazem presentes. Neste sentido, o que foi vivido no passado é reconstruído com imagens e experiências atuais. A fala da Nelly, colombiana, e do Jonel, venezuelano, nos aproxima da complexidade dos sentimentos que estas pessoas experienciam:

As empanadas, as arepas... eu trago toda vida boa que eu tenho aqui dentro de mim. Eu trago um pedaço do meu país... Ah, eu não consigo falar, desculpa... [emocionada] (Nelly Camacho. Entrevista concedida em 25/05/2019).

A gente vende comida e a gente lembra do país também. Quando a gente faz a comida de lá para vender, a gente não faz só para ganhar dinheiro, a gente faz mais que tudo pra nós nos lembrar do país de onde a gente vem, pra nós estar em contato com a nossa terra, né? E aí a gente fica com muita nostalgia de lá, né? (Jonel. Entrevista concedida em 25/05/2019).

A comida atua, para este grupo de pessoas, simbolicamente como uma ponte, possibilitando novos caminhos para uma nova vida e novos afetos. Sendo um dos aspectos mais comuns partilhados entre os indivíduos, a comida assumia, na Feira, a centralidade de uma prática comunicacional e intercultural, freando, pelo menos naqueles momentos, a tentação pela defesa dos interesses individuais.

Para Simmel (2016), a metáfora da ponte acentua o sentido de (re)união, superando a distância entre as extremidades. Ilustra e dá forma à noção que a aproximação e o distanciamento são apenas perspectivas de um todo. A experiência vivenciada na barraca da Louise se repetiu, embora naturalmente de maneiras diferentes, em todas as demais barracas nas quais experimentei os variados pratos típicos. Dentro do âmbito simbólico, o ato de ingerir confere intimidade entre a comida e o corpo (MONTANARI, 2013). Podemos ir além e imaginar que ingerir a comida do outro pode indicar uma expressão de intimidade que perpassa a aceitação do outro com todas as diferenças inerentes.

Todas as barracas me ofereciam mais que comida, me ofereciam a oportunidade de me aproximar das suas culturas. Em cada momento de consumo, além das diferentes e saborosas

comidas, ingeria, também, um bocado das suas histórias, esperanças e temores, conforme é possível atestar nas falas a seguir:

[...] Não é só vender comida, é conhecer as coisas boas da Venezuela, pratos típicos... Quando as pessoas se aproximam da barraca, a gente pode falar como é a Venezuela, sem misturar a política nem a economia, só falar um pouco da nossa cultura, nosso idioma, nossa comida. É algo muito gratificante para a gente (Maria Gabriela, Venezuelana. Entrevista concedida em 27/07/2019).

[...] Eu comecei a gostar de vender [comida] porque você vai preparando, você vai vendendo, as pessoas ficam curiosas para saber como começou e como se come no meu país, todas essas coisas. Então foi uma coisa muito linda porque combina com cultura. É uma coisa tão simples que mesmo sendo uma arepa ou uma empanada ou qualquer tipo de comida que eu faça, tem uma história que as pessoas estão muito curiosas, querem saber (Nelly Camacho. Entrevista concedida em 27/07/2019).

Numa outra barraca se encontrava a nigeriana Latifah. Também estavam presentes o esposo, a filha adolescente e um bebê. Toda a família envolvida na frenética atividade do comércio étnico. Em um dos momentos, a filha adolescente se aproxima da mãe e ambas iniciam uma conversa num dialeto próprio, completamente incompreensível para mim. O esposo se junta a elas e entra na conversa. Naquele momento, eles não estavam mais no Brasil, não estavam mais na Feira. Numa compressão espaço-tempo (Hall, 2006), aquela família havia se transportado para a Nigéria.

Figura 34 - Latifah, imigrante-refugiada participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020

Um pouco depois, percebo que o esposo da Latifah está dando uma entrevista. A imprensa está no local cobrindo o evento, dando visibilidade ao evento e a seus participantes. Considero que dar voz aos imigrantes-refugiados presentes na cidade é um trabalho relevante da imprensa, enquanto ator social.

Sob a perspectiva econômica, é possível considerar estas pessoas como uma classe criativa, participantes de uma economia étnica-cultural, por trazer à tona as interseções entre as dimensões econômicas e culturais (PORTES & MANNING, 1986). Entende-se por classe criativa pessoas que por meio das suas atividades laborais, agregam valor econômico por meio da criatividade e atributos simbólicos, que é o caso, como já visto, deste grupo de pessoas (FLORIDA, 2002; WALDINGER, 2001). Suas atividades se relacionam, de forma exclusiva, com a oferta de bens e serviços culturais onde a etnicidade do outro é transformada em um produto étnico (HALTER, 2000; VAN DEN BERGHE, 1994).

A partilha de um *ethos* comum, que agrega valor simbólico às interações, se dá em meio a criatividade, haja vista que em muitos casos, é necessário ressignificar as receitas, ou pela falta de ingredientes ou para adaptar o prato para o gosto da população local. Para muitos, ainda, há a dificuldade de falar português, o que demanda deste grupo de pessoas a criatividade para manter as interações mínimas com a cidade.

Florida (2002) chama a atenção para o fato que o resultado positivo das iniciativas de fomento à economia criativa, incluindo a economia étnica, depende da presença dos chamados “Três Ts”: tolerância, tecnologia e talento. Para o autor, as cidades que apresentam bons resultados em tais iniciativas, entendem a relação causal entre os três termos. Quando trabalhados juntos, são capazes de impulsionar a inovação e o tão esperado crescimento econômico.

Trazendo o conceito dos “Três T’s” para a realidade dos imigrantes-refugiados que trabalham na Feira, podemos inferir o seguinte: o talento é um recurso em abundância. Nas conversas com os visitantes da Feira, parte do trabalho de observação participante, ficou evidente a satisfação e encantamento com os sabores e odores experimentados, como mostra os fragmentos de entrevistas apresentados a seguir:

“As comidas são muito gostosas. Venho sempre que posso para experimentar comidas diferentes.” (Ana. Entrevista concedida em 25/05/2019).

“Estou vindo pela primeira vez. Estou gostando muito. Nunca tinha comido arepa. Adorei o molho de abacate com pimenta, combina muito com cerveja.” (Gustavo. Entrevista concedida em 25/05/2019).

Quanto à tecnologia, as mídias digitais são usadas, com sucesso, pelos organizadores do Projeto Chega Junto para dar visibilidade à Feira e aos imigrantes-refugiados que lá trabalham. O último “T” é a tolerância. Na Feira é possível verificar sua presença, por meio da aceitação e respeito às diferenças, bem como a inclinação para a experimentação e aprendizado. Contudo, fora dos portões da Feira, no dia a dia, a situação é diferente. Infelizmente, como visto, muitas destas pessoas ainda são vítimas da violência simbólica e da xenofobia.

No intuito de facilitar a vinculação socioeconômico e cultural dos imigrantes-refugiados, bem como contribuir com o desenvolvimento econômico e social da cidade, aponto a seguir, tendo por base as leituras e as informações coletadas no trabalho de campo, três caminhos, dentro do âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo RJ Criativo. Creio que tais caminhos podem favorecer, de forma concomitante, o desenvolvimento econômico e social do Estado e da cidade do Rio de Janeiro, que apresenta expressivo nível de desemprego, dificultando sobremaneira a absorção de mais esta parcela da população no mercado de trabalho primário.

O primeiro caminho é reconhecer, sob a perspectiva econômica, os imigrantes-refugiados que produzem sua subsistência com a comercialização de comidas típicas de seus locais de origem como uma classe criativa, pois, como já visto, a criatividade permeia todo o processo, desde a escolha dos ingredientes até a abordagem para comercializar o prato típico. O segundo caminho é considerar iniciativas similares às da Feira Chega Junto como empreendimentos étnicos, uma vez que, como atestam Portes e Zhou (1996) estes empreendimentos se apresentam como uma entrada alternativa ao mercado de trabalho primário, que como sabemos, apresenta forte resistência a este grupo de pessoas. Estes empreendimentos possuem a potência de criar oportunidades de trabalho, tendo por base a etnicidade. Além disso, podem atuar como incubadoras empresariais, incentivando e capacitando grupos de imigrantes-refugiados a empreenderem.

O terceiro caminho que aponto está dentro do escopo do anterior. Uma das questões que observei no trabalho de campo foi o desperdício ou, mais perto do horário de término, a falta de comida para servir, ou seja, de maneira geral, a informalidade está fortemente associada ao amadorismo no desempenho das atividades. Diante deste cenário, sugiro o desenvolvimento de um manual de boas práticas produtivas como forma de aumentar a eficácia produtiva. Este manual levaria em consideração aspectos como: compra de insumos, processamento dos ingredientes, armazenamento e transporte e descarte.

Há muito que pode ser feito. Contribuir com a melhoria da qualidade de vida destas pessoas favoreceria o desenvolvimento de uma nova urbanidade, onde imigrantes-refugiados e

população local possam participar de forma ativa na construção da cidade, uma vez que é no seu uso que ela é construída (LEFEBVRE, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tese, procurei me aproximar do entendimento de como a comida atua como um elemento de vinculação, tanto física quanto simbólica, para os imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro, independentemente da nacionalidade. Desta forma, a comida se configura como o objeto da pesquisa e os imigrantes-refugiados, os sujeitos.

Apresento como hipótese principal que a comida é um elemento cultural de comunicação, mediação e vinculação, capaz de fazer com dois ou mais povos construam um novo e profícuo ambiente de convivialidade, presente no processo de desenvolvimento de novas territorialidades.

Foram quatro anos me aprofundando nos estudos sobre os aspectos, até então para mim pouco conhecidos, da comida. Graças ao querido e saudoso Professor João Maia, me aproximei de toda a potência deste elemento tão próximo, afetivo e visceral que faz parte da nossa existência, desde sempre. Há um fato interessante: desde o início, e ainda hoje, há pessoas que estranham quando falo que o objeto da minha pesquisa é a comida: “comida? Como assim? Tanta coisa para você pesquisar!” Em alguns, ainda que nada digam, percebo o estranhamento no olhar. É como se, dentro do campo da comunicação, eu me propusesse a pesquisar algo menor, sem importância. Creio que o excesso de proximidade é a causa do distanciamento. Ao fazer parte das nossas necessidades básicas, a reconhecemos apenas como alimento e seus outros aspectos, tão importantes quanto os nutricionais, são colocados em segundo plano, embora também façam parte da nossa cotidianidade: para receber os amigos, para comemorar as mais significativas datas, nos rituais de nascimento, nos rituais de falecimento, para pedir perdão ou para ofender, para manter a proximidade das famílias, para acolher o diferente, entre outros. No mundo corporativo, grandes negócios e parcerias são fechados em almoços e jantares. Os códigos presentes nos rituais da comensalidade são capazes de traduzir os protocolos sociais de grupos, cidades e nações. No caso da tese, me concentrei em seus vieses comunicacionais, culturais e identitários e como a partir deles a comida atua como elemento de mediação e vinculação sociocultural e econômico.

Ao me aproximar dos imigrantes-refugiados, não me importava apenas a estrangeiridade, mas também (ou principalmente) a precariedade e vulnerabilidade impostas pela condição do refúgio. Ao migrarem, protagonizando processos diaspóricos forçados, estas pessoas experimentam sentimentos de ruptura e perda, a partir do distanciamento de suas referências afetivas e identitárias e a negação de suas cidadanias. Cada história ouvida denotava o que Di Cesare e Hall (2000; 2009) chamam de estado de suspensão e nudez existencial,

vivenciadas por elas. Mas, também foi possível perceber em todos, muita resiliência e uma teimosa disposição para fazer dar certo. Entendi, com a pesquisa, que a diáspora muda quem sai, muda quem fica e muda aqueles que surgem nos novos caminhos. Mais do que um processo ou fenômeno, a diáspora é um estado de ser.

Uma em cada 78 pessoas no mundo se encontram em situação de refúgio. No Brasil, são mais de 60.000 pessoas reconhecidas nesta situação. Considerando causas, consequências e especificidades, o fenômeno migratório nos aproxima do entendimento dos fenômenos políticos, sociais e demográficos que marcam o mundo contemporâneo.

Figura 35 – Migrações forçadas



Fonte: Agência Brasil, 2019⁵⁴

Cerca de 7.500 refugiados escolheram a cidade do Rio de Janeiro, polifônico e intercultural, como destino. Atrás da cidade de São Paulo, é a cidade com maior contingente de imigrantes, no país. Apesar de ter nascido no município de Duque de Caxias, moro em terras cariocas desde que me lembro. Cresci em meio a sua interculturalidade, o que não poderia ser diferente, já que a história da sua formação é cunhada pelas migrações e pela pluralidade.

A voz do imigrante-refugiado é uma das que fazem parte da cidade. Corpos e vozes - migrantes e cariocas - se encontram, confrontam, aprendem e se transformam. Na relação com

⁵⁴Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/brasil-ja-reconheceu-mais-de-11-mil-refugiados-ate-2018-diz-conare>. Acesso em: 02/11/2021.

a cidade, a voz migrante, marcada pela inapelável estrangeiridade, busca se vincular, buscando encontrar sentido no novo lugar.

Na ocupação coletiva dos interstícios da cidade, a diversidade potencializa as possibilidades tanto do encontro quanto do desencontro. A “força do lugar” se apresenta em toda sua pujança nas regras, leis e códigos locais e os imigrantes-refugiados, sem opção, trazem para si o desafio de interpretar as mensagens, incluindo as simbólicas, presentes nas nuances subjetivas das interações com os diversos atores sociais presentes. Abaixo da camada superficial de um Rio de Janeiro acolhedor, a possibilidade de vivenciar a violência física e simbólica, tangibilizada na intolerância, discriminação e xenofobia, é uma constante em suas vidas.

Um dos primeiros desafios da pesquisa foi decidir de que forma eu correlacionaria comida e refúgio. Acatando a dica do prof. João Maia, defini como *locus* de observação a Feira Chega Junto. Naquele espaço, tive condições de observar e pesquisar todos os aspectos e potencialidades da comida que me interessavam.

A Feira ocorria no último sábado de cada mês, nos jardins da Igreja Anglicana *Christ Church Rio*, localizada na Rua Real Grandeza, 99, no bairro de Botafogo. Como qualquer feira que ocorra em ambiente urbano, a Chega Junto é um evento que contribui para a dinâmica sociocultural da cidade, integrando as motivações dos imigrantes-refugiados, visitantes, organizadores, pesquisadores, entre outros.

Funcionou de 2015 até 2020, quando perdeu força devido a pandemia do coronavírus. Surgiu da parceria de três instituições: o Projeto Chega Junto, a Junta Local e a Cáritas-RJ. O objetivo da Feira era promover a integração sociocultural dos imigrantes-refugiados na cidade por meio da comercialização de comidas típicas. Havia, ainda, a intenção de reforçar o papel da comida como um elemento intercultural, capaz de valorizar o refugiado e resgatar sua autoestima.

Uma vez por mês todos os presentes na Feira celebravam um evento étnico-cultural-gastronômico. Era um grande mosaico societal, onde, para além das trocas econômicas, variadas sociabilidades se faziam presentes, em função dos mutáveis e diferentes interesses: os imigrantes-refugiados “produziam dinheiro” comercializando seus pratos típicos, se vinculando socialmente e culturalmente; os visitantes se entretiam, se solidarizavam, conheciam novos sabores, viajavam sem sair do lugar e marcavam encontros; os organizadores operacionalizavam uma ação social e promoviam a interculturalidade na cidade e nós, pesquisadores, observávamos, nos envolvíamos, aprendíamos e anotávamos. Enquanto ali

permanecíamos, ficávamos imersos em variadas histórias, sons, imagens, cores e paladares. A Feira deixava todos os meus sentidos em alerta.

Ao todo, visitei a Feira 10 vezes. Desde a primeira visita, procurei me despir de qualquer ideia pré-concebida, o que se apresentou como um instigante desafio. A experiência do campo começou bem antes de eu chegar na Feira pela primeira vez. Como, até então, como pesquisadora, eu nunca tinha feito nada parecido, no dia da primeira visita, desde o momento que acordei, fui investida de uma boa dose de expectativa. Durante todo o trajeto imaginei o que eu encontraria, como as pessoas me receberiam e como eu as abordaria. Como nos diz Spink (2003), pensar sobre o tema da pesquisa já nos coloca no campo.

Na primeira visita não me apresentei como pesquisadora. Apenas observei, interagi e provei, como qualquer visitante, as iguarias típicas de variadas origens. Enfim, deixei o campo “falar” comigo, assim como permiti que as pessoas se acostumassem com minha presença. A observação participante pressupõe uma aproximação com a realidade dos sujeitos da pesquisa, o que por si só já se apresenta como um desafio. No caso desta tese, o desafio se intensificava em função da natureza sensível das histórias e realidades das pessoas que me propunha a ouvir. Durante todo o tempo, estava ciente da necessidade de criar um vínculo, para que aquelas pessoas se sentissem confortáveis em compartilhar comigo suas experiências diaspóricas e o papel que a comida exercia no processo de vinculação à cidade.

A partir da segunda visita, diferentemente da primeira, me apresentei como pesquisadora e, em meio às conversas, iniciei uma espécie de sondagem. Embora inicialmente tivesse a intenção de seguir um roteiro, muitas vezes a conversa fluía e surgiam questões que não havia pensado anteriormente. Na fluidez das interações, novos *insights* para novas perguntas e abordagens surgiam. Como dizia o Prof. João Maia, o campo nunca para de “falar” com o pesquisador. Nas intersubjetividades da experiência exotópica, interpretava falas, olhares, pausas e silêncios.

Figura 36 - Maria Gabriela, participante da Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019.

Em cada visita permanecia por aproximadamente 5h, procurando mesclar momentos de interação e observação. No deambular pela Feira, observava enquanto interagia e interagía enquanto observava. As interações se davam tanto com os imigrantes-refugiados quanto com os demais visitantes. Posteriormente, registrava as informações e impressões em diários de campo. Percebi que vários visitantes eram recorrentes. Alguns demonstravam um certo grau de intimidade com os imigrantes-refugiados. Se cumprimentavam com afetuosidade, conversavam e tiravam fotos e trocavam impressões sobre as comidas, sobre roupas e sobre penteados. De pratos nas mãos, circulavam tranquilamente pelas barracas que ladeavam a igreja.

Figura 37 – A autora com Maria, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019.

Na mediação pela comida, os imigrantes-refugiados aprendem a trafegar pelas brechas cariocas e melhor se localizarem física e simbolicamente. A partir de um olhar cada vez mais atento, passam a reconhecer, assimilar e interpretar signos e sinais de uma cidade que se comunica com eles a todo instante, pois a urbe, na cotidianidade e desenvolvimento das histórias miúdas, paulatinamente favorece a identificação e o reconhecimento do indivíduo.

Nelly Camacho (colombiana), uma das pessoas que entrevistei, me contou que trabalhar com a comida típica ajudou ela a quebrar a barreira da língua e também, ao interagir com os moradores, a melhorar seu português. Ainda segundo ela, ela teve a oportunidade de conhecer melhor a cidade e a entender como eram os cariocas. Para ela, trabalhar com a comida é uma experiência única, pois tinha muito prazer de falar sobre a sua comida e o que ela representava⁵⁵.

Apesar de o evento e o endereço serem os mesmos, cada ida a Feira se configurava como uma experiência diferente. Primeiramente porque eu, contaminada pelas leituras e pela experiência do campo, chegava diferente. Segundo porque, como a Feira ocorria uma vez por mês, havia tempo suficiente para que meus interlocutores vivenciassem novas experiências na cidade, que alteravam suas representações e percepções. Além disso, como havia uma certa alternância de participantes, não raro, me deparava com outros imigrantes-refugiados que até então, não conhecia. Para completar, as atividades periféricas, como venda de roupas e artesanatos e shows musicais, também eram responsáveis pela variação do cenário.

Por diversas vezes, o Professor Mohammed, coorientador da pesquisa, disse que minha tese se tratava de afeto. No início não entendi a profundidade da sua afirmativa, mas quanto mais me envolvia com a pesquisa de campo e, conseqüentemente, com as pessoas, mais entendia o que ele queria dizer: de acordo com Spinoza (2009) o afeto possui a premissa de afetar e ser afetado. Eu afetava aquelas pessoas quando as fazia se sentir seguras e ouvia, com atenção e empatia, suas histórias de vida, na maioria das vezes, sofridas. Me deixava afetar (e modificar) quanto mais me aproximava emocionalmente daquelas pessoas e suas histórias. Ainda de acordo com o autor (Ibid), o aumento da potência de sentir, proporcionada pelo afeto, multiplica nossa capacidade de se conectar, pensar e ser.

O afeto, então, implica estar aberto para a presença das “Latifas”, “Nellys”, “Manuels” e “Marias Gabrielas”, entre tantos outros, assumindo a existência da diferença encarnada tanto por mim quanto por eles. O afetar e o ser afetado abre um leque de possibilidades de contatos, vinculações e trocas. Esquadrinha todo o vivido e sentido, onde os sentimentos experimentados, por mim e pelas pessoas entrevistadas vão além de qualquer racionalidade. Afetar e ser afetado permite experimentar os limites emocionais dos encontros, uma vez que para que o vínculo seja estabelecido é preciso que haja uma espécie de vulnerabilidade ao outro.

A cada conversa e a cada depoimento, ficava mais evidente o protagonismo da comida na vida daquelas pessoas, que eram reconhecidas, na maioria das vezes, por sua estranheza e precariedade. Além de, com ela, os imigrantes-refugiados produzirem parte de suas

⁵⁵ Entrevista concedida em 09/01/2023.

subsistências, ela media e faz parte da elaboração das novas e híbridas identidades. Ao fazer parte de um reconhecido arcaibouço de atributos, ancorados na experiência, lembranças e tradições, atua como um signo identitário, conferindo um reconfortante sentimento de pertencimento.

Ao prepararem as comidas, estas pessoas se conectam, por meio de lembranças suscitadas por sentidos como olfato e paladar, com suas existências anteriores. Nestes momentos, a comida, de maneira simbólica, permite um caminho de volta, onde, momentaneamente, os vínculos perdidos são reconstruídos. Na outra ponta deste caminho, a comida permite que suas existências sejam redefinidas e reconstruídas, que surjam novas possibilidades e novos afetos, pois como nos ensina Hawcachs (2004), a memória é reconhecimento e reconstrução, pois ao mesmo tempo que traz em si o sentimento de algo já vivido, é elaborada num novo tempo e num novo lugar.

Na relação dos imigrantes-refugiados com os moradores da cidade, o aspecto comunicativo da comida é especialmente sensível. No trabalho de campo pude perceber o quanto ingerir a comida do “outro” pode indicar uma forma (quase íntima) de aceitação e acolhida. Tinha plena consciência que todas as barracas me ofereciam mais do que comida, me ofereciam a oportunidade de me aproximar das suas culturas. Em cada momento de consumo, além das diferentes e saborosas comidas, ingeria, também, um bocado das suas histórias, esperanças e temores. Sem a necessidade de intérpretes, a comida atuava como uma linguagem universal: a linguagem sensorial do paladar.

A quase totalidade dos imigrantes-refugiados presentes na cidade chega sem perspectiva de geração de renda. Além de ser um problema de subsistência para eles, é um fato que agrava a situação socioeconômica da cidade, que num cenário de baixo crescimento não consegue gerar emprego para mais esta parcela da população.

Desta forma, então, a questão laboral deste grupo de pessoas e a economia da cidade são diretamente relacionadas, uma vez que fazem parte das condições mínimas necessárias para a existência no novo local, além de fazerem parte dos planos futuros, bem como da recuperação da fragilizada autoestima.

Algumas das pessoas com as quais conversei, me contaram que a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal as levaram a trabalhar na Feira Chega Junto, de maneira autônoma e informal. Algumas destas pessoas possuem nível superior completo e significativa experiência profissional, mas diante de posturas discriminatórias e dificuldades de validar os diplomas, eles também são levados a atuar no mercado informal.

Ao trabalharem na Feira Chega Junto, comercializando as comidas típicas de seus locais de origem, os imigrantes-refugiados participam de um tipo específico da economia: a economia étnica. Este tipo de economia pressupõe a comercialização ou prestação de serviços que possuem relação com as práticas culturais originais. No caso da Feira Chega Junto trata-se de trabalhar com a gastronomia típica. No bojo da economia étnica, a comida é cultura quando produzida, preparada, comercializada e consumida. Ao proporcionar, num mesmo espaço, o desempenho de uma atividade étnica, a Feira se configura como um nicho econômico de característica étnica, permitindo que este grupo de pessoas reduza a desvantagem de sua exclusão laboral e social. Por este motivo, eu aponto o investimento na economia étnica como um caminho que possui a potência de dirimir as dificuldades no processo de vinculação dos imigrantes-refugiados, na cidade.

A mediação pela comida possibilita a criação de espaços ampliados de participação, potencializa a vocação intercultural e dialógica da cidade e favorece a solidariedade e a ação conjunta. A presença destes corpos na cidade possui um caráter reivindicatório e de afirmação pelo direito à cidade, pois como qualquer outro corpo presente, os imigrantes-refugiados possuem seus direitos à mobilidade, à habitação, ao trabalho e à manutenção das suas individualidades.

Apesar de todas as dificuldades e desafios, foram, no total, mais de quatro anos de dedicação à tese. Foi uma experiência enriquecedora, que me engrandeceu como pessoa e pesquisadora. Apesar de acreditar que, no futuro, haja a possibilidade de se encontrar novas nuances acerca da comida (e dos rituais de comensalidade) e o cenário migratório global ser de característica mutável, confirmo a hipótese principal do trabalho, isto é, a comida é um elemento de comunicação, mediação e vinculação capaz de favorecer a vinculação, tanto física quanto simbólica dos imigrantes-refugiados que fixaram residência na cidade do Rio de Janeiro, confirmando sua potência de favorecer a convivialidade de povos com diferentes práticas culturais.

REFERÊNCIAS

AGER, Alastair; STRANG, Alison. *Understanding integration: a conceptual framework*. *Journal of Refugee Studies*. Oxford, v. 21, n. 2, 2008, p. 166-191.

AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica*. In: História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AMON, Denise; MALDAVSKY, David. *Introdução à abordagem sociopsicológica da comida como narrativa social: estados da arte*. In: VERONESE, Marília V.; GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs.). *Psicologia do cotidiano: Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa, Editorial Teorema, 2004.

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: ed. São Paulo, 1986

ARANTES, Rubens. *Identidade cultural*. Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, design e Educação, v. 03, n. 01, p. 89-104, jan/junh. 2018.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969.

AUGÈ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

AZEVEDO, Celia Maria. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARALDI, Camila; ALMEIDA, Táli Pires de; WALDMAN, Tatiana. *O direito dos imigrantes ao Benefício de Prestação Continuada: uma questão de cidadania*. In: ASSISTÊNCIA SOCIAL: análise do direito fundamental a partir da experiência de 20 anos da Lei 8.472/93, 2013.

BARBOSA, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, resposta à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BEDRAN, Laura. *Visualidade da imagem publicitária numa interlocução múltipla no espaço urbano*. In: ALAIC, Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. La Plata, 2004.
- BESSIS, S. *Mille et une bouches: cuisines et identités culturelles*. Autrement, 154, 1995.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- BONACICH, E.; MODELL, J. *The Economic Basis of Ethic Solidarity in the Japanese American Community*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- BONNICI, T. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. In: BONNICI, T. Coleção Fundamentum, n. 12. Maringá: Eduem, 2005.
- BORJAS, G. *Labor economics*. New York: McGraw-Hill, 1986.
- BUTLER, Judith. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 2015.
- CAIAFA, Janice. *Comunicação e diferença nas cidades*. In: Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro, n. 18, jun. 2003.
- CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas: Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV. 2002.
- CALDAS, Waldenyr. *O que todo cidadão precisa saber sobre a cultura de massa política de comunicações*. São Paulo: Global, 1987.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- _____. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade Polifônica: um ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CARVALHO RAMOS, André. *Pluralidade das fontes e o novo direito internacional privado*. In: Revista Faculdade de Direito da universidade de São Paulo. V. 109, p. 597-620, jan/dez 2014.
- CASCUDO, Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- CASTELS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.; TONHATI; DUTRA, A. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Californie, um théâtre de passants*. Autrement, n.31, 1981.

CHISWICK, B. R. *Are immigrants favorably self-selected?* *The American Economic Review*, pp. 181-185, 1999.

CHO, L. *The turn to diaspora, Topia*: Canadian Journal of Cultural Studies, 17: 4, 2007. Disponível em: <https://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/topia/article/viewFile/13229/22406>.

CLARO, C. A. *Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas*. In: Boletim de Economia e Política Internacional. BEP, n. 26. set. 201/abr. 2020.

CLIFFORD, James. *Diasporas*. *Cultural Anthropology*. Northampton, v. 9, n. 3, p. 302-338, aug. 1994.

COHEN, Robin. *Global Diasporas: An introduction*. Routledge, 2008.

COSTA-NETO, E. M. *Insects as human food: no overview*. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 5, n. 3, p. 562-582, 2013.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

DaMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5: Ed. 34, 1997.

DERRIDA, Jaques. DUFOURMANTELLE, Anne. *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DI CESARE, Donatella. *Estrangeiros residentes*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

ELHAJJI, M. *Rio de Janeiro-Montreal: conexões transnacionais/ruídos interculturais*. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos 12(3): 177-184, setembro/dezembro 2010.

ELHAJJI, M.; ESCUDERO, Camila. *A contribuição da comunicação para os estudos migratórios*. In: Revista Latinoamericana de Ciências de La Comunicacion, v. 14, n.26, 2017.

ELHAJJI, M. *Cidade, migrações e TICs: fluxos e rastros na contemporaneidade*. In: TUZZO, S.A; PAIVA, R. (orgs). Comunidade, Mídia e Cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: Cir Gráfica, 2013.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ÉVORA, Iolanda Maria. *Caboverdianas da diáspora. Transformações na imigração feminina em Itália*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (Ed.), A questão social no novo milénio, p. 205, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab/2004/pdfs/IolandaEvora.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FERREIRA B., Luiz Paulo (org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. 1. ed. – Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

FIGUEIREDO, João Luiz de. *Economia Criativa, cidade criativa e desenvolvimento*. In:

TEIXEIRA, Eduardo Ariel de Souza; CORRÊA, Sílvia Borges. *Economia Criativa*. Rio de Janeiro: E-papers, cap. 2, pp. 27-47, 2015.

FIGUEREDO, Luiz & ZANELATTO, João. *Trajetória das migrações no Brasil*. In: Acta Scientiarum. Ciências Humanas e Sociais, vol. 39, no. 1, jan.- abr., 2017.

FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FONG, Eric, y Emi Ooka. *The Social Consequences of Participating in the Ethnic Economy*. International Migration Review, pp 125-146, 2002.

FOUCAUT, M. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GAMBINI, Roberto. *Corações partidos no porto*. In: Estudos Avançados, 20 (57), 2006.

GASPARETO JR., Antônio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora. (1872 – 1930)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scotth Lash. *Modernização Reflexiva*. São Paulo, Ed. Enesp, 1997.

GILROY, Paul. *Diaspora and the detours of identity*. In: WOODWARD, Kathryn (Ed.). *Identity and difference*. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Delhi, 1997.

GIMENES, M. *O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil)*. In: Revista Turismo & Sociedade, 2(1), 8-24, 2009.

GOES, Weber. *O pensamento de Arthur de Gobineau no seio do caleidoscópio da ideologia do racismo*. Dissertação de especialização em Ciências Sociais. Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais*. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Viver no Limite: território e multiterritorialidade/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, 2009.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, 2009.

_____. *Identidade Cultural e diáspora*. In: revista de Comunicação e Cultura, n. 1, 2006, p. 21-37.

HALTER, M. *Shopping for Identity. The Marketing of Ethnicity*. Nova Iorque: Schocken Books, 2000.

HARTLEY, J. *Creative industries*. Oxford: Blackwell, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HENRI, Lefebvre. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

HOWKINS, John. *Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Dados referentes ao Censo Demográfico de 2000/2010*. In: Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). 2000/2010.

IOTTI, Luiza. *Imigração e Colonização*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JACINTO, P. D. *Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com microdados*. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JODELET, D. *Représentations Sociales: un domaine en expansion*. Paris: PUF, 2003.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. *Refúgio em Números* (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>

KANT. Immanuel. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

KROEBER, Alfred; KLUCKHOHN, Clyde. *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. New York: Vintage Books, 1952.

LA PRADELLE. *Les vendrellis de Carpentras. Faire son marché, em provance ou ailleurs*. 1ª. ed. Paris, Librairie Artème Fyrad, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Centauro, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas I – O cru e o cozido*. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 2004.

LIGHT, I.; S. KARAGEORGIS. *The ethnic economy*. In: N. Smelser y R. Swedenberg (edit.), *The handbook of economic sociology*, Nueva York, Russell Sage Foundations, pp. 647-671, 1994.

_____. *The Ethnic Economy*. In: SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard (orgs.), *The handbook of economic sociology*. Princeton University Press, New York, p. 650, 2005.

MACHADO, L. *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?* In: I. Castro et alli, Brasil. *Questões atuais sobre a reorganização do território*: 15-64, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *O Tempo Retorna: formas elementares da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *O tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MARAN, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

McCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MÉNDEZ, Maria Laura. *Mesa de apertura*. In: CONGRESO DE FLAPAG. CLÍNICA DE LA DIFERENCIA E INTERCULTURALIDAD. Buenos Aires, 2013.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: SENAC, 2013.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito de tempo*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1975.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

Oliveira, T. *Alimentação, identidade e memória práticas alimentares cabo-verdianas num contexto migratório*. In: *Habitus*, v. 11, n. 1, p. 19-35, 2012.

ORTIZ, Fernando. *El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983: Del fenómeno de la "transculturación" y de su importancia en Cuba.

PAIVA, A., LEITE A. *Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos cinquenta anos*. In: *Revista Ars História*, (7), 1-20, 2014.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

PESAVENTO, Sandra. *Modernità "primitivista": dopo gli indiani, i neri. Appropriazioni, risentimenti e invenzioni*. In: GOLINELLI, Gilberta. *Il primitivismo e le sue metamorfosi. Archeologia di un discorso culturale*. Bolonha: CLUEB, 2007.

PIORE, M. *Notes for a theory of labor market stratification*. In: R. C. Edwards M.

_____. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

_____. *Birds of passage: migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University, 1979.

PIORE, M.; Safford, S. *Preliminary thoughts on identity and segmentation in primary sector labor markets*. In: Society for the advancement of socio-economics annual meeting trier. Germany, July, 2006.

PORTES, A.; M. ZHOU. *En route vers les sommets: perspectives sur la question des minorités ethniques*. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 8, n° 1, pp. 171-192, 1992.

PORTES, A.; R.D. MANNING. *The immigrant enclave: Theory and empirical examples*. In: J. Nagel y S. Olzak (eds.), *Comparative Ethnic Relations*, Nueva York, Academic Press, pp. 47-68, 1986.

PORTES, Alejandro. *Inmigración y metrópolis: Reflexiones acerca de la historia urbana*. In: *Migraciones Internacionales*, v. 1, n. 1, p. 111-134, julio-diciembre 2001.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

READERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil - O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades Criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo*. 2011. Tese de doutorado. Curso Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RELCH y D. M. Gordon (orgs.), *Labor market Segmentation*. Lexington Mass. Lexington Books, pp. 125-149, 1974.

ROCHEFORT, N. M. D. *Frontera: ¿Muro divisorio o tejido de relaciones?* Estudios Fronterizos, v. 3, n. 5, p. 9-42, 2002.

RUEDIGER, M.A. *Análise e avaliação do desenvolvimento institucional da política de imigração no Brasil para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, dezembro, 2015. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/imigracao-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SANDERS, J.; V. NEE. *Limits of ethnic solidarity in the enclave economy American Sociological Review*, nº 52, pp. 745-767, 1987.

SANTOS, Cristiano Jorge. *Crimes de Preconceito e de Discriminação*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Iverson. *A Sociedade promotora de imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado, USP, 2008.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2014.

SAQUE, Marcos; SPOSITO, Eliseu. *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Rio de Janeiro: Consequências Editora, 2015.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, Thomaz (Org.); HALL, Stuart; WOODWARE, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; COSTA, L. F. L.; MACEDO, M. *Refúgio em Números*. 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*: indivíduo e sociedade: Zahar, 2006.

SODRÉ, Muniz. *A ciência do comum. Notas para um método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *O Terreiro e a Cidade*: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

_____. *Por um conceito de minoria*. In: PAIVA E BARBALHO (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

SPINOZA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TAYLOR. C. *Imaginários sociais modernos*. Barcelona: Paidós, 2006.

TAYLOR, Edward. *Primitive Culture*. Londres, 1871.

TEIXEIRA, M.A. *Os donos da cidade*. São Paulo: Insular, 1996.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VAN DEN BERGHE, Pierre. *The Quest for the Other. Ethnic Tourism in San Cristóbal, Mexico*. Seattle e Londres, University of Washington Press, 1994.

VENTURELLI, S. *From the information economy to the creative economy*: moving culture to the center of international public policy. Washington, DC: Center for Arts and Culture, 2000.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

WALDINGER, R. *O Nicho do Imigrante na Cidade Global - Regiões*. In: SCOTT, A. (Org.). *Cidades-Regiões Globais. Tendências, teoria, política*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WALDINGER, R., WARD, R.; H. ALDRICH, H. *Trend report. Ethnic business and occupational mobility in advances societies*. Sociology, nº 4, pp. 586-597, 1985.

WANDINGER, R. *Still the Promised City? African-American and New Immigrants in Postindustrial*. New York, Cambridge, MA, Harvard University, 1996.

WOORTMANN, K. *A comida, a família e a construção de gênero*. Brasília: UNB, 2003.

ZAMBERLAN, Jurandir, BOCCHI, Lauro, CORSO, Giovanni. CIMADON, João Marcos. *Os novos rostos da imigração no Brasil – haitianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Solidus, 2014.

Referências eletrônicas:

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em 02/11/2021.

ALESSI, Gil. A deliciosa culinária que chega ao Brasil fugindo da guerra, repressão e fome. El País. 20 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/20/politica/1532099772_074883.html Acesso em 02/01/2023.

B&B ADVOGADOS. Um pouco da história da imigração portuguesa no Brasil. 19 jul. 2016. Disponível em: <https://advogadoemportugal.com/blog/um-pouco-da-historia-da-imigracao-portuguesa-no-brasil/>. Acesso em: 27/10/2021.

BARROS, Camila Moura. MIGRAÇÕES EM DEBATE. 8 dados recentes que você precisa saber sobre refúgio no Brasil em 2021. 22/06/2022. Disponível em: <<https://migracoesemdebate.com/2022/06/22/8-dados-recentes-que-voce-precisa-saber-sobre-refugio-no-brasil-em-2021/>> . Acesso em 06/10/2022.

BEZERRA, Juliana. Lei Áurea. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/lei-aurea/>>. Acesso em 27/10/2021.

BME (Banco Multidimensional de Estatísticas). Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp?url=https%3A%2F%2Fwww.bme.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/12/2022.

CLAROS, Marta. O reino avança através das diásporas. COMIBAN (Cooperação Missionária Íbero Americana). Disponível em: <<https://comibam.org/pt/o-reino-avanca-atraves-das-diasporas/>>. Acesso em: 16/01/2023.

DATA RIO. Limites do município do Rio de Janeiro. 1 nov. 2022. Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/PCRJ::limite-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro/explore?location=-22.916419%2C-43.444800%2C10.92> Acesso em: 05/12/2022.

Declaração de Cartagena. Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 04/10/2022.

DEPARTAMENTO DE DIGITAL, CULTURA, MÍDIA E ESPORTE. GOV.UK. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/organisations/departament-for-digital-culture-media-sport>>. Acesso em: 03/11/2021.

DESDE O COMEÇO DO ANO, MAIS DE 1,1 MIL DESEMBARCARAM FUGINDO DE SITUAÇÕES DE PERIGO NO AFEGANISTÃO. G1.globo.com. 10/10/2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/10/10/127-afegaos-vivem-no-aeroporto-de-guarulhos-em-sp.ghml>>. Acesso em 10/10/2022.

EM SEIS ANOS DE CONFLITOS, NÚMERO DE REFUGIADOS SÍRIOS SUPERA A BARREIRA DE 5 MILHÕES. G1.globo.com (online) 30/03/2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/numero-de-refugiados-sirios-supera-a-barreira-de-5-milhoes.ghml>>. Acesso em 27/11/2021.

FACEBOOK. Disponível em:

<https://www.facebook.com/search/photos/?q=feira%20chega%20junto&epa=SERP_TAB>

Acesso em: 12/12/2019.

FEIRA CHEGA JUNTO. Disponível em:

https://www.facebook.com/search/photos/?q=feira%20chega%20junto&epa=SERP_TAB.

Acesso em: 12/12/2019.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p.226. Disponível em:

<<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>>. Acesso em 28/10/2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Desemprego. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 18/10/2022.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). I Carta de Fortaleza Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)

Selo Comemorativo dos 15 anos da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

II Seminário de Fortaleza - Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

II Carta de Fortaleza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>.

Acesso em: 03/11/2021.

ÍTALO – CIDADANIA ITALIANA. A história da imigração italiana no Brasil. 18 abr. 2029. Disponível em: <<https://italocidadaniaitaliana.com.br/imigracao-italiana-no-brasil>> Acesso em: 29/0/2021.

JUNTA LOCAL. Disponível em: <<https://juntalocal.com/>>. Acesso em: 09/11/2021.

MAPEAMENTO DA INDÚSTRIA CRIATIVA. Onde tem Indústria, tem Firjan. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economiacriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: 03/11/2021.

MENDONÇA, Alba Valéria. Caritas diz que RJ tem 7.500 refugiados registrados. Pares Cáritas. 20/06/2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/caritas-diz-que-rio-tem-7500-refugiados-registrados.ghtml>>. Acesso em: 05/09/2021.

MHR CLIQUES. Circulando pelo Rio de Janeiro. 26/11/2017. Disponível em:

<<http://mhrfotos.blogspot.com/2017/11/mais-um-velho-desejo-realizado.html>>. Acesso em: 12/12/2019. Acesso em: 09/10/2021.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=yMmm> (p. 26)>. Acesso em: 07/10/2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fórum Internacional sobre as Indústrias Criativas. Carta de Salvador. 20/05/2005. Disponível em:

<<http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/site/index.html%3Fp=836>>. Acesso em 03/11/2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS. Disponível em <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>>. Acesso em 04/10/2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Refúgio. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio>>. Acesso em: 05/12/2022.

O ESTRANGEIRO.ORG. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2012/04/14/somos-todos-estrangeiros/>>. Acesso em: 05/10/2022.

O PROJETO CHEGA JUNTO. Parceria da Cáritas RJ – Pares Cáritas RJ/facebook. 08/12/2016. Disponível em: <<https://m.facebook.com/caritasrj/posts/651278165054902>>. Acesso em: 09/10/2021.

PARES CÁRITAS – Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Disponível em <<http://www.caritas-rj.org.br/>>. Acesso em: 08/10/2022.

PEDUZZI, Pedro. Brasil já reconheceu mais de 11 mil refugiados até 2018, diz Conare. Agência Brasil, 25/07/2019. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-07/brasil-ja-reconheceu-mais-de-11-mil-refugiados-ate-2018-diz-conare>>. Acesso em 02/11/2021.

QUEIROZ, Luciana. 95 refugiados e migrantes participam da II Feira Trampolim de Empregabilidade. Pares Cáritas. 05/10/2022. Disponível em: < <http://www.caritas-rj.org.br/ii-feira-trampolim-empregabilidade.html>>. Acesso em: 08/10/2022.

RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento. – Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em 03/11/2021.

REVISTA JUNTA LOCAL. Seis meses de Junta Local. 24/03/2016. Disponível em: <<https://revista.juntalocal.com/seis-meses-de-chega-junto/>> Acesso em: 09/10/2021.

RIOVEN_AREPAS. Disponível em: <https://instagram.com/rioven_arepas?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 05/12/2022.

SECEC-RJ. Cultura e Economia Criativa. Rio Criativo virou RJ Criativo: entenda o porquê. 22/08/2019. Disponível em: <<http://cultura.rj.gov.br/rio-criativo-virou-rj-criativo-entenda-o-porque/>>. Acesso em: 09/08/2021.

SECEC-RJ. Cultura e Economia Criativa. Rio Criativo: o maior portal de economia criativa do Brasil. 29/05/2019. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/rj-criativo-economia-criativa/>. Acesso em: 10/08/2021.

VASCONCELOS, Rafael. Cáritas RJ realiza Feira de Saúde com orientações e vacinação. Pares Cáritas – Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Disponível em: <<http://www.caritas-rj.org.br/feira-de-saude.html>>. Acesso em: 08/10/2022.

WALL HERE. Disponível em: <<https://wallhere.com/pt/wallpaper/1226101>>. Acesso em 23/07/2020.

ANEXOS

ANEXO A - link para o documentário produzido pela autora: Refúgio, comida e afeto:

<https://www.youtube.com/watch?v=ooKGTsBVB3k>

ANEXO B:- outras imagens do campo:

Figura 38- Louise Nya, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 39 – A autora com Louise Nya, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 40 – Participantes da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 41 - A autora com Angélica e Jonel, mãe e filho, participantes da Feira



Fonte: acervo da autora

Figura 42 – A autora com Jonel e seus irmãos, participantes da Feira
Fonte: acervo da autora



Figura 43 – Pai do Jonel, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020

Figura 44 - A autora com Anas Rjab, participante da Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 45 - A autora com Alexandra, filha da Maria Gabriela, participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 46 – Alexandra e seu pai, participantes da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 47 – Maria Gabriela e sua família, trabalhando na Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 48 – Nelly, participante interagindo com visitante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 49 – Participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 54– Participante da Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora

Figura 50 – Participante da Feira



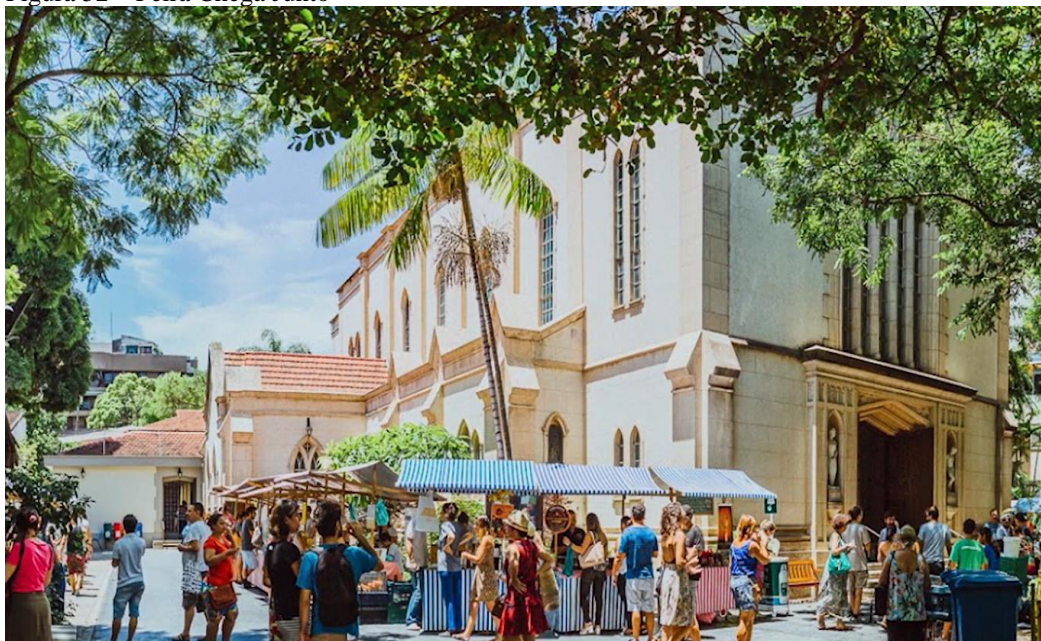
Fonte: acervo da autora

Figura 51 – A autora interagindo com os participantes da Feira



Fonte: acervo da autora, 2020

Figura 52 – Feira Chega Junto



Fonte: acervo da aurora, 2020

Figura 53 – Show musical na Feira Chega Junto



Fonte: acervo da autora, 2020